

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E**  
**CONTABILIDADE**

**CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**“CICLO DOS CORONÉIS” X “CICLO DA GERAÇÃO CAMBEBA” :**  
**UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS OLIGARQUIAS POLÍTICAS DO CEARÁ**

**GLÁUCIO PINHEIRO DA COSTA**



**FORTALEZA**  
**OUTUBRO - 2002**

**“CICLO DOS CORONÉIS” X “CICLO DA GERAÇÃO CAMBEBA”:  
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS OLIGARQUIAS POLÍTICAS DO CEARÁ**

**GLÁUCIO PINHEIRO DA COSTA**  
Orientador: Augusto Marcos C. de Sena

Monografia apresentada à Faculdade de Economia,  
Administração, Atuaria e Contabilidade para obtenção do grau  
de Bacharel em Ciências Econômicas.

**FORTALEZA – CE**  
Outubro - 2002

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Economia como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na biblioteca da referida universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Média

Prof. Augusto Marcos C. de Sena  
Orientador

---

Prof. Fernando José Pires de Sousa  
Membro da Banca Examinadora

---

Prof. Raimundo Eduardo Fontenelle  
Membro da Banca Examinadora

Monografia aprovada em 01 de outubro de 2002.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos pais, Sérgio Diógenes Leite da Costa (*in memorian*) e Gláucia Pinheiro da Costa (*in memorian*), os quais ficariam felicíssimos por esse momento de triunfo, com a saudade de um filho reconhecedor de que o amor, alegria, zelo e exemplo que me concederam foi, e é, fundamental para o cumprimento dessa e de outras missões que essa vida há de me apresentar.

À minha querida esposa, Elayni de Oliveira Andrade da Costa, pela compreensão, incentivo e amor que me tem dedicado.

Às minhas estimadas filhas, Alexandrina Andrade da Costa e Marina Andrade da Costa, pelos “mimos” e brincadeiras que me dedicam nas horas em que mais preciso.

À meu orientador, prof. Marcos Sena, e aos demais componentes da banca examinadora, pois suas observações e orientações foram fundamentais para melhoria do presente trabalho.



## RESUMO

Inicialmente efetua-se uma análise da história recente do Ceará onde demonstra-se que no período democrático anterior ao dos ciclos estudados (1945-1970) não houve dominação oligárquica no Estado, fato que mudou a partir de 1970 com a consolidação de uma corrente ("coronéis") que contou com o auxílio do poder central (governos militares), mas que, com o início da democracia em 1985, perdeu força e foi substituída por outra (Geração Cambeba) que soube utilizar-se de ferramentas de dominação mais adequadas para o novo contexto. Posteriormente, através das averiguações e comparações entre os planos de governo, as execuções orçamentárias e os indicadores sócio-econômicos demonstra-se que as diferenças existentes entre os dois ciclos oligárquicos estaduais não se configuram tão amplas como noticiado pela propaganda oficial.

## SUMÁRIO

Folha de rosto	i
Folha de aprovação	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
<b>INTRODUÇÃO</b>	01
<b>1. OS CONTEXTOS POLÍTICOS E AS FORMAS DE DOMINAÇÃO NO CEARÁ</b>	03
1.1. A especificidade do coronelismo no Ceará	03
1.2. O <i>momentum</i> pré-oligarquia tradicional	07
1.3. O ciclo dos coronéis no Ceará	10
1.3.1. A consolidação da oligarquia política estadual (“coronéis”)	11
1.3.2. A forma de dominação dos coronéis no Ceará	12
1.4. O período de transição	13
1.5. O ciclo da “Geração Cambeba”	16
1.5.1. A nova forma de dominação política e liderança no Ceará	16
1.5.2. A consolidação de uma nova oligarquia	18
<b>2. OS PLANOS DE GOVERNO E AS EXECUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO CEARÁ</b>	21
2.1. Os planos de governo do Estado do Ceará nos dois ciclos políticos	23
2.2. As execuções orçamentárias dos governos do Ceará	31
2.2.1. A análise das receitas estaduais nos dois ciclos políticos	34
2.2.2. A análise das despesas classificadas por categoria econômica e dos resultados orçamentários alcançados.	38
2.2.3. A análise das despesas classificadas por função	42
<b>3. A ANÁLISE DOS INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS DO CEARÁ</b>	53
3.1. Conceituação do coeficiente de Gini	53
3.2. PIB, distribuição de renda e concentração no Ceará	54
3.3. Dados da educação no Ceará	63
3.4. Saúde e saneamento no Ceará	65
3.5. A definição do índice de desenvolvimento humano (IDH)	69
3.6. Evidências do IDH no Brasil, Nordeste e Ceará	70
<b>4. CONCLUSÃO</b>	73
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	76
<b>6. ANEXOS</b>	80
<b>Anexo A: Planos de governo do Ceará de 1971 a 1998 – objetivos e metas</b>	81
<b>Anexo B: Execuções orçamentárias do Ceará de 1971 a 1998</b>	100

**LISTA DE GRÁFICOS**

1. Evolução percentual das receitas correntes, receita tributária e transferências correntes em relação à receita total	35
2. Receitas orçamentárias totais em R\$ Mil a preços de dezembro de 1994	37
3. Evolução percentual das despesas correntes, de custeio e pessoal em relação à despesa total	38
4. Evolução percentual das despesas de pessoal e de investimento em relação à despesa total	39
5. Percentuais de superávits/déficits em relação às receitas totais	40
6. Evolução percentual das despesas correntes e de capital em relação à despesa total	41
7. Evolução percentual das despesas do vetor social em relação às despesas totais	44
8. Evolução percentual das despesas do vetor infra-estrutura em relação às despesas totais	47
9. Evolução percentual das despesas do vetor econômico em relação à despesa total	48
10. Evolução percentual das despesas do vetor administração pública em relação às despesas totais	49
11. Evolução percentual dos vetores social, infra-estrutura, econômico e administração pública em relação às despesas totais	51



## LISTA DE TABELAS

1. Pessoas ocupadas no Estado do Ceará, por atividade e posição na ocupação das pessoas de 10 anos ou mais, referente aos anos de 1970 e 1981	06
2. Percentuais dos investimentos previstos por vetor, segundo os planos de governo	28
3. Distribuição percentual do produto da arrecadação do imposto de renda e do Imposto sobre produtos industrializados entre a União, os Estados e Municípios	36
4. Evolução do produto interno bruto no Ceará, Nordeste e Brasil – 1970/1998	54
5. Evolução da participação setorial dos PIB's do Nordeste e Ceará – 1950/1998	55
6. Produto interno bruto “per capita” do Ceará, Nordeste e Brasil – 1970/1998 (em US\$ a preços de 1998)	57
7. Pessoas de 10 anos ou mais no Estado do Ceará, segundo as classes de rendimento – 1970/1999	58
8. Índice de Gini de concentração de renda dos estados nordestinos – 1970/1999	59
9. População residente no Estado do Ceará segundo domicílio – 1970/2000	60
10. Pessoas ocupadas no Estado do Ceará, por grupo de horas habitualmente trabalhadas por semana e todos os trabalhos, segundo a atividade e a posição na Ocupação – 1970/1999	61
11. Estudantes de 5 anos ou mais, segundo o grau que freqüentam – 1970/1999	63
12. Pessoas de 10 anos ou mais, segundo os anos de estudo – 1981/1999	64
13. Mortalidade infantil – 1980/1999	65
14. Esperança de vida ao nascer – 1970/1996	66
15. Percentual de casas com instalação sanitária – 1986/2000	68
16. Percentual de casas com água, da rede geral, com canalização interna	68
17. Índice de desenvolvimento humano do Brasil, Nordeste e estados do Nordeste	70

## INTRODUÇÃO

Nas eleições de 1986 um novo grupo político saiu vitorioso no embate democrático ocorrido no Estado do Ceará. Esse grupo, comandado pelo então eleito governador, sr. Tasso Jereissati, tinha uma proposta de condução política bem diferente da praticada até então pelos governos do “ciclo dos coronéis”, pois pretendia dissociar-se totalmente do uso de artifícios patrimonialistas na condução do poder estadual e, também, romper com as outras formas de dominação tradicional utilizadas por seus antecessores.

Essa proposição soube captar o anseio da população cearense por mudanças face o término dos governos militares e a volta do regime democrático, contudo o desenlace positivo em favor da nova corrente decorreu da perfeita utilização por eles de uma nova arma no jogo político: a mídia televisiva, a qual, além de possibilitar-lhes a vitória nas urnas, também lhes serviu como instrumento facilitador para consolidação da hegemonia do grupo no Estado.

Se em 1986 a estratégia de marketing adotada pela equipe de Jereissati foi a de relacionar aos governos do “ciclo dos coronéis” a culpa pelo atraso e pela pobreza do Ceará, já, a partir do primeiro “governo de mudanças” (designação adotada por Jereissati para os governos de seu grupo), as campanhas midiáticas oficiais ressaltavam as alterações que o novo grupo detentor do poder estadual estava implementando na condução da administração pública com intuito de melhorar as condições de vida do povo cearense e assim sanar as mazelas provenientes das administrações coronelistas.

Mas será que as administrações dos governos do “ciclo coronelista” realmente não proporcionaram quaisquer melhorias para o Estado e a população cearense? Será que o próprio termo “coronel” realmente caracteriza os integrantes do ciclo anterior? Será que na política cearense os grupos hegemônicos sempre permaneceram no poder por longos períodos como no caso do “ciclo dos coronéis” e do “ciclo da Geração Cambeba”? Será que a ascensão do grupo mudancista não configurou, apenas, uma troca de uma oligarquia por outra, embora com diferentes formas de dominação e de consolidação?

Por outro lado, será que a averiguação dos planos de governo permitirá constatar a existência de similaridades nas formas de atuação dos governos intra-ciclo e distinções marcantes entre-ciclos? Será que poderá também ser dito, analisando-se os números da



execução orçamentária, que houve mudanças substanciais na forma de aplicação dos recursos adotadas por um ou por outro ciclo? Por fim, será que as comparações entre os indicadores sócio-econômicos obtidos antes, durante e ao final de cada ciclo realmente indicam melhorias substanciais apenas após os governos do “Ciclo da Geração Cambeba” ?

Utilizando-se de uma metodologia histórico-estatística o presente estudo tem como objetivo principal efetuar uma comparação entre os ciclos políticos que se sucederam no comando do governo cearense de 1971 até 1998 e assim conseguir responder às perguntas acima elencadas.

Para isso o primeiro capítulo aborda inicialmente o “por quê” considera-se inadequado utilizar o termo “coronel” para caracterizar os integrantes do ciclo denominado coronelista. Posteriormente, no mesmo capítulo, realiza-se uma análise da questão política e da não consolidação de oligarquias no período democrático compreendido entre 1945 e 1964, para depois expressar-se como se consolidaram as oligarquias coronelistas e cambebistas, bem como quais as formas de dominação que cada uma utilizou.

No segundo capítulo, apresentam-se as metas constantes dos planos de governo de todas as administrações estaduais de 1970 a 1998, procurando-se verificar, por intermédio das execuções orçamentárias existentes nos Balanços Gerais do Estado, se elas realmente foram cumpridas, como foi efetivada a aplicação dos recursos disponíveis e se podem ser vislumbradas alterações significativas nas formas de aplicação adotadas pelos governos de cada ciclo político.

No terceiro capítulo são analisados os comportamentos dos indicadores sócio-econômicos para cada período, com vistas a se inferir se as condições de vida da maioria do povo cearense melhorou com a emergência da moderna oligarquia cambebista da forma que muito é expressa nas propagandas oficiais e nas reportagens divulgadas pela imprensa nacional sobre as administrações desse novo ciclo político.

Ao final, na conclusão, procura-se aglutinar as inferências de cada um dos capítulos anteriores para então demonstrar que não existem distinções tão grandes entre as formas de atuação e os resultados obtidos pelos governos dos ciclos coronelista e cambebista.



## CAPÍTULO I

### OS CONTEXTOS POLÍTICOS E AS FORMAS DE DOMINAÇÃO NO CEARÁ

#### 1.1. A especificidade do coronelismo no Ceará

“A grande praga do Nordeste é o coronelismo!”, disse o sr. Tasso Jereissati em discurso na sua primeira campanha ao governo do Estado do Ceará. Sua intenção nessa afirmativa era fazer com que os eleitores relacionassem seu adversário dessa época (sr. Adauto Bezerra) a uma decadente forma de dominação rural que durante muito tempo foi utilizada no Brasil e, principalmente, no interior do Nordeste brasileiro. A definição de coronelismo e a demonstração da inadequabilidade do seu emprego na forma realizada pelo sr. Tasso durante a referida campanha política configuram-se como os objetivos do presente item.

Nos discursos e propagandas políticas de 1986, bem como em boa parte dos livros de história da política do Ceará, costuma-se chamar os srs. Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals de “coronéis” no sentido de identificar uma classe hegemônica que existia no interior do Nordeste brasileiro, classe essa formada por agropecuarista que dominavam econômica e politicamente determinadas regiões de cada estado nordestino.

Segundo SANDRONI (1994, p. 76):

“**CORONELISMO.** Termo que designa, no Brasil, o tipo social do grande proprietário rural de comportamento despótico e patriarcal que, por força do consenso geral de um sistema de obrigações e favores, confunde em sua pessoa atribuições de caráter privado e público. O ‘coronel’ protege e sustenta economicamente seus agregados, exigindo deles obediência e fidelidade á sua chefia política.”

Já na concepção de GONDIM (2000, p. 410):

“O coronelismo tem como uma de suas principais características a formação de uma rede de relações pessoais e diretas entre pessoas que ocupam posições assimétricas, em termos políticos e econômicos. Tais relações são baseadas na troca de bens e serviços de natureza distinta: o patrão ou o chefe político fornece terra, moradia, crédito, emprego, cuidados médicos e proteção; os clientes, em contrapartida, fornecem mão-de-obra, serviços e votos. Estes últimos, na verdade, não eram necessariamente a principal contrapartida esperada pelos coronéis, já que suas clientelas incluíam um largo segmento de não-eleitores (analfabetos) e havia a possibilidade de uso da violência para vencer a competição política com facções rivais”.

Além do clientelismo e da possibilidade de uso da força, outra característica marcante do coronelismo provinha da interpenetração entre o público e o privado, pois se por um lado os coronéis utilizavam-se da máquina pública para expressar seu poder pessoal de domínio, com a distribuição de cargos e empregos entre seus “afilhados”, por outro lado, exerciam, de fato, o papel do agente público, quando ofertavam a seus clientes serviços assistencialistas (cuidados médicos, proteção, etc), bem como quando utilizavam de seus recursos pessoais para financiar as despesas com as eleições (FAORO apud GONDIM, 2000).

Outro ponto importante para a manutenção dessa forma de dominação provinha da quase completa falta de informação sobre o “mundo exterior”, bem como de instrução, a qual estavam submetidos os “clientes” - os trabalhadores rurais que muito dependiam do “coronel” (as dificuldades de acesso por conta da falta de infra-estrutura – estradas – e de meios de transporte coletivos faziam com que o homem do campo e suas famílias permanecessem durante longos períodos isolados no próprio local de trabalho – fazendas – sendo muitas das suas necessidades – comida, roupas, calçados, etc – fornecidos pelos próprios empregadores, ou confeccionadas por eles próprios, dispensando-se o “inconveniente” deslocamento para centros urbanos com vistas a supri-las). Assim, as informações que lhes chegavam sobre política provinham muito mais de seus patrões, os proprietários, os quais utilizavam-se de muita subjetividade e parcialidade nesses repasses, do que dos meios de informação ou do convívio social, que mais dependiam de “festas” religiosas ou políticas para acontecer.

Como salienta LEMENHE (2000, p. 26): “Na experiência histórica brasileira e na literatura especializada os termos ‘coronel’ e ‘oligarca’ designam chefias e/ou lideranças políticas patrimonialistas<sup>1</sup> que dominam, respectivamente, nas instâncias do poder municipal e estadual”.

No presente trabalho o termo “Ciclo dos Coronéis” expressa o período de dominação do governo estadual exercido pela oligarquia composta pelos srs. César Cals, Virgílio Távora e Adauto Bezerra, chegando, ainda, até o governo Gonzaga Mota, pois, embora tal

---

<sup>1</sup> Segundo SANDRONI (1994, p. 256), “ **Patrimonialismo.** Sistema de dominação política ou de autoridade tradicional em que a riqueza, os bens sociais, cargos e direitos são distribuídos como patrimônio pessoais de um chefe, ou de um governante. Ultrapassa o âmbito das relações pessoais e familiares típicas do patriarcalismo, englobando mesmo a estrutura de um Estado: um corpo de funcionários burocráticos, sem vínculos de parentesco com o soberano, administra, controla e usufrui do patrimônio público, que se apresenta como propriedade pessoal do governante”.



governador tenha rompido posteriormente com esses oligarcas, sua ascensão ao governo do estado deveu-se exclusivamente ao apoio desses coronéis.

Muito embora se possa usar a denominação “coronel” para designar membros do poder político estadual da referida oligarquia<sup>2</sup> (termo mais adequado, haja vista o caráter estadual da dominação), deve-se chamar a atenção para o fato de que tal terminologia é inadequada.

A primeira incoerência dessa terminologia revela-se quando analisam-se as categorias econômicas as quais pertenciam os componentes da oligarquia, visto que, apenas um dos integrantes do grupo (sr. Aduino Bezerra) poderia ser classificado como agropecuarista. Nenhum dos outros o era. Virgílio Távora era um “político de carreira”, que, antes de “herdar” a chefia política do pai, ingressou na carreira militar. César Cals também era militar e tinha um pai que foi político. Entretanto, diferentemente dos Távora, os Cals não tinham se mantido na política. Já Gonzaga Mota era professor universitário e funcionário do Banco do Nordeste. Finalmente, vale ressaltar que embora Aduino Bezerra tenha iniciado sua ascensão política por intermédio da exploração agropecuária, ele expandiu seu domínio exatamente por conta do ingresso em outros ramos. Segundo CARVALHO (2002, p. 27), “... a atividade de usineiros dava aos Bezerra a possibilidade de articular poder econômico e político na região através do sistema de financiamento e corretagem do algodão. Os corretores, como intermediários dos usineiros tornavam-se também seus potenciais ‘cabos eleitorais’ junto a uma extensa e capilarizada rede de pequenos e médios produtores de algodão...”. Assim, Aduino Bezerra estava muito mais ligado ao setor industrial e, posteriormente ao terciário, com a criação de seu banco, do que ao setor agropecuarista.

Por outro lado, sabe-se que no período do “ciclo dos coronéis” o desenvolvimento dos meios de comunicação, as melhorias de infra-estrutura, o crescimento da industrialização e a maior expansão da rede educacional do estado passam a minar a dominação exercida por intermédio da desinformação, fato que muito prejudicou lideranças fincadas no patamar do coronelismo “puro” - as notícias de melhores empregos e oportunidades nos centros urbanos propiciou um gradual e crescente deslocamento das populações rurais para as cidades.

---

<sup>2</sup> Segundo SANDRONI (1994, p. 245), “**OLIGARQUIA**. Regime político ou forma de dominação de qualquer tipo, no qual o poder está nas mãos de um grupo pequeno de pessoas que dele se apossaram, sendo exercido apenas por elementos desse grupo. Do ponto de vista político puramente formal, distingue-se da democracia e da monarquia.

Pondere-se ainda que seria no mínimo estranho que uma classe dominante que se reproduzisse na esfera primária (agropecuária) adotasse, quando no poder estadual, políticas voltadas para criação de infra-estrutura e fomento voltadas para o setor secundário, como de fato ocorreu no período em que se mantiveram hegemônicos, sobretudo no governo de Virgílio Távora, político que se notabilizou como “desenvolvimentista” e “industrializante”.

Frise-se ainda que o próprio clientelismo existente nessa época não pode ser vinculado, por conta da evolução econômica e o intenso êxodo rural provocados pela implantação de indústrias e agroindústrias no estado com recursos provenientes da SUDENE e do Banco do Nordeste, bem como por conta das melhorias de infra-estrutura dos gastos públicos com recursos provenientes do II PND, apenas à influência de grandes agropecuaristas, mas sim à existência de uma intensa e tradicional rede de relações de dominação política em bases familiares (os Távora, os Bezerras, os Pinheiros, os Sabóias, etc), ao empreguismo (tanto público como privado) que gerava compromissos (“política de favores”), bem como, e não se pode deixar de mencionar, a outras formas de “compra de votos” que também reforçavam a clientela. Na tabela abaixo, apresentamos dados do IBGE referentes à ocupação nos anos de 1970 e 1981 que reforçam nossa afirmação sobre a redução da clientela rural.

**TABELA 1**

**PESSOAS OCUPADAS NO ESTADO DO CEARÁ, POR ATIVIDADE E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS REFERENTE AOS ANOS DE 1970 E 1981.**

ATIVIDADE E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1970		1981	
	Total	%	Total	%
<b>TOTAL</b>	<b>1.255.440</b>	<b>100,0</b>	<b>1.851.247</b>	<b>100,0</b>
<b>Total da Atividade Primárias</b>	<b>749.090</b>	<b>59,7</b>	<b>567.095</b>	<b>30,6</b>
Empregados	195.407	26,1	259.433	45,7
Conta própria	252.347	33,7	146.596	25,9
Parceiros	169.374	22,6	-	0,0
Empregadores	7.816	1,0	22.057	3,9
Não remunerados	124.146	16,6	139.009	24,5
Sem declaração	-	-	-	-
<b>Total da Atividade Não Primárias</b>	<b>506.350</b>	<b>40,3</b>	<b>1.284.152</b>	<b>69,4</b>
Empregados	313.447	61,9	874.339	68,1
Conta própria	174.517	34,5	367.054	28,6
Empregadores	3.486	0,7	14.567	1,1
Não remunerados	14.875	2,9	28.192	2,2
Sem declaração	25	0,0	-	-

Fontes: IBGE - Censo de 1970 e LIMA (2002, p. 66).



Observando a tabela 1 percebe-se claramente que durante a principal fase de dominação dos “coronéis” houve uma contínua diminuição da quantidade de pessoas envolvidas nas atividades primárias, tanto em valores absolutos, pois passam de 749.090 pessoas em 1970 para 567.095 em 1981, como percentuais, visto que representavam 59,7% do total de pessoas ocupadas nessa atividade em 1970 e passaram para 30,6% em 1981. Note-se também o crescimento do total de pessoas empregadas com remuneração no campo que passou de 26,1% para 45,7% do total de pessoas ocupadas na atividade nesse período. Isso em parte reflete a evolução de práticas capitalistas no campo, que ocorreu por conta dos incentivos fiscais que ampliaram a existência de empresas rurais, que em geral são muito menos “assistencialistas” do que os “coronéis”, visto terem como objetivo principal o lucro.

Muito embora seja evidente a inadequação do termo "coronel" para identificar a oligarquia tradicional do Ceará, a usualidade de seu emprego decorreu muito mais de uma artimanha midiática utilizada na época da campanha de 1986 pelo comitê do candidato Tasso Jereissati, e também da própria ambigüidade decorrente da carreira militar que haviam seguido (tanto Virgílio, como Aduato e Cals, passaram pelo exército brasileiro, sendo que, na época de suas baixas, detinham variadas patentes) assim como da auto-intitulação dos próprios que consideravam-se “coronéis”. Como bem expressa LEMENHE (2002, p. 21):

“Este discurso de ‘empresários contra os coronéis’ foi uma estratégia de campanha. Era eficaz porque existiam indivíduos que se reconheciam como coronéis. Mas todos eles estavam muito longe de configurar um perfil de um coronel tal como a literatura tipificou no Brasil (...) Mas ninguém, numa linguagem acadêmica, pode qualificar Virgílio Távora como um coronel no sentido sociológico clássico”.

## 1.2. O *momentum* pré-oligarquia tradicional

Para iniciar a análise entende-se ser fundamental discorrer sobre a caracterização do *momentum* político cearense inserido em um contexto histórico-político brasileiro mais amplo denominado “República Populista”, que vai de 1945 até antes do golpe militar de 1964.

Em termos de planos econômicos, esse período teve como marco o “Plano de Metas” elaborado pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Tal plano foi alicerçado em uma política desenvolvimentista com ênfase na substituição de importações voltada a complementar as lacunas na matriz insumo produto da economia brasileira. Com esse fim, políticas cambiais e monetárias foram usadas com o objetivo de proteger a indústria nacional,

numa política de desenvolvimento que além de facilitar o crédito para esse setor, imputava ao setor público o ônus dos gastos em infra-estrutura necessários para o soerguimento econômico nacional.

No plano político nacional, esse período foi marcado pelo surgimento de partidos políticos com expressões nacionais.

No Ceará, o que notabilizou essa fase foi a constatação da fragilidade estrutural das elites políticas estaduais e a não consolidação de uma oligarquia estadual dominante. Segundo PARENTE (2000, p. 383):

“A fragilidade das elites políticas cearenses se revela com toda clareza no período da redemocratização, 1945 a 1964, quando o padrão dominante foi, indubitavelmente, a recorrência oposicionista, isto é, a cada eleição o governador não conseguia eleger o seu sucessor”.

Essa fragilidade decorria, da desarticulação existente entre as lideranças de três regiões importantes do estado: o Sul (Cariri), o Centro (Sertão) e o Norte (liderado por Sobral). Segundo PARENTE (2000, p. 386):

“A família, no Ceará, não indica oligarquia e nem é um critério de fidelidade partidária, sobretudo em se tratando da zona Norte do Estado. A fidelidade circunstancial está na capacidade de distribuir recurso em momentos específicos. O clientelismo, então, não é sinônimo de coronelismo, de oligarquia fortes internamente, mas um mecanismo tradicional de criar fidelidades quando a ideologia não consegue”.

É interessante ressaltar que o jogo político estadual foi pautado na atuação de quatro partidos políticos, sendo dois mais fortes e que se alternavam no poder (a UDN - União Democrática Nacional e o PSD - Partido Social Democrático), e os dois outros partidos que se configuravam como “fiéis da balança”, o PSP (Partido Social Progressista) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

Para demonstrar a inexistência de lideranças fortes e a intensa concorrência política ocorrida nesse período no Ceará, a simples listagem dos nomes dos governadores eleitos em cada votação e seus respectivos partidos e/ou coligações, é suficiente:



<u>Nome do Governador</u>	<u>Ano da Eleição</u>	<u>Partido e/ou coligação</u>
Faustino Albuquerque	1947	UDN coligado ao PSP
Raul Barbosa	1950	PSD coligado ao PSP
Paulo Sarasate	1954	UDN coligado ao PTB
Parcival Barroso	1958	PSD coligado ao PTB
Virgílio Távora	1962	UDN com apoio do PSD

Logicamente, a lista acima não permite vislumbrar que já antes do ano de 1958 duas lideranças começavam a se destacar na arena política estadual: Virgílio Távora (UDN) e Carlos Jereissati (PTB).

Virgílio Távora, político habilidoso, muito cedo percebeu a fragilidade das lideranças da região norte do Estado e cuidou de instabilizá-las com vistas tanto ao seu fortalecimento interno na UDN, como ao fortalecimento do próprio partido. Nas palavras de PARENTE (2000, p. 396):

“Virgílio Távora teve o controle interno do seu partido. Ele percebia a independência partidária da região Norte cearense e articulou o controle da UDN, destruindo a liderança do Dr. Sabóia. Távora delegou Edival Távora para representar a UDN em vários municípios daquela região. O ex-governador Parcival Barroso reconhece que ‘na verdade, a extinção do saboísmo na zona Norte é consequência de uma política habilmente desenvolvida pelo coronel Virgílio Távora”.

Outras características que levaram Virgílio Távora à condição de líder decorriam de sua capacidade de administração dos conflitos internos do partido e da propagação de sua imagem como a de um político sintonizado com o moderno modelo político desenvolvimentista de cunho nacional.

Carlos Jereissati, pai do futuro governador Tasso Jereissati, despontava principalmente por seu crescente poder econômico proveniente de suas características comerciais natas, bem como do auxílio providencial que recebeu nos períodos de administração do governo federal pelo PTB. Nas palavras de FARIAS (1997, p. 232):

“Carlos Jereissati nasceu em Fortaleza...Filho de um comerciante libanês ligado ao setor de importações, Aziz Kalil, assumiu o comando dos negócios do pai na década de 1930, alcançando em pouco tempo a condição de um dos homens mais ricos de Fortaleza... Ingressando no PTB, revelou-se um defensor ardoroso de Getúlio Vargas... Essa proximidade com Vargas beneficiou bastante Jereissati. Segundo Aroldo Mota, com a licença exclusiva para importar tecidos de linho, tropical, lã e

cassimira (a maioria da Inglaterra) num momento que o nacionalismo de Getúlio impunha uma política protecionista, de substituir as importações. Com isso, seus lucros não pararam de aumentar e logo virou proprietário de uma das maiores fortunas do país.”

A distinção entre essas duas forças políticas (Jereissati e Távora) fica muito bem evidenciada nesse trecho elaborado por PARENTE (2000, p. 398):

“A liderança de Jereissati difere da de Virgílio Távora. Enquanto Jereissati é o verdadeiro fruto do nacional-desenvolvimentismo, onde sua liderança é estimulada pelo governo da União, comprometida com a construção do capitalismo nacional, a de Távora, apesar de moderna na sua realização, é mais tradicional na sua prática de fidelidade. Essa diferença não impede Virgílio Távora de agir como um agente dessa modernização-conservadora, consciente de que era uma necessidade para a sua própria sobrevivência política.”

A morte repentina de Carlos Jereissati em 1963 e o golpe militar de 1964, com sua respectiva reforma política, inviabilizam totalmente, no primeiro caso, ou postergam, no segundo, a consolidação de um dos grupos políticos no poder estadual.

### 1.3 O ciclo dos "coronéis" no Ceará

Embora o primeiro governo de Virgílio Távora tenha iniciado em 1963 e, mesmo com o golpe militar não tenha sido interrompido, sendo concluído no ano previsto, não se pode considerá-lo como representativo do “ciclo dos coronéis”, visto que o político que o sucedeu no governo do Estado, Plácido Castelo, pertencia ao grupo político comandado pelo ex-governador Paulo Sarasate, o qual queria com isso enfraquecer a liderança de Távora (a nomeação de Plácido Castelo como governador do Estado deveu-se a influência exercida por Sarasate junto ao governo federal, haja vista que detinha antigos vínculos de amizade com o então presidente Castello Branco). Além disso, frise-se que na época do primeiro “veterado” (forma como é denominado o primeiro governo Virgílio Távora) não existia o acerto político que permitiu a consolidação da oligarquia coronelista (política dos coronéis).

O primeiro “coronel” do ciclo, César Cals, tem seu período de governo imediatamente após o governo de Plácido Castelo. Todavia, deve-se ressaltar que a ascensão política de Cals, também nada teve a ver com o fortalecimento de lideranças estaduais, muito pelo contrário, deveu-se à imposição do governo central (ou, mais especificamente, dos militares de Recife) à comunidade política local.



Entretanto, a tentativa de alijar do poder os políticos estaduais pela dominação política local por um candidato totalmente comprometido com o poder central, não surtiu o efeito desejado, mas sim, ensejou o fortalecimento da oligarquia local.

### 1.3.1 A consolidação da oligarquia política estadual (“coronéis”)

César Cals não era um político tradicional do estado do Ceará. Embora fosse cearense e filho de um político, sua carreira, antes de assumir o governo estadual, estava muito mais ligada à tecnoburocracia. Em 1957 Cals era o engenheiro encarregado pelo serviço de energia e luz de Fortaleza, e posteriormente foi transferido para o Departamento de Energia da Sudene em Recife.

Sua nomeação, imposta aos políticos tradicionais locais pelo governo militar federal, demonstrou a intenção em estabelecer uma liderança local própria, ligada diretamente ao poder central e confiável. Todavia, embora o clima de 1971 fosse de grave repressão política, uma liderança imposta não tinha como subverter ao seu comando toda a comunidade local. Segundo CARVALHO (2002, pp. 21-22):

“A condição de chefe político pressupõe compromissos e lealdades cuidadosamente enraizados e irrigados através do tempo no solo da política tradicional. É, portanto, paradoxal a situação de uma chefia política imposta, tal como ocorria com a indicação de governadores pelo regime militar sem que desse processo participassem os grupos políticos estaduais. O paradoxo reside: a) na quebra das bases de legitimidade do poder tradicional, sem no entanto abandonar a pretensão de controle de votos que a vigência da rede das chefias políticas municipais comporta; b) recorrer à força de atração que deriva do controle da máquina do Estado para transformar ‘naturalmente’ o governador indicado em ‘chefe’ do mais numeroso dos grupos políticos, esquecendo que ‘adesismo’ não perdura para além do curto período de exercício do mandato.”

A quebra de braço entre os políticos tradicionais locais e a liderança imposta de fora acabou por instituir “simbolicamente”, mesmo no esquema do bi-partidarismo, o sistema político anterior de dois partidos fortes (na verdade, lideranças fortes, Adauto e Virgílio) e um fiel da balança (Cals). Contudo, na verdade esse esquema escondia uma bem arquitetada formação oligárquica, acertada por esses três atores. Segundo MOTA apud PARENTE (2000, p. 403):

“Virgílio Távora, político hábil, engendrou um acordo com Adauto Bezerra, que já liderava um grupo de deputados e com o candidato do sistema, César Cals, formaram a política dos coronéis, que domina o Estado até nossos dias. Essa política

tinha duas táticas: a) união da cúpula e b) divisão nas bases. Com isto não sobrava espaço para o MDB ou o surgimento de novas lideranças.”

Tal acordo sustentava-se no regime político repressivo existente à época, tendo em vista que o poder central necessitava de pessoas confiáveis para comandar o Estado. Os srs. Virgílio Távora e Adauto Bezerra, além de egressos do meio militar, eram lideranças tradicionais do estado e se fortaleciam principalmente no interior do estado, em virtude do regime implantado não permitir o surgimento de lideranças modernas (ou “à esquerda”). Já o sr. César Cals, durante seu mandato, conseguiu formar uma “base de apoio” interiorana de políticos que se beneficiaram durante seu governo e/ou que não demonstravam interesse em se opor ao regime militar. Além disso, todos demonstravam-se dispostos a implementar o processo de “modernização conservadora” promovido pelo governo federal, principalmente Virgílio Távora, um ardoroso defensor da industrialização desde seu primeiro governo.

Assim, o surgimento e fortalecimento de lideranças estaduais fortes fez com que esse grupo político conseguisse apoio do governo central, o qual subverteu-se aos políticos tradicionais locais face à “manutenção da ordem estadual” (dominação pelo partido político situacionista – tanto que o MDB nem apresentava candidatos ao governo – e o conseqüente apaziguamento do clima político do estado, permitindo a legitimação do governo central). Tal fato, propicia a consolidação da oligarquia coronelista no poder estadual, o que não acontecia desde 1945.

### 1.3.2 A forma de dominação dos coronéis no Ceará

Na época do “ciclo dos coronéis” o desenvolvimento da indústria e dos meios de comunicação e as melhorias de infra-estrutura remavam contrários aos preceitos clientelistas da política tradicional, pois as mudanças implementadas tanto ampliavam os horizontes informativos dos eleitores, como processavam um enfraquecimento gradual dos laços de dependência econômica mantidos pelos coronéis interioranos.

Essa gradativa mudança não passou despercebida pelos “coronéis”, os quais, mesmo em um regime anti-democrático, não podiam prescindir da demonstração de força política nas épocas das eleições (lembrem-se que o regime militar não extinguiu de todo o processo político, pois necessitava dele para se legitimar). Assim, para manterem sua hegemonia, os referidos senhores utilizaram-se de uma forma de dominação mais adequada



ao momento histórico-político do que o coronelismo. Segundo SCHWARTZMAN apud GONDIM (2000, p. 413):

“Em seus governos pode-se identificar, em maior ou menor grau, o neopatrimonialismo, uma forma de dominação política derivada não da posição no sistema de propriedade e de prestígio social, mas do controle sobre o aparelho de Estado para a obtenção de recursos (empregos, verbas, etc) necessários à cooptação dos subordinados.” (grifos nossos).

Os oligarcas conseguiram manter suas zonas de dominação por meio do empreguismo e da “política de favores”, assim agradando às lideranças municipais tradicionais de bases muito familiares, pois os partidos políticos muito mais expressavam os relacionamentos entre as famílias e seus chefes políticos do que qualquer tipo de ideologia política. Além de fortalecerem o Estado, via maior penetração nos municípios face a elevação do número de funcionários públicos, funcionários estes que sentiam-se devedores de certa fidelidade aos políticos que haviam propiciado seus empregos, visto que a admissão por concurso público não era de praxe. Além disso, os oligarcas souberam reverter em prol de suas lideranças os louros da intensificação do processo industrial do estado, das melhorias de infra-estrutura e do crescimento econômico.

Todavia, paulatinamente, as mudanças provocadas pelo processo de modernização conservadora que foi posto em prática durante o “ciclo dos coronéis” foram responsáveis pelo próprio enfraquecimento de sua hegemonia, visto que propiciaram a diminuição do poder das lideranças familiares municipais, por conta da melhoria do grau de informação da população (tanto pelo desenvolvimento dos meios de comunicação como pelo maior grau de educação do povo). Além disso, em consequência do crescimento da tecnoburocracia estadual (funcionários públicos) e do poder econômico (empresariado), passam a surgir lideranças fora do contexto tradicional.

#### 1.4. O período de transição

O processo de redemocratização e transição para o retorno do poder civil que teve início no governo Geisel e finalizou com a posse do presidente José Sarney trouxe em seu bojo todo um manancial de interesses políticos, econômicos e sociais que não mais se identificavam com as formas tradicionais até então existentes. Esse conjunto de mudanças a nível nacional não poderia deixar de refletir-se no espaço estadual.

O “Acordo de Brasília”, que continha o acerto para que o então presidente Figueiredo permitisse a indicação de Gonzaga Mota como candidato de consenso dos “coronéis” ao governo estadual, rezava que os cargos do primeiro e segundo escalão do estado deveriam ser repartidos em três partes iguais. Isso demonstra que o pacto oligárquico existente durante o regime militar não tinha mais como ser mantido em um ambiente democrático, pois na nova ordem não havia como deter o surgimento de novas lideranças e partidos políticos (pluripartidarismo).

Posteriormente as próprias pretensões políticas do novo governador eleito (Gonzaga Mota) levaram-no a não cumprir o acordo fechado sob o crivo do poder federal. Na verdade, o ato de “rebeldia” do governador bem expressava o momento político no qual a vislumbração do fim dos regimes militares fazia ebulir da sociedade o sentimento de necessidade de mudança. Foi nessa época (1984-1985) que ocorreu o movimento “diretas já” que solicitava a instalação imediata de eleições presidenciais da forma direta.

Gonzaga Mota rompeu com os “coronéis”, mas suas práticas políticas não, visto que sua tentativa de dominação política estadual foi pautada também em práticas patrimonialistas, com muito empreguismo e intensa corrupção. Tais práticas, juntamente com a perda da ajuda federal por conta do apoio ao candidato da oposição à presidência, geraram grave rombo financeiro ao estado do Ceará, inviabilizando até o pagamento das contas públicas, inclusive os salários dos funcionários. Isso gerou uma intensa insatisfação da população cearense.

Em um clima político e social como o descrito acima, hoje, passado algum tempo, pode-se vislumbrar facilmente que a sociedade cearense estava propensa a uma mudança. Todavia, para se contrapor ao poderio econômico e político dos “coronéis” seria necessário o surgimento de uma força política que sintetizasse as mudança e também que demonstrasse poderio econômico ou, pelo menos, que conseguisse captar os anseios sociais da população<sup>3</sup>.

Em 1978, ainda durante o período militar, acontece um fato novo no meio empresarial cearense. Um grupo de jovens empresários passou a comandar o Centro Industrial

---

<sup>3</sup> Vale ressaltar que nesse ano (1985), as forças políticas de esquerda haviam, conseguido uma vitória histórica no Ceará, com a sra. Maria Luíza (PT) eleita prefeita de Fortaleza, ao concorrer com fortes lideranças do PMDB, Paes de Andrade e Lúcio Alcântara.



do Ceará (CIC). Esse grupo (todos provenientes de famílias tradicionais ligadas ao comércio e à indústria cearense e com diplomas de nível superior) passou a efetuar um conjunto de reuniões, cursos e palestras, tentando aglutinar o meio empresarial local. Além disso, passaram a expressar discurso de “oposição” ao regime tradicional vigente. Nas palavras de FARIAS (1997, p. 258):

“ A nova postura do CIC logo entrou em choque com o conservadorismo da FIEC. Beni, Tasso e companhia passaram a pregar uma gestão profissional da administração pública, sem clientelismo, fisiologismo, paternalismo ou corrupção; criticavam duramente o mau gerenciamento dos recursos públicos estaduais e a política industrial do governo para o Nordeste. Posicionavam-se contra o controle e intervencionismo estatal na economia e defendiam a redemocratização imediata do país e a implantação de um projeto liberal.”

Era a burguesia empresarial do Ceará mostrando seu projeto de interesse em ascensão política, sem a necessidade de prepostos, tal como o vislumbrado por Celso Furtado. Segundo expressa ARAÚJO (2000, p. 79):

“Diferentemente do restante da região, os empresários do Ceará patrocinaram o processo de industrialização do seu estado. Fortaleceram-se internamente e, fortes, conseguiram derrubar a oligarquia e se tornaram hegemônicos no estado. Conseguiram fazer o que Celso Furtado sonhou. Quer dizer, os empresários urbanos ficaram relativamente mais poderosos e puderam bater na oligarquia com mais força, tomar o poder no estado e manter esse poder ao longo de tanto tempo.”

Tendo em vista o processo de cisão existente entre o governo do estado e os “coronéis” e posto que não surgiram outras lideranças políticas dispostas a enfrentar os oligarcas coronelistas, foi engendrada uma coligação entre o então governador Gonzaga Mota e os representantes do CIC a fim de lançar a candidatura de Tasso Jereissati ao governo do Estado.

Com uma campanha política bem elaborada, utilizando componentes midiáticos que imputavam ao candidato Tasso Jereissati características de “mudança” e “modernidade” contra um candidato dos “coronéis” que representava o “velho”, a “situação” (ditadura), a “ineficiência” e o “atraso”, e com discursos focados na responsabilidade administrativa, contra a corrupção, o clientelismo, a política de favores, o coronelismo, o representante das elites industriais do estado realmente conseguiu captar o sentimento de insatisfação existente na população cearense e, por isso, venceu as eleições contra o sr. Adauto Bezerra. Esse momento selou, definitivamente, o período da oligarquia dos “coronéis” no estado do Ceará e, paradoxalmente, iniciou outra.

## 1.5. O ciclo da "Geração Cambéba"

### 1.5.1. A nova forma de dominação política e de liderança no Ceará

Como anteriormente dito, para conseguir eleger-se ao governo estadual o sr. Tasso Jereissati, além do apoio providencial do governador Gonzaga Mota, utilizou-se de um discurso moralizante no qual se demonstrava contrário a forma tradicional de se fazer política, pois identificava como maléficas suas características clientelistas e patrimonialistas, no mais das vezes relacionadas à corrupção. Também era partidário da austeridade na condução das contas públicas como meio de conseguir a justiça social e o desenvolvimento estadual, com a conseqüente melhoria das condições de vida para todos. Referido discurso encontrou “eco” em diversos segmentos sociais existentes à época (empresários, classe média, proletariado urbano, trabalhadores do setor informal, trabalhadores rurais, camponeses, etc), bem como fez com que até alguns partidos de esquerda recém formados participassem da coligação que apoiava sua eleição (PCB e PC do B).

Ao iniciar seu governo, logo em seu primeiro dia, o sr. Tasso Jereissati demonstrou a efetividade de seu discurso pois, de uma só vez, demitiu 30 mil funcionários públicos contratados irregularmente na administração anterior e cortou da folha de pagamento outros 20 mil funcionários “fantasmas”. Além disso, também implementou uma política de pouco diálogo com as lideranças municipais e legislativas tradicionais (principalmente no primeiro governo) e até mesmo com aquelas pertencentes a partidos políticos que o haviam apoiado na fase da campanha.

Essas atitudes do governador, juntamente com outras como o não pagamento de jornalistas que pertenciam à folha do governo ou de prestadores de serviço do governo passado, geraram muitos desentendimentos e discordâncias. Por isso o primeiro governo Tasso foi de intenso conflito político com as forças políticas remanescentes dos “coronéis” e até mesmo com os partidos de esquerda que ajudaram a elegê-lo, os quais não podiam concordar com um governo de características autoritárias e de pouca conversa para com os movimentos sociais.

Com o propósito de suplantar as dificuldades ocasionadas pelas vozes discordantes, o “Governo de Mudanças” pôs em prática uma série de táticas visando o enfraquecimento de seus opositores e o crescimento de seus aliados.



A efetivação de intensa reforma administrativa conseguiu desestabilizar as forças corporativas da tecnoburocracia estadual que haviam se insurgido no governo Gonzaga Mota. O reforço dos vínculos com os dirigentes das federações e sindicatos dos trabalhadores rurais, que haviam sido iniciadas por conta do apoio dos partidos de esquerda durante o processo eletivo, juntamente com a criação das categorias “agentes de saúde” e “agentes de mudanças”, funcionários públicos que atuavam junto às comunidades carentes do Estado, propiciaram apoio popular ao governo e dificultaram o domínio que antes era exercido pelas lideranças de esquerda. Por fim, com intuito de debilitar a extensa rede política tradicional ligada aos coronéis, o governo do Estado operou de duas formas: a) instituiu a “Secretaria de Governo”, nos moldes da “Secretaria para Assuntos Municipais” existente durante o governo Aduato Bezerra, com objetivo de conseguir adesão dos prefeitos e outras lideranças municipais interioranas, face a realização de obras de vulto em municípios-chave; b) apoiou e incentivou candidaturas à cargos públicos de empresários, executivos e profissionais de formação universitária, que compactuavam com os ideais de austeridade, moralidade e liberalismo econômico do novo grupo político, reforçando a dominação política da burguesia empresarial em detrimento das lideranças familiares do ciclo coronelista.

Conjugadas a essas estratégias, o governo Tasso utilizou-se de intensa campanha midiática (televisão, jornais e revistas) exaltadora das reformas de infra-estrutura e administrativa, bem como das novas políticas para fortalecimento da industrialização e do crescimento econômico, implementadas por seu “governo de mudanças”, propiciadas pelo “novo estilo de governar”. Com isso conseguiu subverter boa parte do eleitorado à seu favor e viabilizou o fortalecimento de seu grupo com a eleição de vários deputados e do novo governador (Ciro Gomes).

Tais práticas, em maior ou menor grau, foram também utilizadas pelos demais governos do ciclo da “Geração Cambéba”, como bem expõe LEMENHE (1995, pp. 235-236):

“A atual elite dirigente do Ceará tem outras formas de se reproduzir no poder. Confrontada com aquela no interior da qual foi gestada se apresenta como ruptura com o passado próximo (...) Entidades de classes e/ou grupos empresariais substituem a família como organização articuladora do poder . (...) Entidades de classe trabalhadora do campo e da cidade e associações de bairro são espaços privilegiados de legitimação dos novos dirigentes. Definidas como instâncias viabilizadoras de uma administração participativa, (...) inaugura-se no Ceará o populismo como forma de participação-exclusão dos segmentos populares. Assim fazendo, são minimizados os meios de conquista de adesões e fidelidade, fundados em formas individualizadas de atendimento de necessidades. (...) O recrutamento de quadros político-administrativos e de pessoal não governamental de apoio



(assessores, profissionais dos meios de comunicação, lideranças de entidades populares), agora orientado por critérios de competência, substitui as referências anteriores, fundadas em amizade política e relações de parentesco, pela da titulação universitária e/ou qualificação atestada na prática. (...) A recorrência cotidiana à mídia de longo alcance (televisão, jornais/revistas locais, nacionais e internacionais) substitui o restrito campo de visibilidade política no qual recorreram os antigos poderes... São aqueles recursos que habilitam os dirigentes para o exercício de uma onipresença local e nacional, até então desconhecida dentre as representações políticas do Ceará”.

Entretanto, muito embora a forma de dominação e os objetivos finais sejam os mesmos, os estilos de liderança adotadas pelos dois principais atores do “Ciclo Cambebista”, srs. Tasso Jereissati e Ciro Gomes, possuem distinções. Como bem expressa GONDIM (2000, p. 419):

“Tanto Tasso Jereissati, como Ciro Gomes, identificam-se com o mesmo projeto de modernização autoritária do setor público cearense, (...), mas o primeiro aproxima-se mais do modelo de gestão burocrática clássica, enquanto Ciro Gomes, como administrador, tenta combinar a eficiência e a impessoalidade da burocracia, com o exercício de uma autoridade carismática (...) Segundo o sociólogo alemão Max Weber (1991), a dominação racional ou burocrática tem como característica básica o exercício impessoal da autoridade, que é fundamentada em lei e regulamentos, e não na vontade do governante (Weber, 1991). (...) Em contraste, na dominação carismática, obedece-se ao líder em virtude de confiança pessoal em seu carisma (dom extraordinário, decorrente de virtudes como heroísmo ou santidade), e as ações dos dirigentes não respeitam, necessariamente, regulamentos, inclusive no que se refere à divisão de trabalho entre os subordinados. (...) Uma evidência das diferenças de estilo de administração entre os dois ‘governos de mudanças’ seria a maior preocupação de Tasso com o desempenho eficiente da máquina governamental no seu dia-a-dia, que se refletiria na escolha de técnicos de renome e de líderes empresariais para o seu secretariado, com os quais dividiria, efetivamente o exercício do poder. Em contraste, Ciro Gomes tenderia a uma maior centralização e à realização de ações de impacto, típicas de uma autoridade carismática” (grifos nossos).

Esta nova forma de dominação, com características populistas e, ao mesmo tempo, modernizantes e autoritárias, se sobrepôs a anteriormente utilizada no ciclo coronelista (neopatrimonialismo, viabilizado por extensa rede de política tradicional de base familiar), por conta da bem arquitetada estratégia de desestabilização dos adversários, em estilo maquiavélico, mas sobretudo pelas prodigiosas campanhas midiáticas executadas, as quais enalteciam as realizações processadas durante os “governos de mudanças” e assim conseguiram subverter a opinião pública em favor da nova elite política.

#### 1.5.2. A consolidação de uma nova oligarquia

As eleições de 1986 foram coroadas de êxito para o PMDB, pois, além do governador, sr. Tasso Jereissati, referido partido elegeu dois senadores (100% das vagas existentes), doze deputados federais (mais de 50% das vagas existentes – o Ceará é



representado por 22 deputados federais) e 24 deputados estaduais (também mais de 50% das vagas – são 46 deputados na Assembléia Legislativa do Ceará).

Entretanto a vitória nas eleições de 1986 do então partido do sr. Tasso Jereissati não representava ascensão de seu grupo político, mas sim da ala ligada ao governador Gonzaga Mota, a qual havia se beneficiado da intensa campanha midiática contra os coronéis. Desta feita o primeiro governo Jereissati iniciou com maioria na Assembléia Legislativa, todavia essa situação não perdurou por muito tempo, pois a implementação do novo estilo de governar gerou grave crise política dentro do próprio partido e, também, com alguns aliados da campanha. Segundo FARIAS (1997, p. 263):

“Quinze decretos assinados após a cerimônia de posse provocaram enorme repercussão. Foram demitidos quase 30 mil funcionários contratados ilegalmente na administração Gonzaga Mota. Outros 20 mil servidores “fantasmas” foram cortados da folha de pagamento. Sob o lema **não roubo e não deixo roubar**, Tasso incrementou a arrecadação tributária e inibiu a corrupção. (...) Na missão de ‘moralizar e mudar’ o Estado, o governador acabou desenvolvendo um forte autoritarismo, desprezando os movimentos populares de oposição e até mesmo os políticos que antes o haviam ajudado a chegar ao cargo. (...) Os aliados da campanha eleitoral de 1986 ficaram estarecidos. O PCB e PC do B logo migraram para a oposição. O empresário Amarílio Macedo, um dos articuladores da nova fase do CIC, rompeu também com Tasso. O PMDB rachou; parte da sigla, englobando a maioria dos deputados estaduais liderados por Antônio Câmara, Barros Pinho, Paes de Andrade e Gonzaga Mota (...) passaram a opor-se ao governador, enquanto outra parte, sob a chefia de Mauro Benevides, continuou ligada ao Cambéba. Assim, contando com a minoria na Assembléia Legislativa, o Executivo enfrentou enormes dificuldades para desenvolver o ‘projeto mudancista’, sendo rotina os choques entre os dois poderes (como em 1989, após promulgar-se a nova constituição estadual).”

Mesmo com toda a discordância e já tendo sido iniciado pelo governo estadual o processo de desestabilização das oposições, com as estratégias de dominação evidenciadas no item anterior, nas eleições municipais de 1988 o PMDB foi o grande vencedor, elegendo 160 dos 178 prefeitos existentes no estado.

Em 1989 o grupo de Tasso distancia-se ainda mais do PMDB, por conta do não apoio de Jereissati à candidatura de Ulisses Guimarães à presidência. No ano seguinte, 1990, o evidente embate de forças dentro do partido chega ao fim com a mudança do governador e seus correligionários para o PSDB.

As eleições de 1990 consagraram as táticas de dominação empregadas por Jereissati, visto que além do governador, sr. Ciro Gomes, a coligação PSDB/PDC/PDT conseguiu eleger o senador (Beni Veras), dez deputados federais e vinte e dois deputados estaduais. Os eleitos,

em grande parte industriais, empresários e técnicos, demonstraram-se comprometidos com ‘projeto mudancista’ pois foi apenas no governo Ciro Gomes que muitos dos projetos estruturantes idealizados no primeiro governo de mudanças puderam ser efetivamente realizados.

A hegemonia do grupo da “Geração Cambeba” na política cearense fica ainda mais evidente nas eleições de 1994 e 1998, tendo em vista a recondução, nos dois pleitos eleitorais, do sr. Tasso Jereissati ao cargo de governador, bem como pela elevação da base aliada tanto no legislativo estadual como no federal (nas eleições de 1994 a coligação PDT/PTB/PSDB elegeu 2 senadores, 11 deputados federais e 25 deputados estaduais; já em 1998 a coligação PPB/PTB/PPS/PSD/PSDB conseguiu eleger o senador, 13 deputados federais e 29 deputados estaduais).

Não se pode deixar de mencionar, também, os bons resultados obtidos pelo PSDB nas eleições municipais do Ceará tanto em 1992 como em 1998, quando conseguiu eleger, respectivamente, 92 e 93 prefeitos (50% das vagas existentes – nesses anos o Ceará já continha 184 municípios).

Por fim, cabe ressaltar, que, diferentemente do ciclo coronelista, o ciclo da geração cambeba não dispunha de um governo central ditatorial, desta feita sua consolidação como grupo hegemônico decorreu da utilização de práticas políticas lícitas ao jogo democrático, porém a supremacia de um mesmo grupo nos poderes executivo e legislativo estaduais por um longo período de tempo (16 anos), sua forma impositiva e autoritária de atuar, bem como a clara implementação de um projeto de desenvolvimento focado no crescimento industrial, nos permite inferir que, no Ceará, houve apenas uma troca de uma oligarquia (coronelista) por outra (cambebista), sendo que, essa última muito mais que a primeira, demonstra a captura do poder político estadual pela burguesia industrial em detrimento dos políticos tradicionais.



## CAPÍTULO II

### OS PLANOS DE GOVERNO E AS EXECUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO CEARÁ

Após realizada a análise histórico-política, bem como apresentados os argumentos sobre as diferentes formas de dominação do Estado do Ceará das duas oligarquias que tem detido hegemonia política do governo estadual de 1971 até os dias atuais, o presente capítulo tem como objetivo verificar quais as promessas de atuação que referidos grupos apresentaram à sociedade cearense e se suas as previsões de aplicação realmente foram implementadas. Procura-se também averiguar se existiram alterações significativas entre as formas de atuação das duas correntes políticas que dominaram o cenário estadual por três décadas.

É claro que há uma distinção muito clara entre os dois períodos, visto que no “ciclo dos coronéis” os governadores não eram eleitos pelo voto direto, mas sim por meio da Assembléia Legislativa, fato esse que prejudicaria a averiguação se a forma de suas atuações teriam influência na legitimação da dominação política. Entretanto, no primeiro capítulo ficou evidenciado que mesmo no ciclo oligárquico coronelista era necessária a demonstração de domínio político para se manter no poder, tanto que os “coronéis” elaboraram e bem implementaram um acordo que possibilitou essa hegemonia.

No que se segue procura-se analisar os diferentes “planos de governo”, pois são estes os documentos que expressam quais as intenções preliminares que cada governante pretende implementar quando se encontra à frente do poder estadual. Em referidos planos encontram-se listados os objetivos gerais, os programas e as metas propostos por cada administração estadual para aplicação em seus respectivos mandatos, bem como, em alguns casos, de onde proviriam os recursos para execução desses.

É interessante frisar que a execução e exposição de planos de governo não era um hábito das administrações estaduais, tal prática só foi adotada a partir do primeiro governo Virgílio Távora com a apresentação do primeiro Plano de Metas Governamentais (I PLAMEG)<sup>4</sup>, o qual foi considerado um marco no planejamento de governo estadual.

Os planos dos diferentes governos, cuja apresentação e análise são feitas nesse capítulo são os seguintes:

---

<sup>4</sup> Esse plano não foi analisado no presente trabalho, visto que o primeiro governo de Virgílio Távora não está compreendido no “Ciclo dos Coronéis”.

<u>Governo</u>	<u>Nome do Plano e Período de Atuação</u>
César Cals	Plano de Governo do Estado do Ceará – PLAGEC (1971 – 1974)
Adauto Bezerra	I Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Estado do Ceará – I PLAN-DECE (1975 – 1979)
Virgílio Távora	II Plano de Metas Governamentais – II PLAMEG (1979 – 1983)
Gonzaga Mota	Plano Estadual de Desenvolvimento – PLANED (1983 – 1987)
Tasso Jereissati	Plano de Mudanças (1987 – 1991)
Ciro Gomes	Plano Ceará Melhor (1992 – 1995)
Tasso Jereissati	Plano de Desenvolvimento Sustentável (1995 – 1998)

Saliente-se que os planos de governo apresentam apenas as promessas ou os projetos de ação inicial de cada administração. Por conseguinte, para se verificar como tais propostas foram implementadas (caso realmente tenham sido na forma anteriormente programada) necessitou-se de algum documento que efetuasse a exposição da prestação de contas públicas de cada governo estadual. Para tanto utilizou-se no presente trabalho os dados contidos nas “Execuções Orçamentárias Estaduais” que fazem parte dos “Balanços Gerais do Estado do Ceará”, haja vista que tais documentos contém informações sobre as receitas e despesas orçamentárias efetuadas pelo Estado a cada ano.

Para que esse trabalho não ficasse muito extenso e de difícil compreensão, adotaram-se as seguintes estratégias para análise dos planos de governo e das execuções orçamentárias<sup>5</sup> que são apresentadas a seguir:

- a) **Planos de Governo** – Primeiro listou-se, de cada um dos planos, apenas os objetivos gerais, estratégias e metas existentes para posteriormente identificar-se os pontos de convergência e as diferenças apresentadas entre referidas propostas. Logo em seguida, com base na análise dos pontos identificados, investigou-se se houve ruptura entre a forma de atuação da oligarquia coronelista e cambebista;
- b) **Execuções Orçamentárias** – Primeiramente analisou-se as performances das receitas e despesas orçamentárias classificadas por categoria

<sup>5</sup> Nos anexos do presente trabalho foram incluídas planilhas onde se encontram listados os objetivos gerais e as metas mais importantes por grupamento (saúde, educação, infra-estrutura, etc) de cada um dos planos de governo, bem como outras planilhas contendo na íntegra as execuções orçamentárias de cada um dos governos de cada ciclo analisado.



econômica e procurou-se verificar se houve distinção entre os resultados orçamentários obtidos pelos governos de cada ciclo político.

- c) Posteriormente, efetuou-se a análise apenas das despesas orçamentárias classificadas por função para se tentar identificar se os recursos que foram alocados para cada área de atuação governamental condizem com as propostas listadas nos planos de governo.

Ressalte-se que a análise dos dados das execuções orçamentárias limita-se às receitas e despesas orçamentárias. Desse modo, qualquer recurso extra-orçamento proveniente de outras fontes (governo federal, entidades internacionais, etc) aplicados no estado durante esses períodos, não foram levados em conta na presente análise.

## 2.1. Os planos de governo do Estado do Ceará nos dois ciclos políticos

Para se elaborar um plano de governo estadual precisa-se, antes de mais nada, identificar quais as atribuições legais que lhe são pertinentes. Por isso, muito embora cada administração disponha de certa liberdade para escolher suas prioridades, existem certos pontos que não podem ser preteridos. Desta forma, a verificação dos planos em questão evidenciaram, inicialmente, que todas as equipes de governo realizaram diagnósticos próprios sobre as condições do Estado anteriores à sua gestão e pautaram suas estratégias de atuação segundo três vetores distintos: o social (que agrega: educação, saúde, saneamento, habitação, cultura, esporte, promoção social, justiça e segurança), o de infra-estrutura (transporte, energia, comunicações, recursos hídricos, etc) e o econômico (setor primário, secundário e terciário).

Os objetivos e as metas estabelecidos por cada plano não poderiam deixar de expressar a forma de atuação de cada governo em relação aos vetores acima apresentados. Entretanto, no que se segue analisam-se as propostas contidas nos planos de acordo com seus temas mais importantes, tentando identificar se existiram fatores de convergência ou de divergência entre as propostas elencadas em cada plano dependendo do ciclo político a que pertencem. Outrossim, antes de se promover a identificação anteriormente citada, procedeu-se, caso exista, a explicitação das definições encontradas sobre o tema que se vai analisar.



- **Crescimento Econômico**

SANDRONI (1994, p. 81) define crescimento econômico como:

“Aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. É definido basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*”.

Partindo-se dessa definição e da averiguação dos planos de governo observa-se:

- Pontos de convergência:
  - a) Incentivo a atividades intensivas em mão-de-obra: turismo e artesanato;
  - b) Promoção das exportações.
- Diferenças:
  - a) Setor Primário: embora todos os planos apresentem metas para atividades agropecuárias, as metas do PLAGEC, PLANDECE e PLAMEG (ciclo dos coronéis) e as previsões de investimento desses planos apontam esse setor como prioritário, perseguindo a elevação da produtividade, a extensão rural, a reforma agrária e o crédito rural (pontos mais importantes). Já em relação ao governo de transição de Gonzaga Mota, o PLANED detém apenas como objetivo específico a adaptação da agropecuária às condições do solo e clima (resistência à seca). Com respeito aos planos da "Geração Cambéba" o “Plano de Mudanças” e o “Plano Ceará Melhor” focam-se na irrigação e na reforma agrária. O “Plano de Desenvolvimento Sustentável” enfoca estrategicamente a agropecuária para desenvolvimento da economia e ataque à pobreza rural;
  - b) Setor Secundário: também presente em todos os planos, entretanto, principalmente o “Plano de Mudanças” e o “Plano Ceará Melhor” evidenciam objetivos e metas para criação/integração de pólos industriais mais pesados (grandes complexos industriais, refinaria, usina siderúrgica, etc), estabelecendo, também, metas para os setores tradicionais (têxtil, confecções e calçados) na forma que vinha sendo efetuada desde os governos do ciclo dos "coronéis".

- **Desenvolvimento Econômico**

LEMOS (1999, p. 12) define desenvolvimento econômico como um "conceito mais complexo que expressa um conjunto de transformações econômicas efetuadas em um determinado país ou região às quais, além de crescimento econômico, provocam melhoria no bem-estar e na qualidade de vida de toda a população existente nessa área".

Partindo-se dessa definição e da averiguação dos planos de governo observa-se:

- Pontos de convergência:
  - a) A educação e a saúde configuram-se como prioritárias em todos os planos de governo;
  - b) Expansão do mercado de trabalho (empregos), tendo em vista o crescimento econômico previsto.
- Diferenças:
  - a) As metas para educação dos governos do “ciclo dos coronéis” enfatizam a realização de investimentos na construção de salas e escolas (PLAGEC, PLANDECE e PLAMEG), embora também estabeleçam metas mais amplas como nos outros planos (expansão das matrículas, redução do analfabetismo, etc);
  - b) Em termos de habitação e saneamento o PLAGEC, PLANDECE, PLAMEG, Plano de Mudanças e de Desenvolvimento Sustentável apresentam propostas de investimentos consideráveis. O PLANED e o Plano de Desenvolvimento Sustentável evidenciam financiamento para aquisição de moradias pela população de baixa renda (0 a 3 mínimos). A urbanização de favelas consta das metas do Plano de Mudanças e do Plano de Desenvolvimento Sustentável. No Plano Ceará Melhor não constam metas para habitação e saneamento;
  - c) Em termos de justiça e segurança, os governos dos “coronéis” estabelecem metas estruturais, principalmente com construção e reformas de presídios e cadeias, bem como delegacias e fóruns, dentre outros investimentos. O PLANED objetiva o processo de desburocratização da justiça e medidas de segurança preventiva e de orientação. O Plano de Mudanças prevê a ampliação da capacidade carcerária, do atendimento jurídico (criação de



comarcas) e a redução de multas de trânsito. O Plano Ceará Melhor cita como diretriz a “redução da criminalidade em níveis toleráveis”, além de adotar outras tanto no que concerne a política preventiva como corretiva (recuperação de presídios, penitenciárias, etc). O Plano de Desenvolvimento Sustentável enfatiza o exercício dos direitos individuais, com previsão de qualificação nos serviços de segurança e possibilitando uma efetiva parceria com a comunidade, também estabelecendo a prevenção e a socialização como diretrizes para melhora da segurança pública;

- d) O PLANDECE e o “Plano de Desenvolvimento Sustentável” estabelecem claramente em seus objetivos a melhoria da qualidade de vida, sendo que esse último enfatiza a melhora, a curto prazo, na qualidade de vida de todos os cearenses;
- e) Uma melhor distribuição da renda estadual, por meio da elevação dos rendimentos das pessoas pertencentes ao segmento menos favorecidos, apresenta-se como um objetivo constante nos planos de governo a partir do PLAMEG.

- **Desenvolvimento Sustentável**

Mas recentemente, surge o conceito de desenvolvimento sustentável, que agrega à definição original de desenvolvimento características de respeito a natureza. REPETO apud LEMOS (1999, p. 19) define:

“Desenvolvimento sustentável é uma estratégia de desenvolvimento que maneja de forma conveniente todos os ativos, recursos naturais e recursos humanos, bem como os ativos físicos e financeiros, para incrementar tanto a riqueza como os níveis de bem-estar de longo prazo. Desenvolvimento sustentável como objetivo rejeita políticas e práticas que mantenham os padrões atuais de vida alcançados pela depredação da base produtiva, incluindo os recursos naturais, que deixa as gerações futuras com perspectivas depauperadas e com maiores riscos do que a nossa própria geração”.

Ressalte-se que o termo “sustentável” adquire o sentido de continuidade da possibilidade de produção, obtido por conta do respeito a natureza, através da utilização de técnicas de preservação do meio ambiente ou de minoração de sua degradação, permitindo sua utilização também pelas gerações futuras.

Partindo-se dessa definição e da averiguação dos planos de governo observa-se:

- Pontos de convergência: não existem.
- Diferenças:
  - a) Todos os planos do ciclo da "Geração Cambeba" evidenciam como objetivos ou prioridades a preservação ambiental, sendo que no primeiro "Plano de Mudanças" essa preocupação encontra-se listada como prioridade ligada ao saneamento básico, sendo previstos investimentos consideráveis.

- **Integração Regional**

- As preocupações com o processo de integração da economia cearense à economia regional ou nacional, são apresentadas apenas no PLANDECE e PLANED, não se configurando como objetivo ou metas nos demais planos.

- **Interiorização do Desenvolvimento Estadual**

- Todos os planos, sem exceção, apresentam entre seus objetivos ou estratégias a interiorização do desenvolvimento, com vistas à redução dos desequilíbrios intra-estaduais.

- **Reforma Administrativa e Controle das Finanças Públicas**

- Melhorias na estrutura administrativa estadual e no controle das finanças apresentam-se como estratégias gerais no PLAGEC, PLANDECE e no PLANED;
- Embora o "Plano de Mudanças" não estabeleça tais preceitos em seus objetivos gerais, destaque-se que em capítulo específico, denominado "Instrumento para as Mudanças" são realizados diagnósticos e apresentados objetivos e diretrizes para "modernização administrativa" e "reordenamento das finanças públicas".

- **Infra-Estrutura**

- Em todos os planos são apresentadas metas para melhorias de infra-estrutura (transporte, energia e comunicações).



• **Previsões de Investimentos**

Em apenas quatro dos sete planos foram listadas informações sobre os montantes previstos para investimento nos vetores de atuação governamental, quais sejam: PLAGEC, I PLANDECE, II PLAMEG e “Plano de Mudanças”. A tabela 2 abaixo mostra os percentuais a serem investidos em cada setor em função da previsão total de investimento de cada plano de governo:

**TABELA 2**  
**PERCENTUAIS DOS INVESTIMENTOS PREVISTOS POR VETOR, SEGUNDO OS PLANOS DE GOVERNO (\*)**

Discriminação	PLANOS DE GOVERNO			
	(PLAGEC)	(I PLANDECE)	(II PLAMEG)	(Plan. de Mud.)
<b>Vetor Social</b>	<b>28,8</b>	<b>16,8</b>	<b>39,3</b>	<b>30,1</b>
- Educação	5,4	3,4	3,1	6,2
- Saúde	1,2	4,6	10,0	7,6
- Saneamento	9,4	6,2	12,7	4,1
- Habitação	11,8	0,9	8,3	8,1
- Cultura, Esporte e Prom. Social	0,9	1,2	4,7	3,3
- Justiça e Segurança	0,2	0,5	0,4	0,9
<b>Vetor Infra-Estrutura</b>	<b>37,4</b>	<b>20,7</b>	<b>29,8</b>	<b>19,4</b>
- Transporte	22,5	6,4	10,8	2,5
- Energia	9,6	2,8	8,0	3,4
- Comunicações	4,3	7,0	7,9	3,4
- Armazenagem	0,9	0,0	0,0	0,0
- Desenvolv. Urbano	0,0	4,5	0,0	0,0
- Recursos Hídricos	0,0	0,0	3,3	10,1
<b>Vetor Econômico</b>	<b>33,8</b>	<b>62,5</b>	<b>30,9</b>	<b>50,5</b>
- Agropecuária	25,6	40,7	25,0	9,4
- Indústria	5,0	19,3	0,0	20,9
- Recursos Minerais	0,1	0,0	0,0	0,1
- Pesca	0,3	0,9	0,0	0,0
- Turismo	2,8	0,8	0,0	0,2
- Desenvolv. Científico	0,0	0,6	5,9	0,0
- Comércio	0,0	0,0	0,0	0,1
- Artesanato	0,0	0,0	0,0	0,2
- Desenvolv. Regional	0,0	0,2	0,0	0,0
- Meio Ambiente	0,0	0,0	0,0	19,6
<b>Investimento Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fontes de dados básicos: PLAGEC, I PLANDECE, II PLAMEG e PLANO DE MUDANÇAS

(\*) Elaboração do autor.

Como pode ser observado os governos dos “coronéis” previram investimentos substanciais nos programas para incentivo ao setor primário (25,6%, 40,7% e 25%), colocando-o em evidência em relação às previsões para os outros setores. Levando-se em consideração os montantes por vetor, observa-se que no governo César Cals (PLAGEC) o item infra-estrutura destaca-se, com um aporte de 37,4% do total a ser investido, sendo os maiores recursos disponibilizados para o transporte (22,5%), energia (9,6%) e comunicação

(4,3%). No PLANDECE, entretanto, os maiores investimentos foram previstos para o vetor econômico (62,5%) e no PLAMEG o vetor social (39,3%). A classificação dos maiores percentuais individualmente em cada um dos planos dos ciclos dos “coronéis” é a seguinte:

<u>PLAGEC</u>	<u>I PLANDECE</u>	<u>II PLAMEG</u>
1. Agropecuária (25,6)	1. Agropecuária (40,7)	1. Agropecuária (25,0)
2. Transporte (22,0)	2. Indústria (19,3)	2. Saneamento (12,7)
3. Habitação (11,8)	3. Comunicação (7,0)	3. Transporte (10,8)
4. Energia (9,4)	4. Transporte (6,4)	4. Saúde (10,0)
5. Saneamento (9,4)	5. Saneamento (6,2)	5. Habitação (8,3)
6. Educação (5,4)	6. Saúde (4,6)	6. Energia (8,0)

A interseção entre setores de atuação nos três conjuntos acima acontece apenas na agropecuária, transporte e saneamento, ocorrendo interseção em dois conjuntos nos casos de habitação, energia e saúde. Salienta-se que muito embora saneamento e habitação pertençam ao vetor social, tais itens mantêm forte ligação com o vetor infra-estrutura. Assim sendo, pode-se inferir que em termos de investimento os governos do “ciclo dos coronéis” adotaram como prioridades a agropecuária e os gastos com infra-estrutura.

Apenas em um dos planos de governo da “Geração Cambeba” foram apresentadas previsões de investimentos, justamente o primeiro e mais representativo do ciclo, o “Plano das Mudanças”. Por conta disso, seria interessante comparar os dados desse plano com os do ciclo anterior. Primeiramente, evidencia-se que os maiores investimentos previstos no “Plano de Mudanças” referiam-se ao vetor econômico. Todavia, diferentemente do que ocorreu nos planos dos ciclo dos “coronéis” o maior percentual de aplicação previsto refere-se ao setor industrial (20,9%). Em termos individuais a classificação é a seguinte:

#### PLANO DE MUDANÇAS

1. Indústria (20,9)
2. Meio ambiente (19,6)
3. Recursos hídricos (10,1)
4. Agropecuária (9,4)
5. Habitação (8,1)
6. Saúde (7,6)

Tal quadro revela a importância que o “Plano de Mudanças” confere à indústria e ao meio ambiente. Lembre-se que nas análises dos objetivos e metas dos planos de governo



anteriormente efetuadas, tanto no “Plano Ceará Melhor” como no “Plano de Desenvolvimento Sustentável” esses itens obtiveram destaque. Entretanto, vale salientar que os gastos com infra-estrutura (recursos hídricos) e com agropecuária também demonstram previsão de investimentos significativos, fato que conecta essas previsões do “Plano de Mudanças” com as efetuadas pelos planos dos governos do ciclo anterior.

Analisando as informações contidas nessa seção pode-se especular sobre a questão de até que ponto houve uma ruptura na previsão da forma de atuação das duas oligarquias.

A princípio, tendo em vista a mudança do enfoque econômico principal (do setor primário para o setor secundário), poderia-se expressar que houve ruptura. Todavia, essa mudança de foco pode ser considerada apenas como uma alteração interna dentro do vetor econômico. Além disso não se pode deixar de destacar que as propostas de investimentos em infra-estrutura adotados pelo governo do ciclo dos “coronéis” (saneamento e transporte) comportam-se muito mais como auxiliares à industrialização, assim sendo podem ser consideradas preparatórias para uma fase de industrialização mais acentuada.

Na verdade percebe-se que os planos dos governos dos “coronéis” demonstravam a preocupação em intensificar o processo de industrialização estadual tradicional, pois assim como os governos do ciclo da “Geração Cambéba”, entendiam que o desenvolvimento estadual passava por soerguimento do setor secundário.

Ademais, fica evidente a similaridade existente entre os planos de ambos os ciclos, visto que todos enfatizam o crescimento econômico como fundamental para o desenvolvimento do Estado, destacando entre seus objetivos gerais e metas a intenção de focar seus esforços para a melhoria dos indicadores de educação, saúde e saneamento básico, bem como em adotar estratégias para expandir o mercado de trabalho e proceder políticas de distribuição de renda.

Em resumo, todos os projetos apresentam propostas desenvolvimentistas, entendendo isso como melhoria nas condições de vida da população, bem como na adoção, pelo estado, de toda uma preparação infra-estrutural (estradas/transporte, saneamento e energia) e de crédito que possibilitem o florescimento das atividades econômicas do Estado do Ceará, não se podendo, pois, identificar ruptura significativa entre as propostas de atuação dos governos dos ciclos estudados.

## 2.2. As execuções orçamentárias dos governos do Ceará

Será que observando-se a utilização dos recursos orçamentários pelos governos de ambos os ciclos políticos pode-se vislumbrar distinções marcantes na forma de atuação das duas oligarquias? Além disso, será que se confirmam as previsões de aplicações contidas nos planos de governo?

Procuram-se, no que se segue, respostas para essas duas perguntas. Para tanto, inicialmente, é adequado que se analise a forma utilizada pelos governos estaduais para apresentar à população suas respectivas prestações de contas, via informações contidas na execução orçamentária constante dos “Balanços Gerais do Estado do Ceará”.

Assim sendo, mostra-se importante, primeiro, efetuar esclarecimentos sobre o que é a execução orçamentária e quais informações encontram-se contidas dentro desse documento.

A execução orçamentária, como o próprio nome expressa, traduz como o orçamento do Estado foi implementado. Apresentando-se subdividida entre receitas auferidas e despesas realizadas daquilo previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

As receitas nos Balanços do Estado do Ceará são classificadas apenas por categorias econômicas. Segundo GIACOMONI apud FERREIRA (2002, p. 45) às rubricas correspondentes às receitas correntes são:

- **Receita tributária:** envolve apenas os tributos na conceituação da legislação tributária: impostos, taxas e contribuições de melhoria. É, por conseguinte, uma receita privativa das entidades investidas com o poder de tributar: União, Estados e Municípios;
- **Receita patrimonial:** oriunda da exploração econômica do patrimônio da instituição, especialmente juros, aluguéis, dividendos, etc;
- **Transferências correntes:** são os recursos financeiros recebidos de pessoas físicas ou jurídicas e que serão aplicados no atendimento de Despesas Correntes;



- **Outras receitas correntes:** envolvem diversas outras receitas não enquadradas nas classificações anteriores: multas, juros de mora, indenizações, cobrança da dívida ativa e receitas diversas (rendas de loterias, receitas de cemitérios, etc).

Entre as receitas de capital destacam-se as seguintes:

- **Operações de crédito:** envolvem a captação para atender desequilíbrios orçamentários ou, ainda, financiar empreendimentos públicos;
- **Alienação de bens:** envolve o resultado obtido com a alienação de bens patrimoniais: ações, títulos, bens móveis, imóveis, etc;
- **Transferências de capital:** similar as Transferências Correntes, as Transferências de Capital têm como critério básico de classificação a destinação, isto é, devem ser aplicadas em Despesas de Capital;
- **Outras receitas de capital:** envolvem as Receitas de Capital não classificáveis nas outras fontes, como, por exemplo, a indenização que a Petrobrás paga aos Estados e Municípios pela extração de petróleo, xisto e gás.

Já as despesas apresentam-se classificadas de duas formas nos Balanços Estaduais, quais sejam: por categoria econômica e por função (ou funcional-programática). Como ambas são importantes para análise, também apresentaremos suas discriminações, iniciando-se pela classificação por categoria econômica. Segundo GIACOMONI apud FERREIRA (2002, pp. 47-48), as rubricas correspondentes às despesas correntes são:

- **Despesas de custeio:** dotações para manutenção de serviços, inclusive as destinadas a atender obras de conservação e adaptação de bens imóveis. Engloba despesas com pessoal e encargos; material de consumo; serviços de terceiros e encargos e custeios diversos;
- **Transferências correntes:** dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

Com relação às despesas de capital temos:

- **Investimentos:** dotações para o planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro;
- **Inversões financeiras:** dotações destinadas à aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos de capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; constituição ou aumento de capital de entidades ou empresas que visem aos objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros;
- **Transferências de capital:** dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior, bem como, dotações para amortização de dívida pública.

Já a classificação das despesas por função (ou funcional-programática), conforme expressa GIACOMONI (1985), estabelece inicialmente com base na lei nº 4.320/64 sua subdivisão em dez funções. Posteriormente, em 1974, a portaria nº 9/74 do Ministério do Planejamento ampliou essa subdivisão para dezesseis funções, quais sejam: “legislativa”, “judiciária”, “administração e planejamento”, “agricultura”, “comunicação”, “defesa nacional e segurança pública”, “desenvolvimento regional”, “educação e cultura”, “energia e recursos minerais”, “habitação e urbanismo”, “indústria, comércio e serviços”, “relações exteriores”, “saúde e saneamento”, “trabalho”, “assistência e previdência” e “transporte”.

As funções acima apresentam subdivisões internas em programas e subprogramas nos quais as operações necessárias para execução das funções também são incluídas (gastos com as atividades meio), como bem expressa GIACOMONI (1985, p. 89):

“A Portaria nº 9/74 ordenou as funções, programas e subprogramas, segundo a regra da tipicidade que existe entre eles. Exemplificando:

Função:	08 – Educação e Cultura
Programa:	44 – Ensino Superior
Subprograma:	205 – Ensino de Graduação
Subprograma:	206 – Ensino de Pós-Graduação



Subprograma: 207 – Extensão Universitária

O sistema possibilita, entretanto, a combinação de categorias fora do ordenamento típico. Assim, determinada função pode compreender um programa típico, isto é, situado no ordenamento geral em outra função. O mesmo pode ocorrer entre um programa e um subprograma. Tomando como exemplo a situação anterior: uma universidade tem seus gastos basicamente classificados na Função 08 – Educação e Cultura – e seu grande Programa é o 44 – Ensino Superior. Entre seus subprogramas certamente estarão o 205 – Ensino de Graduação, o 206 – Ensino de Pós-Graduação, entre outros típicos; mas também deverá existir um subprograma relativo ao funcionamento da administração da universidade, isto é, as operações-meio que viabilizam o programa como um todo.”

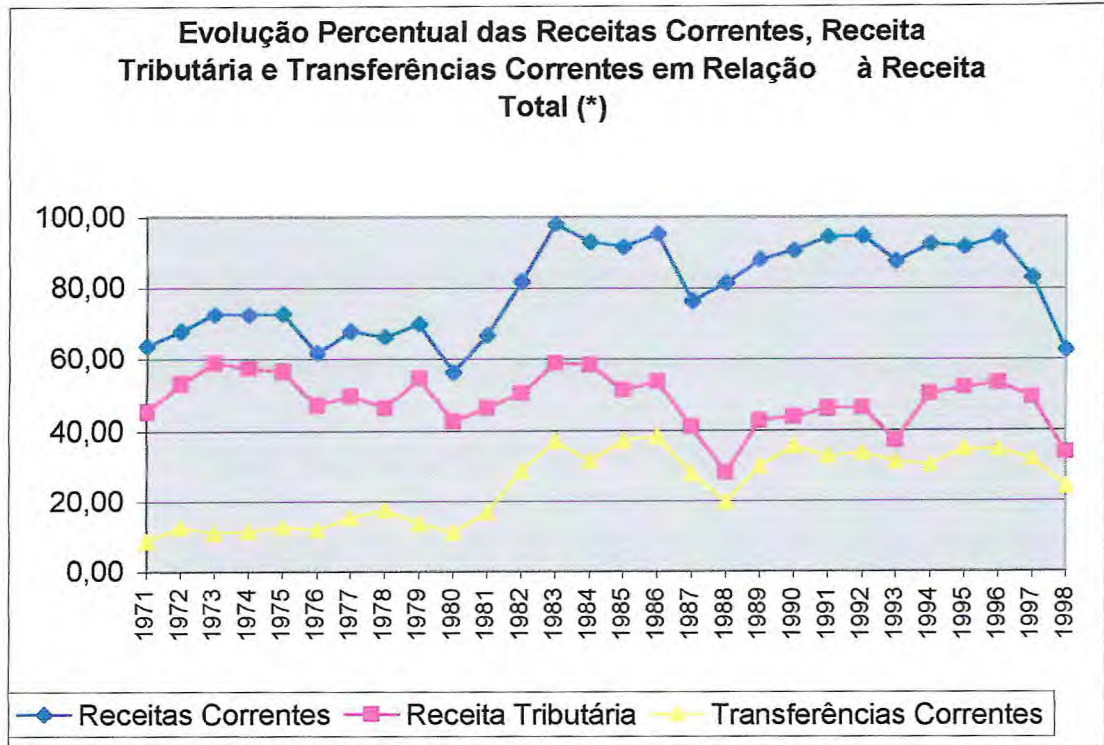
Assim sendo, vale ressaltar que nos montantes de gastos expressos para uma função qualquer, além dos valores comprometidos com as atividades típicas dessa, existem outros decorrentes de atividades básicas para sua execução do tipo: gastos com pessoal e com material de custeio, etc, quer dizer, os gastos com a manutenção da máquina encontram-se embutidos nos valores gastos em cada função. Desta forma uma análise das despesas estaduais classificadas apenas por função não evidenciaria os gastos com as atividades meio, por isso, a seguir, também analisa-se as despesas classificadas por categoria econômica na qual esses gastos ficam bem discriminados.

#### 2.2.1. A análise das receitas estaduais nos dois ciclos políticos

Conforme anteriormente relatado, a observação das execuções orçamentárias tem como principal objetivo averiguar como foram realizadas as aplicações dos recursos pelas administrações governamentais em estudo. Todavia, além das despesas, faz-se necessário analisar o comportamento das receitas estaduais com intuito de verificar qual a procedência dos recursos gastos e se foram suficientes para acobertar os gastos.

Para se iniciar a análise o Gráfico 01 abaixo apresenta as evoluções das receitas correntes e de seus componentes mais importantes (receita tributária e transferências correntes).

GRÁFICO 1



Fonte: Balanços Estaduais (várias edições).

Observação: A soma da receita tributária e transferências correntes é parte das receitas correntes totais.

(\*) Elaboração do autor.

De 1971 a 1980, auge do “ciclo dos coronéis”, as receitas correntes variaram entre o mínimo de 56,07%, em 1980, e 72,83%, em 1975, das receitas totais. A partir de 1981, principalmente por conta do crescimento das transferências correntes, face o crescimento dos percentuais do Fundo de Participação Estadual - FPE (vide quadro abaixo), essas receitas subiram gradativamente. A partir de 1982 tais receitas praticamente mantiveram-se em patamares superiores a 80% das receitas totais, com exceção do ano de 1998, onde houve a diminuição momentânea para o percentual de 62,69% do total das receitas. Esse decréscimo, entretanto, foi provisório e decorreu da alienação impetrada pelo governo estadual de parte do capital das empresas COELCE e TELECEARÁ no referido ano, que proporcionou a elevação momentânea das receitas de capital.



TABELA 3

**Distribuição Percentual do Produto da Arrecadação do  
Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados entre a  
União, os Estados e os Municípios 1975 - 1993**

Ano	ESTADOS E MUNICÍPIOS					União
	FPE	FPM	FE/Programa Financiamento: N, NE e CO.	IPI para os Estados Exportadores de Manufaturas	Total	
1975	5,0	5,0	2,0	-	12,0	88,0
1977	7,0	7,0	2,0	-	16,0	84,0
1979	9,0	9,0	2,0	-	20,0	80,0
1981	10,0	10,0	2,0	-	22,0	78,0
1983	10,5	10,5	2,0	-	23,0	77,0
1985	14,0	16,0	2,0	-	32,0	68,0
1987	14,0	17,0	2,0	-	33,0	67,0
1989	19,0	20,5	3,0	2,6	45,1	54,9
1991	20,0	21,5	3,0	4,1	48,6	51,4
1993	21,5	22,5	3,0	4,3	51,3	48,7

Notas: 1) FE = Fundo Especial. Foi extinto com a Constituição de 1988 e substituído por programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

2) A Constituição determinou a destinação de 10% do produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os Estados exportadores de produtos industrializados, o que corresponde, aproximadamente, aos percentuais indicados da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI.

Fonte: BONFIM (2000, p. 215)

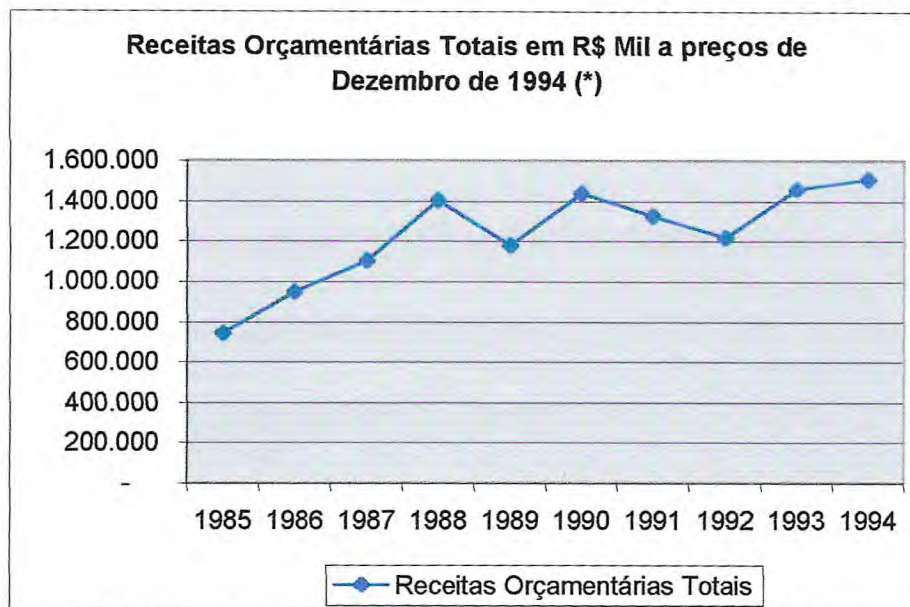
Observando-se ainda o gráfico 1 percebe-se que a trajetória da curva das receitas correntes, em ambos os ciclos, pode ser em muito explicada pelas performances estaduais com as receitas tributárias e de transferências correntes. Entretanto, vale salientar, que no período compreendido entre 1987 e 1994, houve uma elevação das receitas correntes proveniente de uma melhoria na performance das receitas patrimoniais, haja visto os bons resultados financeiros obtidos com aplicações no mercado financeiro. Como observa VASCONCELOS (2000, p. 303), a: "... política posta em prática desde o início da administração Tasso Jereissati, segundo a qual o governo deveria gastar menos do que arrecada, para gerar superávits de caixa, aplicados de maneira ágil e competente no mercado financeiro", foi o mecanismo que permitiu a elevação das receitas patrimoniais no período citado.

Vale ressaltar que as mudanças substanciais que foram implementadas na forma de atuação da Secretaria da Fazenda (SEFAZ-Ce), a partir de 1987, fizeram com que diminuísse substancialmente as evasões fiscais por conta de ingerências políticas, como bem expressa BONFIM (2000, p. 224):

“ A partir de 1987, ainda segundo os entrevistados, foi feito um esforço no sentido de evitar esse tipo de ingerência política sobre a SEFAZ-CE. Em primeiro lugar, foram convocados funcionários e ex-funcionários do Banco do Nordeste para ocupar postos-chave na hierarquia do órgão, comandados pelo então secretário de Fazenda, Dr. Francisco José Lima Matos. Segundo o próprio secretário, foi-lhe conferida independência e liberdade de ação para reorganizar a secretaria com o objetivo de aumentar a arrecadação do ICMS. A partir daí, o trabalho dos dirigentes da SEFAZ-CE tem sido voltad, primordialmente, para a constituição de mecanismos que possibilitem ao administrador tributário antecipar-se a uma eventual evasão fiscal, via criação de uma série de banco de dados informatizados que dão conta da entrada e saída de mercadorias pela fronteira cearense (Projeto Cometa), dos estoques dos principais contribuintes estaduais (Sistema de Levantamento de Estoques-SLE), até o controle e acompanhamento da ação fiscal (Sistema de Controle e Acompanhamento da Ação Fiscal – SISCAF)...”

Por fim, o gráfico 2 abaixo mostra a mudança no patamar das receitas orçamentárias totais a partir de 1987 (os dados estão expressos em R\$ Mil a preços de dezembro de 1994, deflacionados pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas). Observa-se também nesse gráfico que em 1985 as receitas estaduais alcançaram um montante de apenas R\$ 744.176 mil, enquanto que a partir de 1987, todos os valores apontados no gráfico ultrapassaram o patamar de R\$ 1.000.000 mil. Tal crescimento, como antes apontado, foi obtido em grande parte pelas alterações promovidas pelos governos do ciclo da "Geração Cambéba" no órgão arrecadador do Estado (SEFAZ-CE), fato que possibilitou uma melhor performance das finanças públicas, como veremos adiante.

**GRÁFICO 2**



Fonte: Ministério da Fazenda-Execução Orçamentária dos Estados e Municípios 1985-1994  
(\*) Elaboração do autor.



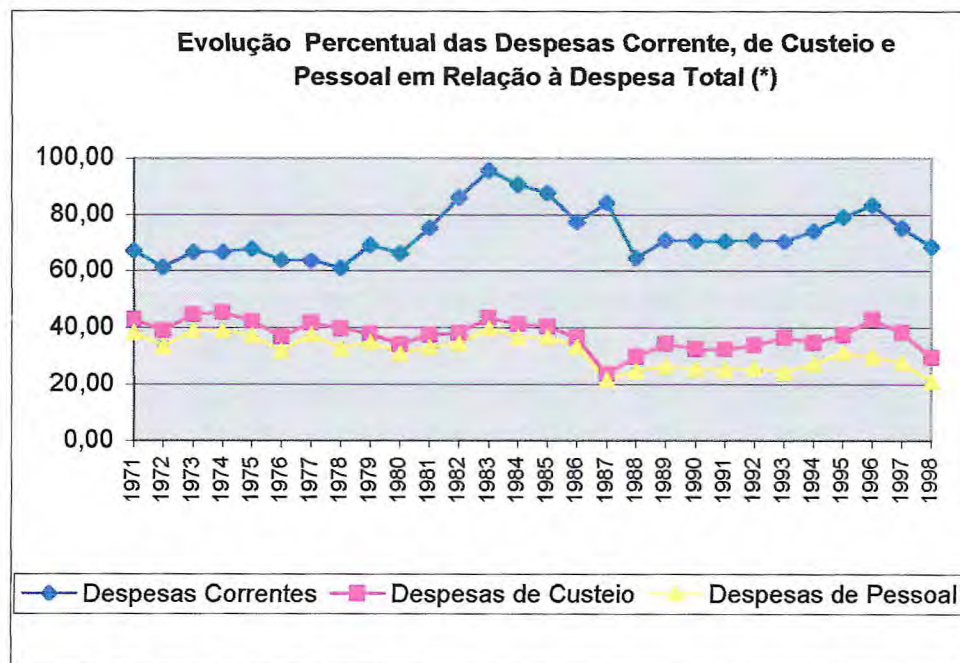
## 2.2.2. A análise das despesas classificadas por categoria econômica e dos resultados orçamentários alcançados.

Apesar das "despesas classificadas por função" serem mais adequadas para o tratamento proposto nesse trabalho, pois evidenciam as aplicações de cada governo por área de atuação (educação, saúde, habitação, etc) permitindo inferir se os recursos gastos com cada área estariam em consonância com as previsões de melhorias contidas nos planos de governo, existem certas particularidades que são melhor identificadas quando se observam os montantes dos gastos por intermédio das "despesas classificadas por categoria econômica". Uma dessas particularidades advêm da observação dos valores aplicados pelo governo estadual com pagamento de funcionalismo e/ou com materiais de custeio necessários ao funcionamento da máquina pública.

Muitos trabalhos explicitam o desempenho expressivo dos governos do ciclo da "Geração Cambéba" na contenção dos gastos com pessoal, bem como no ajuste fiscal que foi implementado no estado e que auxiliou na elevação dos gastos com investimento.

No gráfico abaixo pode-se observar a trajetória das curvas da despesa corrente, de custeio e de pessoal em relação à despesa total:

**GRÁFICO 3**



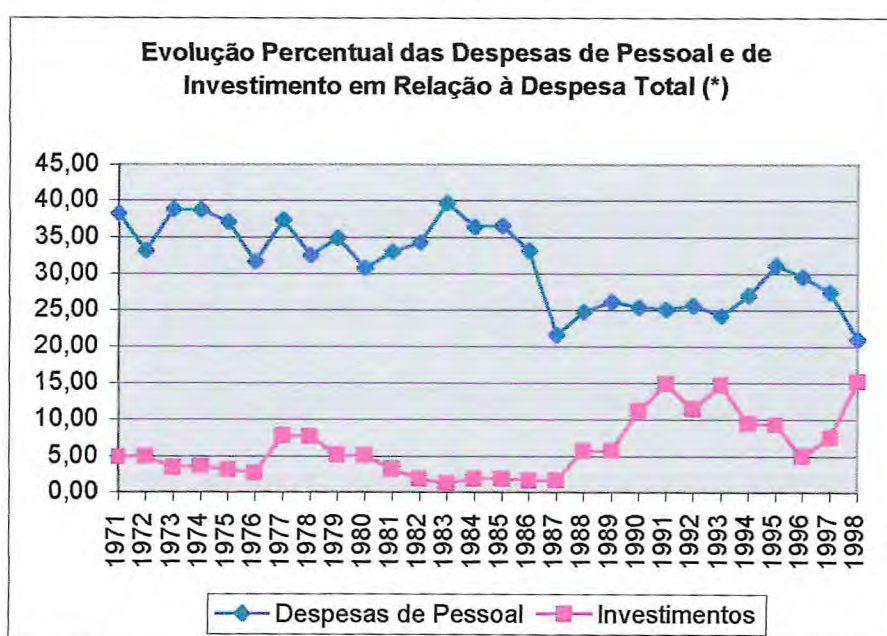
Fonte: Balanços Estaduais (várias edições)

(\*) Elaboração do autor.

Observa-se no gráfico 3 que o início dos “governos de mudanças” (1987) marca um ponto mínimo tanto na curva de despesa de custeio como na de pessoal. A performance da curva de despesa de pessoal após referida queda mostra-se praticamente constante, evidenciando que os governos da “Geração Cambéba” gastaram menos nessa rubrica que os governos coronelistas (na média, os governos do “ciclo dos coronéis” efetuaram gastos com a rubrica despesa de pessoal de 35,40% das despesas totais, enquanto que nos “governos de mudança” esse percentual caiu para 25,73%, quer dizer, quase 10% a menos). Todavia, os valores economizados que poderiam ser revertidos para investimentos não o foram totalmente, haja vista que a redução média das despesas de custeio como um todo (que incluem despesas de pessoal, assim como despesas com materiais de consumo, serviços de terceiros e diversas despesas de custeio) ficou próxima de 6%, visto que passou de 39,94% do total de despesas nos governos do ciclo dos "coronéis" para 33,68% nos governos do ciclo da "Geração Cambéba".

No gráfico 4 abaixo, onde se mostram as curvas de despesa de pessoal e de investimento, pode-se perceber que, a princípio, a redução na despesa de pessoal em 1987 não se reverteu para despesas com investimentos. Todavia, já a partir de 1988, isso começa a acontecer, haja vista a elevação do nível de investimentos a um patamar muito superior ao obtido na época dos governos dos “coronéis”. Na época do ciclo dos "coronéis" o nível de investimentos médio foi de 3,73% das despesas totais, enquanto nos governos da era das mudanças esse percentual foi de 9,28%, quer dizer, 5,55% a mais (quase os 6% acima indicados).

**GRÁFICO 4**



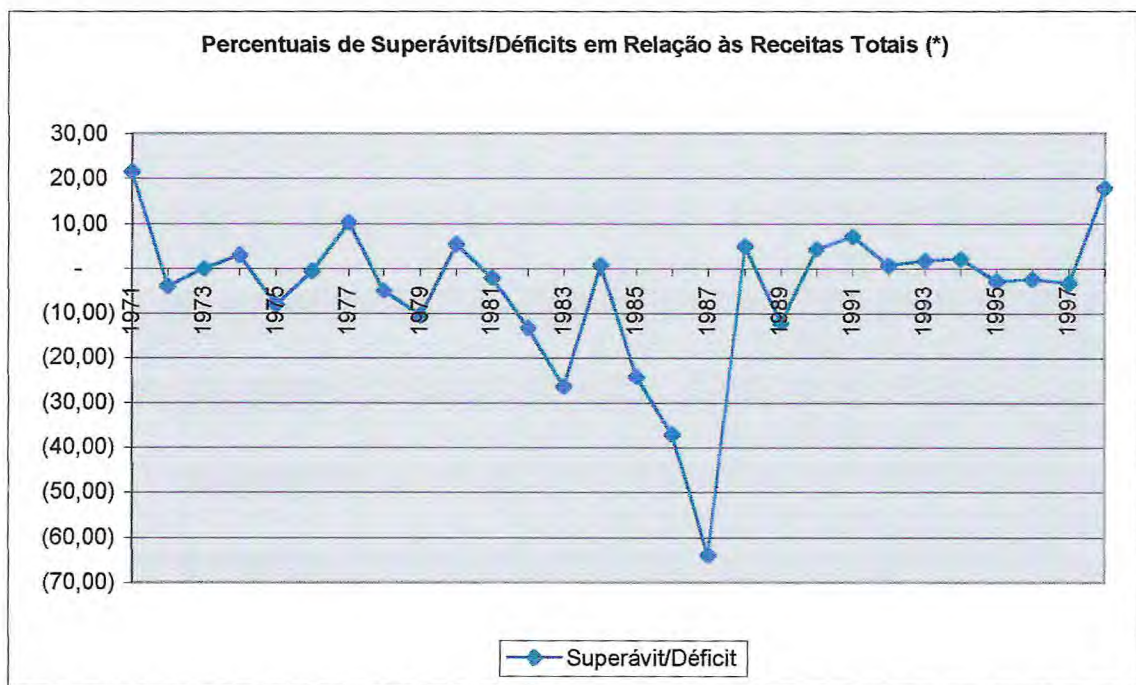
Fonte: Balanços Estaduais (várias edições)

(\*) Elaboração do autor.



Com base no exposto, verifica-se uma diminuição nas despesas de custeio e pessoal, bem como uma elevação nas despesas com investimentos nos governos da “Geração Cambeba”. Além disso, com identificado no item anterior, nesse ciclo as receitas totais elevaram-se por conta da melhoria na arrecadação tributária e na elevação das transferências correntes (por conta da elevação dos percentuais do FPE, desde 1981), sendo que, no interstício compreendido entre 1987 e 1994, as receitas patrimoniais provenientes de aplicações no mercado financeiro, demonstraram-se providencial fonte de recursos. Todavia, seriam essas alterações suficientes para obtenção de uma melhor performance das contas estaduais? No gráfico 5 apresenta-se o resultado da diferença entre as receitas e despesas orçamentárias (superávit ou déficit) em função das receitas totais.

**GRÁFICO 5**



Fonte: Balanços Estaduais (várias edições).  
 (\*) Elaboração do autor.

Como se observa, durante o período do “ciclo dos coronéis”, apenas cinco anos apresentaram superávits (1971, 1974, 1977, 1980 e 1984) dos dezesseis anos de dominação política coronelista. Já nos anos relativos ao ciclo da “Geração Cambeba” o comportamento dos superávits/déficits evidencia que sete anos (1988, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994 e 1998) dos doze anos de hegemonia cambebista ocorreram superávits.

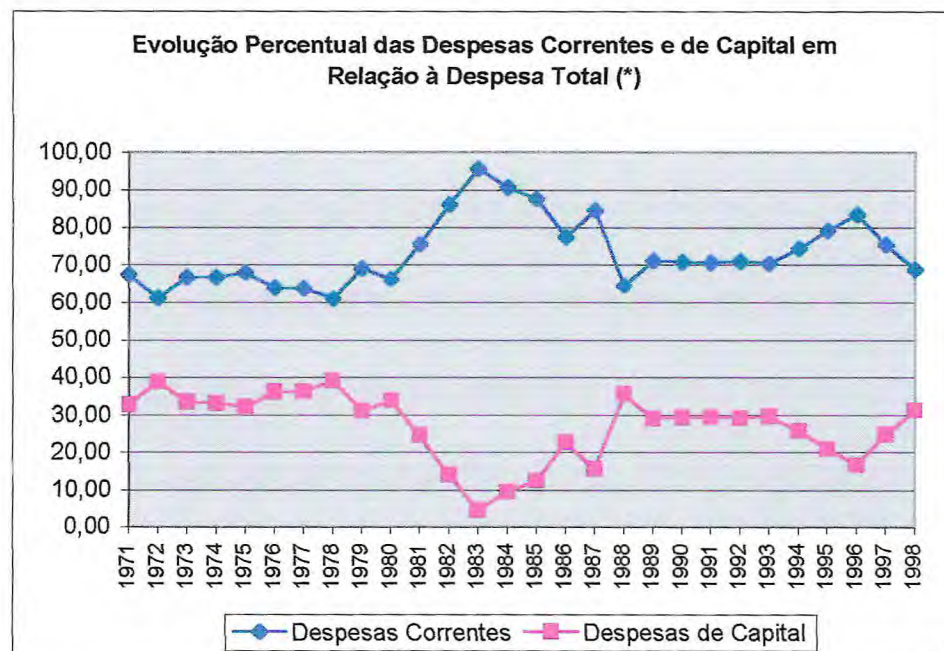
A melhor performance das finanças públicas durante os “governos das mudanças” deveu-se, de acordo com GONDIM FILHO (2000, p. 200), principalmente aos seguintes fatores:

“ A análise financeira do Governo Estadual do Ceará de 1987-1997 revela três fatos de suma importância para identificarmos os fatores que atuaram positivamente no sentido de propiciar o saneamento das finanças públicas deterioradas por governos anteriores ao projeto de mudanças.

1. Amplas reformas administrativo-financeiras, implementadas logo a partir de 1987, possibilitaram reduzir as despesas de forma significativa, particularmente custeio e de encargos da dívida, e, por outro lado, criar condições para o aumento da produtividade fiscal e, portanto, incrementar sua capacidade de arrecadação própria;
2. A desconcentração de receitas providas da União, a partir da Constituição de 1988, possibilitou potencialidades de incremento de receitas não próprias, corroborando ainda mais a situação descrita no item anterior;
3. O próprio contexto macroeconômico, que embora parecesse adverso a qualquer agente econômico, paradoxalmente o setor público se beneficiava com os recursos advindos do mercado financeira e da deterioração monetária das despesas em maior escala do que receitas.”

Muito embora durante os governos do ciclo da “Geração Cambéba” tenham conseguido equilibrar as finanças públicas do Estado do Ceará, possibilitando um melhor investimento, evidencia-se que as despesas com a manutenção da máquina (custeio) e com transferências (para os municípios, empresas estatais, etc) mantiveram-se muito elevadas, prejudicando uma performance ainda maior nos níveis investimento, conforme pode ser verificado no gráfico 6 abaixo.

**GRÁFICO 6**



Fonte: Balanços Estaduais (várias edições).

(\*) Elaboração do autor.



Observa-se claramente no Gráfico acima que as despesas correntes permaneceram em patamares superiores a 65% durante os anos que pertencem ao ciclo da “Geração Cambeba” (1987-1998), sendo que as despesas de capital (onde encontram-se embutidos os gastos com investimento) em poucos anos (apenas 1988 e 1998) conseguiram ultrapassar o patamar de 30% das despesas totais.

Muito embora as despesas correntes tenham se elevado durante o ciclo da “Geração Cambeba” evidenciou-se, analisando as receitas e despesas classificadas por categoria econômica, que os governos desse ciclo conseguiram realizar um melhor controle das contas públicas do que os governos do ciclo dos “coronéis”, visto que os governos cambebistas conseguiram elevar o nível das receitas orçamentárias por intermédio de um bem elaborado programa de coibição da evasão fiscal (além, é claro, de auxílios exógenos como os obtidos pela elevação, gradual e permanente, dos percentuais do FPE e pelos provisórios ganhos com mercado financeiro decorrentes do processo inflacionário, anteriormente citados), diminuíram as despesas com custeio e pessoal e elevaram as despesas com investimentos, por conta dessas alterações os governos cambebistas conseguiram resultados orçamentários superavitários na maioria dos anos da dominação estadual por esse grupo político.

Desta feita pode-se inferir que os governos cambebistas promoveram uma ruptura na forma de controle das contas públicas em relação às adotadas pelos governos do ciclo dos “coronéis”, haja vista que procuraram, muito mais que os coronelistas, adequar as despesas orçamentárias às receitas obtidas pelo Estado.

### 2.2.3. Análise das despesas classificadas por função

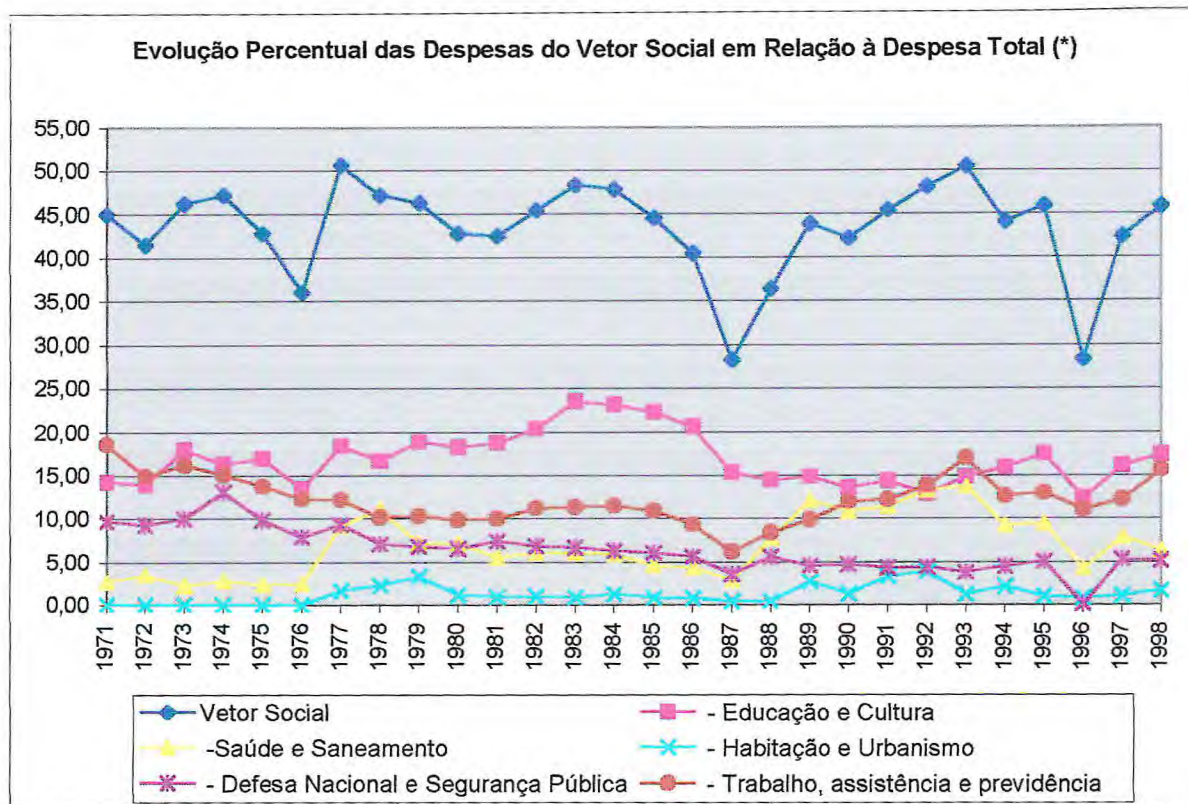
Conforme anteriormente explicitado, as despesas por função permitem uma melhor verificação sobre os valores aportados por cada área de atuação governamental. Todavia observou-se na análise efetuada nos planos de governo que geralmente as administrações estaduais realizam o agrupamento dessas funções de acordo com a similaridade de seus objetivos ou fins. Baseados nisso idealizou-se a transposição dessa distribuição para se formatar um conjunto de vetores que melhor permitissem a análise dos dados. Abaixo especificam-se esses vetores e quais as funções que lhes integram:

- Vetor social – funções:
  - a) Educação e Cultura;
  - b) Saúde e Saneamento;
  - c) Habitação e Urbanismo;
  - d) Defesa Nacional e Segurança Pública;
  - e) Trabalho, Assistência e Previdência.
  
- Vetor infra-estrutura – funções:
  - a) Transporte;
  - b) Comunicação;
  - c) Energia e Recursos Minerais;
  
- Vetor econômico – funções:
  - a) Agricultura, abastecimento e org. agrária;
  - b) Indústria, comércio e serviços;
  - c) Desenvolvimento econômico.
  
- Vetor administração pública – funções:
  - a) Legislativo;
  - b) Judiciário;
  - c) Administração superior e planejamento global;

Com o intuito de iniciar o processo de análise dos gastos públicos estaduais durante o interstício entre 1971 e 1998, o Gráfico 7 abaixo apresenta o comportamento do vetor social, bem como de seus componentes (funções “educação e cultura”, “saúde e saneamento”, “habitação e urbanismo”, “defesa nacional e segurança pública” e “trabalho, assistência e previdência”).



GRÁFICO 7



Fonte: Balanços Estaduais (várias versões).

(\*) Elaboração do autor.

Observando-se os percentuais e as trajetórias das curvas dos vários itens do vetor social, evidencia-se muito claramente que a função “educação e cultura” apresentou os maiores gastos percentuais durante a grande maioria dos governos de ambos os ciclos políticos. Iniciando-se abaixo do patamar de 15% (em 1971 as despesas dessa função representavam 14,20% do total das despesas) a curva da função “educação e cultura” apresenta trajetória crescente até 1983 quando atinge seu ápice (23,46% do total das despesas). A partir de 1984 começa trajetória descendente que termina em 1992, ano no qual os gastos nessa função foram de apenas 12,87% das despesas totais. Em 1993 inicia-se nova ascensão que termina em 1995 (17,49%). No ano de 1996 os percentuais de gastos voltam a cair e chegam ao ponto mais baixo de todos os anos analisados, apenas 12,35% das despesas totais. Desde então voltam a apresentar trajetória ascendente, findando o período analisado no percentual de 17,30% das despesas totais (1998).

Como pode ser visto na análise acima, na época do “ciclo dos coronéis” os gastos com “educação e cultura” mostraram-se ascendentes, passando a apresentar declínio a partir do governo de transição (Gonzaga Mota), todavia observa-se que relativamente foram os governos coronelistas que apresentaram os maiores gastos com educação, pois, em média, esses os governos (inclusive o governo de transição) aplicaram na função “educação e



cultura” 18,36% das despesas totais, enquanto os governos da “Geração Cambeba” investiram 14,92%.

Cabe ressaltar, ainda, que no item “educação e cultura”, o governo Gonzaga Mota alcança lugar de destaque pois, em média, manteve aplicações nessa área superiores a 20% do total das despesas, muito embora tenha sido nesse governo que iniciou-se o processo descendente da curva dessa função.

Após a função “educação e cultura” é a função “trabalho, assistência e previdência” que apresenta os maiores percentuais de gastos em relação às despesas totais. Todavia, diferentemente da primeira, a curva da função “trabalho, assistência e previdência” inicia sua trajetória em um patamar elevado (em 1971 registro percentual de 18,53% das despesas totais), passando a decair durante todo o “ciclo dos coronéis” até chegar a seu ponto mínimo exatamente no primeiro ano do ciclo da “Geração Cambeba” (em 1987 apresentou percentual de 6,12% do total das despesas). Nos anos do ciclo da “Geração Cambeba” a curva apresenta trajetória ascendente, embora irregular, visto que, após o ápice em 1993 (16,96% das despesas totais), apresenta declínio com ponto mínimo em 1996 (10,99% do total de despesas), voltando a subir e fechando período analisado, em 1998, com um percentual de 15,60% das despesas totais. Observa-se, ainda, que muito embora durante o ciclo dos coronéis a trajetória da curva da função “trabalho, assistência e previdência” tenha sido descendente, em média, os governos desse ciclo efetuaram, relativamente, gastos maiores com essa função do que os governos do ciclo da “Geração Cambeba” (12,30% contra 11,95% desses últimos).

A verificação do gráfico 7 acima também mostra o declínio das despesas com a função “defesa nacional e segurança pública”, a qual vem ocorrendo desde a época do ciclo dos coronéis (muito embora tenham estes mantido percentuais de aplicação nessa função superiores aos efetuados pelos governos do ciclo da “Geração Cambeba”). Saliente-se que a trajetória da curva da função “defesa nacional e segurança pública” praticamente estabilizou um pouco abaixo de 5% das despesas totais durante todo o ciclo da “Geração Cambeba”, tendo como exceção o ano de 1996 quando esses gastos apresentaram o preocupante percentual de 0,13% das despesas totais.

De um patamar abaixo de 5% no início do ciclo dos coronéis (1971 a 1976) os gastos com a função “saúde e saneamento” sobem para 9,16% das despesas totais em 1977 e depois alcançam o ápice do ciclo coronelista com 11,03% em 1978. A partir de 1979 a curva apresenta tendência declinante, entretanto com percentuais próximos a 5% do total de gastos. Essa trajetória descendente termina em 1987, quando os gastos com a função “saúde e



saneamento” foram de apenas 2,85% das despesas totais. De 1988 a 1993 a curva apresenta nova trajetória ascendente mantendo-se em percentuais superiores ao patamar de 10% a partir de 1989, sendo que apresenta seu ápice em 1993, quando os gastos com “saúde e saneamento” chegaram a 13,70% das despesas totais (saliente-se que o governo Ciro Gomes alcançou lugar de destaque nas despesas com essa função visto que seu gasto médio com “saúde e saneamento foi de 11,85%)<sup>6</sup>. A partir de 1994 a curva volta a apresentar trajetória declinante, mas ainda superior, na maioria dos anos, aos percentuais aplicados nessa função durante o ciclo coronelista.

Percebe-se ainda, observando-se o Gráfico 7, a pouca atenção que os governos estaduais dispuseram para com a função "habitação e urbanismo", visto que em apenas dois períodos (1977-1980 e 1989-1994) verificaram-se percentuais superiores a 1,3% do total das despesas, tendo o ano de 1992 evidenciado o percentual mais expressivo de 3,86% das despesas totais.

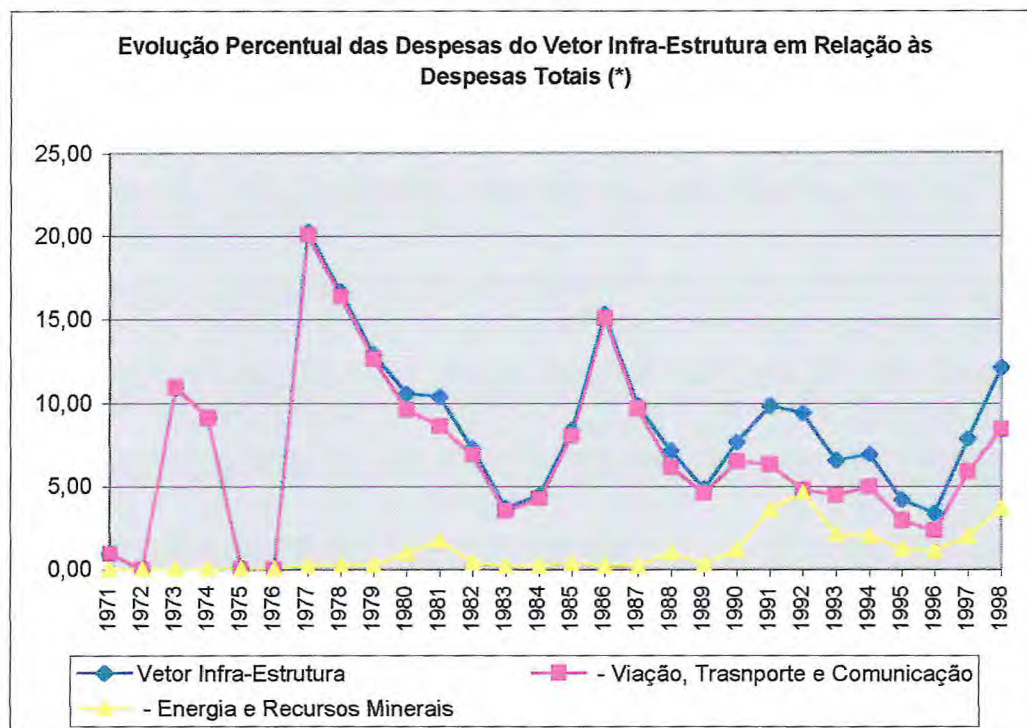
Por fim, observando-se a trajetória da curva do vetor social constante do Gráfico 7 em comparação com a de seus componentes, percebe-se que durante o ciclo dos “coronéis” as funções que mais explicam sua performance são, primeiramente, “educação e cultura” e, em seguida, “trabalho, assistência e previdência”, visto que a soma dessas duas funções perfazem mais de 65% do percentual do vetor social durante boa parte dos anos da hegemonia coronelista (13 dos 16 anos da oligarquia dos coronéis). Já nos anos da “Geração Cambéba” a explicação da trajetória dos primeiros anos do vetor social (até 1993) sofre grande influência de três funções: “educação e cultura”, “trabalho, assistência e previdência” e “saúde e saneamento). A partir de 1994, porém, com a redução das despesas relativas com a função “saúde e saneamento”, volta a se configurar a grande influência das outras duas funções.

O gráfico 8, mostra as trajetórias do vetor “infra-estrutura” e seus respectivos componentes.

---

<sup>6</sup> Vale ressaltar que foi durante essa administração que se registrou uma epidemia da “dengue” no estado do Ceará. Assim, os referidos números em muito refletem a ação combativa e de controle adotada pela administração estadual.

GRÁFICO 8



Fonte: Balanços Estaduais (várias edições).

(\*) Elaboração do autor.

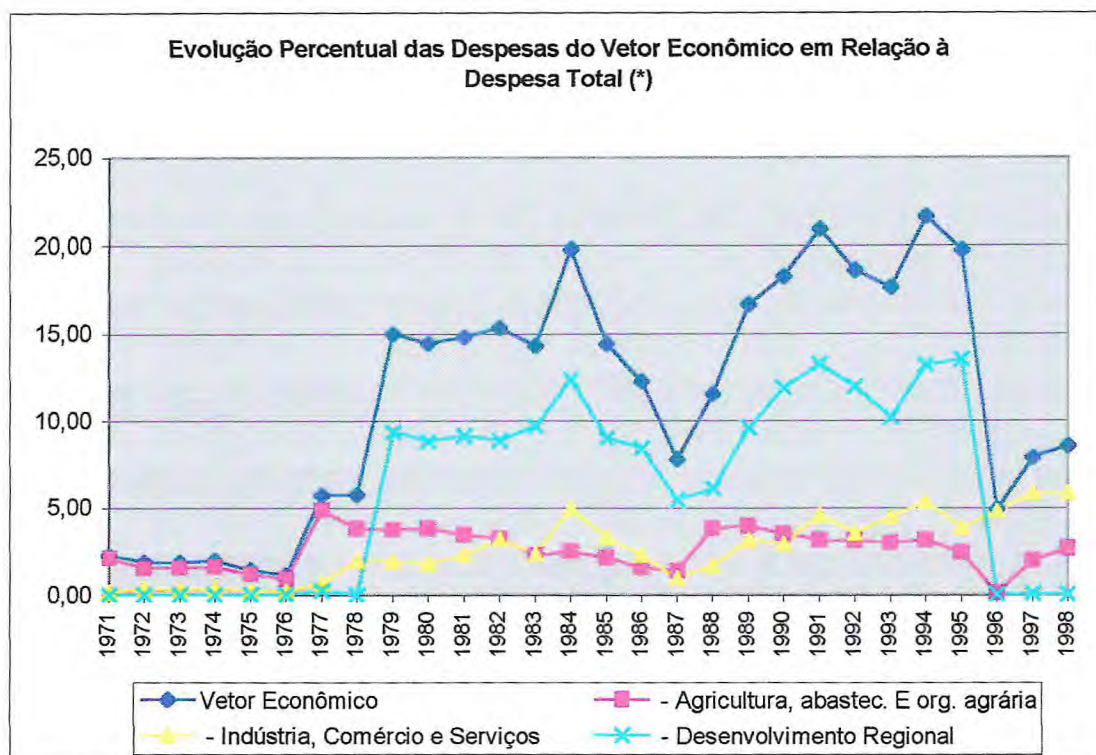
Evidencia-se a grande influência que a função “viação, transporte e comunicação” mostra no comportamento do vetor infra-estrutura. Em muitos anos ocorre praticamente a coincidência dessas duas curvas. A função “energia e recursos minerais” atinge patamar próximo ao da “viação, transporte e comunicação” apenas em 1992. Logo em seguida a função “energia e recursos minerais” mostra tendência declinante. É interessante também ressaltar que mesmo dispondo de dois períodos em que os gastos com infra-estrutura foram praticamente nulos (1971/72 e 1975/76), na média os governos dos coronéis gastaram mais com este vetor do que os governos da “geração cambéba” 8,18% e 7,49%, respectivamente. Nesse vetor, destaca-se o governo Aduino Bezerra, visto que 1977 e 1978 foram os anos em que os gastos com infra-estrutura em relação às despesas totais foram mais representativos, 20,04% e 16,36%, respectivamente. Patamar aproximado apenas foi atingido em 1986 (15,29%), ano da eleição do sr. Tasso Jereissati.

O gráfico 8 evidencia a preocupação dos governos de ambos os ciclos políticos em dotar o Estado do Ceará de melhores condições de infra-estrutura, com destaque para os governos do ciclo dos coronéis, haja vista que apesar da curva do vetor apresentar menor oscilação nos governos da “Geração Cambéba”, foi nos governos do ciclo dos coronéis que os maiores percentuais de despesas com infra-estrutura ocorreram.



O gráfico 9 abaixo apresenta o vetor econômico e seus respectivos componentes, isto é, as funções “indústria, comércio e serviços”, “agricultura, abastecimento e organização agrária” e “desenvolvimento regional”.

**GRÁFICO 9**



Fonte: Balanços Estaduais (várias edições).

(\*) Elaboração do autor.

Primeiramente, cabe destacar o pequeno montante das despesas com o vetor econômico nos primeiros anos do ciclo dos coronéis (1971 a 1976), período no qual os gastos com esse vetor não ultrapassaram 2,3% do total das despesas. Foi apenas a partir do terceiro ano do governo Adauto Bezerra (1977) que maiores gastos foram realizados com relação a esse vetor. Todavia, foi o ano de 1979 (primeiro ano do governo Virgílio Távora) que marcou maior dinâmica do vetor econômico, visto que de 5,78% em 1978 passou-se para 14,97% do total das despesas. Grande parte desse salto deve-se à implementação de maiores despesas com programas de desenvolvimento econômico, visto que do “zero” no ano anterior (1977), passou-se para 9,35% das despesas totais. Observe-se então que as despesas com “desenvolvimento econômico” puxam a trajetória do vetor econômico para cima até 1995, último ano em que esses gastos foram consideráveis. As trajetórias das curvas no gráfico 9 também demonstram a maior ênfase que os governos do “ciclo dos coronéis” deram a consolidação da agricultura do Ceará, muito embora perceba-se claramente a trajetória ascendente da curva da função “indústria, comércio e serviços” a partir de 1978.

No caso da “Geração Cambéba”, muito embora inicialmente a agricultura apresente melhores percentuais, vê-se que a partir de 1991 a curva da indústria alcança a dianteira. Tal

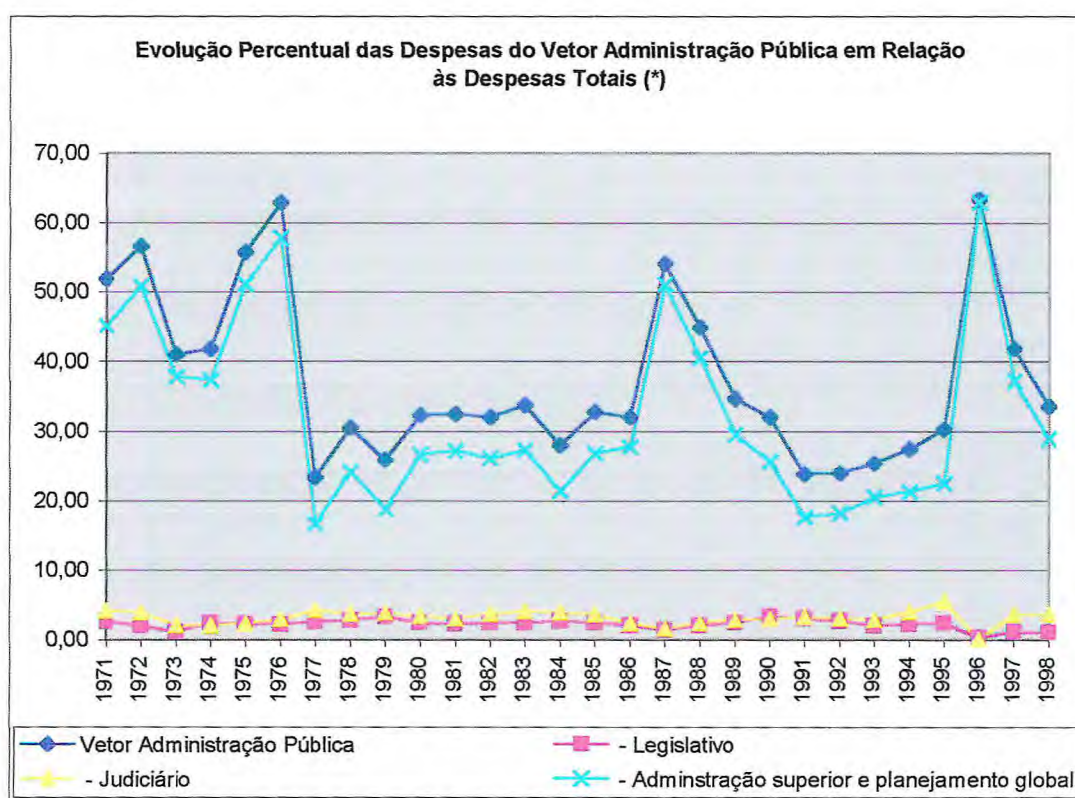


evidência confirma o que foi anteriormente dito quando da realização da análise dos planos econômicos. Contudo, ressalte-se que os gastos nos programas diretos para com indústria e *agricultura* mantiveram-se em patamares inferiores ou um pouco superiores a 5% das despesas totais, isso em ambos os ciclos políticos. Todavia, é importante salientar, que a função “desenvolvimento regional” oculta parte dos gastos efetuados pelos governos estaduais com o processo de industrialização, visto que nela encontram-se embutidos os vultosos gastos com o processo de industrialização estadual efetivados, principalmente, pelas administrações dos “Governos das Mudanças” com vistas a viabilizar a implementação de seu projeto de desenvolvimento estadual focado no setor industrial. Como expressa ALMEIDA & SILVA (2000, p. 162):

“A capacidade demonstrada pelo Estado do Ceará em se reestruturar financeira e administrativamente possibilitou o início de um processo caracterizado por significativos investimentos públicos em infra-estrutura econômica e social, consoante um consistente conjunto de projetos estruturantes, que foram acompanhados da implementação de um engenhoso programa de atração de investimentos, destinado a intensificar a industrialização.”

O gráfico 10 mostra a curva representativa do vetor “Administração Pública” e a de seus componentes.

**GRÁFICO 10**



Fonte: Balanços Estaduais (várias edições).

(\*) Elaboração do autor.



Como pode ser acima observado a função “administração superior e planejamento global” em muito explica a trajetória do vetor administração pública, sendo os gastos com as funções judiciária e legislativa pouco representativos (as duas funções juntas não passam de 10% das despesas totais, sendo que, em muitos anos, não chegam nem a 5%).

Observa-se no Gráfico 7 acima que nos dois ciclos políticos a função “administração superior e planejamento global” tem um peso muito elevado, sendo a função que, em grande parte dos anos analisados, obteve os maiores percentuais das despesas totais, especialmente nos anos de 1972, 1975, 1976, 1987 e 1996 quando os gastos com essa função superaram o patamar de 50% do total de gastos do governo estadual. Registre-se ainda que, na média, as despesas com essa função nos governos do ciclo dos “coronéis” foram de 32,61%, enquanto que nos governos do ciclo da “Geração Cambeba” atingiram 31,25% das despesas totais (percentuais muito superiores aos obtidos pela função “educação e cultura” - até então a que tinha recebido os maiores percentuais de gastos relativos - visto que, conforme análise anterior, as despesas com essa função foram, em média, nos governos coronelistas e cambebistas, de 18,36% e 14,92%, respectivamente). Referidos percentuais demonstram que os governos de ambos os ciclos alocaram recursos consideráveis para gastos com a própria máquina pública ou com pagamento da dívida pública estadual, item que também está contido na presente função<sup>7</sup>.

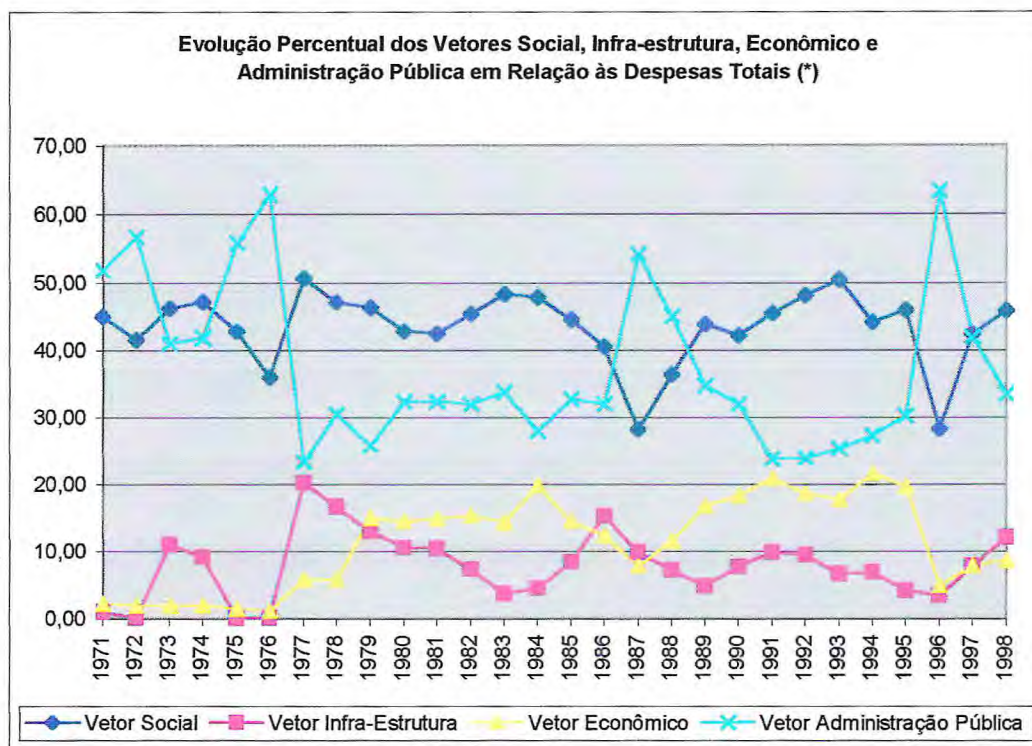
Vale ressaltar, ainda, que a partir do ano de 1980 consideráveis parcelas das despesas com a função “administração superior e planejamento global” decorreram de pagamentos da dívida pública, pois, a partir desse ano, não menos que 25% dos percentuais dessa função referiam-se a valores de amortizações e pagamentos de serviços. Em termos desse item, os governos Gonzaga Mota (1983-1986), Tasso Jereissati (1987-1990) e Ciro Gomes (1991-1994) apresentaram os maiores percentuais de pagamento da dívida pública, com destaque para o ano de 1987 quando os custos com a dívida pública chegaram a representar 88,05% do percentual da função “administração superior e planejamento global”, quer dizer, 45% do total dos gastos orçamentários.

<sup>7</sup> Segundo a lei nº 4.320 a função “administração superior e planejamento global” insere os seguintes programas e subprogramas: a) Administração que contém: supervisão e coordenação superior, administração geral, documentação e bibliografia, divulgação oficial, processamento de dados e edificações públicas; b) Administração financeira que contém os subprogramas: administração das receitas, assistência financeira, controle interno, dívida interna, dívida externa e participação societária; c) Planejamento governamental que contém os subprogramas: planejamento e orçamento, ordenamento econômico-financeiro, organização e modernização administrativa, informações geográficas e estatísticas, estudos e pesquisas econômico-sociais, e, Ciência e tecnologia com os subprogramas: pesquisa aplicada e informação científica e tecnológica.



Finalmente, no Gráfico 11 abaixo, efetua-se uma comparação geral entre as performances das curvas dos vários vetores de atuação governamental (social, infra-estrutura, econômico e administração pública).

**GRÁFICO 11**



Fonte: Balanços Estaduais (várias edições).

(\*) Elaboração do autor.

A observação do Gráfico 11 acima permite inferir que, em termos de vetor de atuação, não se pode distinguir diferenças marcantes entre as performances obtidas pelos governos dos dois ciclos políticos, pois percebe-se que, em ambos os casos, os vetores social e administração pública carregaram os maiores percentuais de recursos orçamentários, sendo que, na maioria dos anos, os gastos com o vetor social se sobrepõem aos do vetor administração pública. No caso dos vetores econômico e infra-estrutura acontece fenômeno parecido, sendo que, nesse caso, o vetor econômico recebe os maiores percentuais.

Em termos de patamares, inclusive, percebem-se similaridades entre os dois ciclos: a) o vetor social, na maior parte dos anos, oscila na faixa 40%-50% das despesas totais; b) já o vetor administração pública inicia os ciclos em patamares mais elevados, mas se mantém, em maior parte dos anos, com percentuais muito próximos ao patamar de 30%; c) o vetor econômico inicia os ciclos em baixa apresenta ascensão e depois decai novamente, sendo que em boa parte dos anos se manteve na faixa entre 10%-20% das despesas totais; d) por último, o vetor Infra-Estrutura, oscilou mais durante os governos do ciclo dos “coronéis”,



demonstrando certa constância durante os períodos de dominação da “Geração Cambeba”, todavia, na maioria dos anos, a curva ficou próxima ao patamar de 10% dos gastos totais.

Por fim, em relação às perguntas realizadas no início do presente item a análise efetuada até então permite afirmar:

- a) distinção entre as formas de atuação das duas oligarquias: se, em termos de controle das contas públicas, a análise das receitas e despesas classificadas por categoria econômica permite inferir que houve ruptura após assunção ao poder estadual da oligarquia cambebista, já a análise das despesas classificadas por função mostra que na forma de atuação as duas oligarquias foram bastante similares;
- b) as previsões de aplicação de recursos: a análise das despesas classificadas por função permite concluir que os governos atuaram de forma bastante distinta do que haviam previsto em seus planos de governo. Primeiramente cabe ressaltar que nenhum dos planos continha previsões de aplicação no vetor “administração pública”, entretanto, como visto, esse vetor apresentou elevado emprego dos recursos disponíveis, tanto nos governos do ciclo coronelista como cambebista. Outro ponto a ser destacado é que as elevadas previsões de gastos em funções do vetor econômico (agropecuária e indústria), infra-estrutural (transporte, energia e recursos hídricos) e social (habitação) não se confirmaram, sendo na verdade observados os maiores percentuais despesas nas funções “administração superior e planejamento global”, “educação e cultura”, “trabalho, assistência e previdência” e, em alguns anos, “saúde” e “desenvolvimento regional”.

## CAPÍTULO III

### ANÁLISE DOS INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS DO CEARÁ

Uma das estratégias utilizadas pelos governos da “geração Cambeba” para manutenção do domínio político provém de uma constante exposição nos meios de comunicação de massa (televisão, jornais e revistas) de propagandas “informativas” sobre os programas e obras que foram e estão sendo realizados pelas administrações desse grupo político, os quais provocaram melhorias nos indicadores sócio-econômicos do Estado.

Tratam-se de campanhas que enfatizam as melhorias obtidas tanto em termos da infra-estrutura (projetos estruturantes: porto do Pecém, aeroporto internacional, estradas, Metrofor, infra-estrutura hídrica, etc), criação de empregos (política desenvolvida para atração de novas empresas que queiram investir no Estado) e qualidade de vida (saúde, saneamento, educação, etc).

O presente capítulo tem como objetivo principal realizar uma análise comparativa entre as evoluções dos indicadores econômicos e sociais obtidos pelo Estado do Ceará nos períodos de cada ciclo oligárquico em estudo, com intuito de averiguar se as melhorias apontadas na propaganda oficial dos governos da “Geração Cambeba” foram mais significativas que as obtidas pelos governos do ciclo dos “coronéis”.

De forma auxiliar, apresentam-se nesse capítulo os conceitos de coeficiente de Gini e de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), os quais serão utilizados durante o processo de análise a ser executado.

#### 3.1. Conceituação do coeficiente de Gini

SANDRONI (1994, pp. 57-58) define o coeficiente de Gini como:

“Medida de concentração, mais freqüentemente aplicada à renda, à propriedade fundiária e à oligopolização da indústria. O coeficiente de Gini é medido pela relação, ou pela fórmula geral:

$$G = 1 - \sum_{i=1}^n (Y_i + Y_{i-1}).(X_i - X_{i-1})$$

$X_i$  = percentagem acumulada de população (pessoas que recebem renda, proprietários de terra, indústrias etc) até o estrato  $i$ ;

$Y_i$  = percentagem acumulada da renda, área, valor da produção etc, até o estrato  $i$ ;

$n$  = número de estratos de renda, área, valor da produção etc.

Aumentando a concentração da renda, da propriedade fundiária ou do valor da produção, cresce a curvatura da curva de Lorenz e, portanto, a área entre a curva e a



linha que passa a 45° (...) O índice ou coeficiente de Gini se aproximaria de 1,0 refletindo o aumento da concentração. Se a distribuição de renda, propriedade da terra, do valor da produção industrial etc. fosse igualitária (...) o coeficiente de Gini seria igual ou muito próximo de 0”.

Ressalte-se que no presente trabalho o coeficiente de Gini se refere apenas ao nível de concentração de renda existente no estado do Ceará durante o período analisado.

### 3.2. PIB, distribuição de renda e concentração no Ceará.

Na tabela 4 abaixo são apresentadas as taxas médias de crescimento econômico do Ceará, do Nordeste e Brasil, calculadas de acordo com cada período de governo, desde da administração César Cals até o segundo governo Tasso Jereissati.

**TABELA 4**  
**EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DO CEARÁ, NORDESTE E BRASIL (\*)**  
**1970 – 1998**  
**(%)**  
**(Média das Variações Anuais dos PIB's em US\$ a Preços de 1998)**

ANOS	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL
César Cals 1971-1974	21,3	11,1	11,3
Adauto Bezerra 1975 -1978	10,8	8,7	6,3
Virgílio Távora 1979 - 1982	5,0	5,0	3,2
Gonzaga Mota 1983 -1986	13,1	6,8	4,5
Tasso Jereissati 1987 - 1990	-0,1	-0,7	0,6
Ciro Gomes 1991 - 1994	5,5	2,2	2,8
Tasso Jereissati 1995 - 1998	4,1	4,0	2,6

Fonte: SUDENE - Agregados Econômicos Regionais: Nordeste do Brasil - 1965-1998  
(\*) Cálculos efetuados pelo autor.

Observa-se nos dados acima que na maioria dos períodos analisados (tanto do “ciclo do coronéis” como do “ciclo da Geração Cambéba”) a taxa de crescimento do PIB estadual foi superior a obtida pela região Nordeste e pelo do Brasil. Exceções a regra: a) no governo Virgílio Távora (1979-1982) pois a houve igualdade entre o crescimento estadual e o regional, muito embora ambos tenham sido superiores ao obtido pelo Brasil; b) no primeiro governo Tasso Jereissati (1987-1990) porquanto houve uma involução do crescimento estadual enquanto o PIB nacional apontou leve crescimento.

Na Tabela 4 acima também fica evidente que os períodos dos ciclos do “coronéis” apresentaram desempenho econômico muito superior aos obtidos durante as administrações de “mudanças”. Tal comportamento pode ser explicado por três motivos básicos: a) os maiores incentivos ao processo de industrialização (Sistema 34/18, FINOR, etc) e obras públicas provenientes do governo federal na época do “milagre econômico” e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), ensejaram elevado crescimento - foi nessa época, inclusive, que houve a consolidação do pólo têxtil e de confecções de Fortaleza (ARAÚJO, 1997, p. 457); b) as políticas adotadas para desenvolvimento do setor primário estadual nos governos dos “coronéis” (crédito agrícola, extensão rural, etc) permitiram uma certa estabilidade na participação no PIB estadual desse setor durante os períodos de governo coronelista (observa-se na Tabela 5 que durante os governos do ciclo dos “coronéis” a participação do setor agropecuário no PIB estadual foi de, em média, 16,72%, enquanto nos governos da “Geração Cambeba” essa média diminuiu para 6,93%); c) as melhorias nos meios de comunicação e de infra-estrutura proporcionaram maior dependência do setor terciário (setor com maior participação no PIB estadual) a produtos provenientes de outros estados (principalmente da região sudeste), fazendo com que as crises de crescimento nacionais se refletissem mais rapidamente na economia local.

A tabela 5 abaixo mostra as participações de cada setor econômico no PIB estadual e da Região Nordeste.

**TABELA 5**  
**EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SETORIAL DOS PIB'S DO NORDESTE E CEARÁ:**  
**1950 – 1998**  
**(%)**

ANOS	NORDESTE			CEARÁ		
	AGROPECU- ÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	AGROPECU- ÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
1950	42,5	13,5	44,0	49,5	6,3	44,3
1955	38,4	14,0	47,0	39,8	8,7	51,5
1960	42,0	11,6	46,4	40,9	8,0	51,1
1965	29,0	23,2	47,8	41,0	10,2	48,8
1970	20,9	27,4	51,7	16,8	26,3	56,8
1975	23,9	27,6	48,5	21,7	24,4	53,9
1980	17,3	29,3	53,4	15,0	25,5	59,5
1985	16,2	30,2	53,6	13,4	25,0	61,6
1990	12,8	27,5	59,7	9,1	28,5	62,4
1995	10,2	20,0	69,8	7,4	20,6	71,9
1998	12,2	18,4	69,3	4,4	22,2	73,4

Fonte: PESSOA (1992) e LIMA (2002)



Pode-se inferir pelos percentuais acima que a “revolução no campo” apregoada pelos governos “mudancistas” trata-se de pura retórica, visto que, de 13,4% de participação no PIB estadual em 1985, o setor agropecuário passou a representar apenas 4,4% em 1998. Observe-se que, regionalmente, a tendência não foi de queda tão acentuada e brusca como a estadual. Isso reflete que a política estadual para o setor, focada em áreas onde a irrigação pode ser implementada, no incentivo a práticas capitalistas no campo (empresa rural), mas sem o auxílio providencial da extensão e do crédito, visto que a EMATER-CE encontra-se sucateada e o Banco do Estado do Ceará foi federalizado, passando a pouco atuar no crédito agrícola, não foi gestada para a grande maioria dos camponeses ligados, ainda, a práticas agrícolas pouco produtivas e/ou de subsistência, mas sim a um pequeno e seletivo grupo que dispõe de recursos e conhecimento suficientes para tocar seus empreendimentos dentro de um padrão de qualidade e competitividade praticamente mundial (empresários/empresas que operam nos segmentos de fruticultura irrigada, beneficiamento de castanha de caju ou de laticínios, etc).

Interessante notar, nos números da tabela 5, a maior representatividade do setor de serviços no PIB estadual, tendência que também ocorre na distribuição regional. Além de que há uma certa redução nos percentuais de participação do setor industrial no PIB estadual, a partir de 1995. Essa inflexão deveu-se, muito provavelmente, ao reflexo negativo para toda a indústria nacional da sobrevalorização cambial existente no início do Plano Real, a qual, por conta da abertura comercial posta em prática desde o início do processo de democratização do país, ensejou uma maior exposição da indústria nacional à concorrência dos produtos importados de melhor qualidade, provocando fechamento de firmas pouco competitivas e redução do faturamento em geral que mesmo a minidesvalorização cambial de março de 1995 e a elevação da alíquota do imposto de 20% para 70% em alguns produtos importados (no total de 109 itens, como automóveis por exemplo) foram insuficientes para propiciar a redução do consumo de bens de consumo duráveis e não duráveis importados (TABOSA, 2002, pp. 43-44).

Na tabela 6 a seguir observam-se os dados do produto interno bruto na sua forma “per capita” referentes ao Ceará, ao Nordeste e ao Brasil desde 1970 até 1998 (a preços de 1998):

**TABELA 6**  
**PRODUTO INTERNO BRUTO "PER CAPITA" DO CEARÁ, NORDESTE E BRASIL**  
**(EM US\$ A PREÇOS DE 1998)**

ANOS	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL
1970	717,16	1.098,17	2.530,84
1974	1.183,06	1.515,64	3.527,84
1978	1.633,99	1.939,28	4.079,06
1982	1.833,66	2.163,44	4.205,81
1986	2.391,08	2.585,04	4.587,15
1990	2.208,05	2.348,02	4.380,15
1994	2.556,97	2.421,46	4.572,77
1998	2.803,45	2.689,96	4.793,26

Fonte: SUDENE - Agregados Econômicos Regionais: Nordeste do Brasil - 1965-1998

Verifica-se nos números acima o imenso crescimento econômico cearense entre 1970 e 1986, visto que o PIB “per capita” estadual mais que triplicou em um período de 16 (dezesseis) anos, passando de US\$ 717,16 para US\$ 2.391,08 (crescimento de 233,41%). Nos períodos do ciclo da “geração Cambeba” percebe-se que houve, primeiramente, uma redução no valor pois em 1990 o PIB “per capita” apontou US\$ 2.208,05, tendo, em seguida, havido uma retomada no crescimento. Entretanto constata-se que no período de 12 anos de dominação pelos governos cambebistas o crescimento foi muito inferior ao do ciclo do “coronéis” (crescimento do PIB “per capita” de 1986 a 1998: 17,24%). Vale ressaltar que a queda em 1990 também ocorreu nos números do PIB “per capita” regional e nacional, bem como que, a partir de 1994, o PIB “per capita” cearense ultrapassou o do Nordeste. Contudo, as seguintes perguntas ficam no ar: esse crescimento realmente implicou em melhoria na renda do povo cearense? Esse crescimento foi melhor distribuído? Para verificar esse prisma da questão foi inserida a Tabela 7 a seguir a qual contém os dados das “Pessoas com mais de 10 anos classificadas segundo as classes de rendimento”.



TABELA 7

**PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS NO ESTADO DO CEARÁ, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO: 1970 / 1981 / 1990 / 1999**

Classes de Rendimento Mensal	1970		1981		1990		1999	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Total	2.929.477	100,0	3.811.938	100,0	4.810.457	100,0	5.553.092	100,0
Sem rendimento	1.764.248	60,2	1.839.274	48,3	2.141.442	44,5	2.465.195	44,4
Até 1/2 Salário Mínimo	806.143	27,5	832.265	21,8	715.444	14,9	424.753	7,6
Mais de ½ a 1 Salário Mínimo	207.636	7,1	496.818	13,0	785.598	16,3	1.094.641	19,7
Mais de 1 a 2 Salários Mínimos	73.788	2,5	362.833	9,5	584.841	12,2	786.495	14,2
Mais de 2 a 3 Salários Mínimos	17.623	0,6	111.038	2,9	191.617	4,0	319.797	5,8
Mais de 3 a 5 Salários Mínimos	25.949	0,9	82.629	2,2	180.632	3,8	182.890	3,3
Mais de 5 a 10 Salários Mínimos	10.531	0,4	50.091	1,3	110.663	2,3	132.550	2,4
Mais de 10 Salários Mínimos	3.747	0,1	30.588	0,8	90.968	1,9	107.640	1,9
Sem declaração	20.172	0,7	6.352	0,2	9.250	0,2	39.131	0,7

Fontes: IBGE (CENSO 1970) e LIMA (2002)

Observando-se a Tabela 7 acima percebe-se que, em termos absolutos, tanto no ciclo oligárquico coronelista como no da "Geração Cambéba", houve elevações na quantidade de pessoas sem rendimento, pois em 1970 existiam 1.764.248 pessoas nesse grupo, tendo elevado-se para 1.839.274, em 1981; 2.141.442, em 1990; e, 2.465.195, em 1999. Contudo, em valores relativos, comparados com os totais de seus respectivos anos, houve um decréscimo nos percentuais de pessoas sem rendimento, visto que em 1970 haviam 60,2% da população cearense nessa faixa, tendo diminuído para 48,3% em 1981, até chegar a 44,4% em 1999. A faixa que vai até ½ salário mínimo decaiu, tanto em termos absolutos como relativos, tendo havido acréscimos tanto absolutos como relativos nas demais faixas, todavia, o que mais chama atenção é a grande quantidade de cearenses que está compreendida na soma das faixas que vão de "sem rendimento" até "mais de 2 a 3 salários mínimos", visto que em 1970 representavam 97,9% do total passando para 95,5%, em 1981; 91,9%, em 1990; e, 91,7%, em 1999. Isso implica que, em termos de distribuição de renda, não houve melhoras significativas, pois a grande maioria dos cearenses percebe salários muito baixos tanto na época dos governos do ciclo coronelista como nos da "Geração Cambéba". Tal afirmação é

ratificada por intermédio da análise dos índices de Gini do período, os quais estão contidos na Tabela 8 abaixo.

**TABELA 8**

**ÍNDICE DE GINI DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA DOS ESTADOS NORDESTINOS - 1970/1999**

<b>Estados</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>1999</b>
Alagoas	0,5267	0,5475	0,5811	0,5383
Bahia	0,5465	0,5701	0,6031	0,5550
Maranhão	0,4467	0,5340	0,5573	0,5622
Pernambuco	0,5696	0,5840	0,6056	0,5744
Rio Grande do Norte	0,5627	0,5734	0,6008	0,5786
<b>Ceará</b>	<b>0,5851</b>	<b>0,5989</b>	<b>0,6100</b>	<b>0,5815</b>
Piauí	0,5184	0,5643	0,5932	0,5858
Sergipe	0,5322	0,5653	0,5896	0,5912
Paraíba	0,5640	0,5781	0,5966	0,6309

Fonte: BARRETO, JORGE NETO & TEBALDI (2001)

Na tabela 8 pode ser visto que o índice de Gini cearense de 1970 a 1999 variou muito próximo a 0,60, quer dizer, muito mais próximo de 1,0, indicando uma concentração de renda elevada. Também percebe-se que em 1970, 1980 e 1991 o Ceará obteve o desprestigiado 1º lugar em concentração de renda no Nordeste, passando, em 1999, para a 4ª colocação, entretanto, sem oscilar muito, pois de 0,61, em 1991, o índice caiu para 0,5815, em 1999. Desta feita pode-se inferir que uma pequena parcela da população cearense conseguiu se beneficiar do imenso crescimento econômico ocorrido em nosso Estado no período compreendido entre 1970 e 1999. Tal constatação demonstra que as políticas públicas adotadas pelos governos estaduais de ambos os ciclos oligárquicos foram insuficientes para que houvesse uma distribuição de renda mais justa no Estado do Ceará.

Outrossim, cabe ainda notar, que houve um grande crescimento populacional durante o período analisado, acompanhado de um expressivo êxodo rural. A Tabela 9 a seguir ratifica essa afirmação.





**TABELA 9**  
**POPULAÇÃO RESIDENTE NO ESTADO DO CEARÁ**  
**SEGUNDO DOMICÍLIO: 1970 / 1980 / 1991 / 2000**  
**(Em Mil Pessoas)**

Anos	POPULAÇÃO						Taxa de Crescimento
	Urbana		Rural		TOTAL		
	Qtde.	(%)	Qtde.	(%)	Qtde.	(%)	
1970	1.780	40,8	2.581	59,2	4.361	100,0	-
1980	2.810	53,1	2.478	46,9	5.288	100,0	21
1991	4.158	65,3	2.205	34,7	6.363	100,0	20
2000	5.314	71,5	2.115	28,5	7.429	100,0	17

Fonte: IBGE (CENSO 1970) e LIMA (2002).

Observe-se que, enquanto a população total cresceu 70,35% (de 4.361 mil, em 1970, para 7.429 mil, em 2000), a população rural decaiu, passando de 2.581 mil, em 1970, para 2.115 mil em 2000 (queda de 18,06%). Já a população urbana cresceu exponencialmente (de 1.780 mil, em 1970, para 5.314 mil, em 2000 - crescimento de 198,54%).

Esse crescimento exagerado da zona urbana refletiu a busca do camponês por melhores condições de vida (maiores salários obtidos nas cidades, facilidades para educação dos filhos e, também, maior atendimento de saúde), mas também a piora da própria condição de vida no campo. Ressalte-se, entretanto, que essa tendência de maior concentração de contingentes humanos em áreas urbanas não foi um privilégio do Estado do Ceará, visto que demonstrou-se uma tendência mundial, tanto que ocorreu em países, ou áreas, pobres como ricos. Todavia, pelos dados acima, aparentemente essa tendência está perdendo força no Ceará, visto que o crescimento da população urbana de 1970 para 1980 foi de 58%, caindo para 48%, de 1980 para 1991, e para 28%, de 1991 para 2000. Da mesma forma, a involução da população rural parece ter diminuído pois passou de -4%, para -11% e voltou a -4% respectivamente.

A Tabela 10 abaixo indica que, em termos absolutos, de 1970 para 1981 houve um decréscimo na ocupação da atividade agrícola (de 749.090 pessoas passou-se para 567.095), tendência que também se reverteu em 1999 quando o número de pessoas ocupadas nessas atividades cresceu para 1.277.371.

TABELA 10

**PESSOAS OCUPADAS NO ESTADO DO CEARÁ, POR GRUPOS DE HORAS HABITUALMENTE TRABALHADAS POR SEMANA E TODOS OS TRABALHOS SEGUNDO A ATIVIDADE E A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO:  
1970 / 1981 / 1990 / 1999**

ATIVIDADE E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1970		1981		1990		1999	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
<b>TOTAL</b>	<b>1.255.440</b>	<b>100,0</b>	<b>1.851.247</b>	<b>100,0</b>	<b>2.486.744</b>	<b>100,0</b>	<b>3.214.528</b>	<b>100,0</b>
<b>Total da Atividade Agrícola</b>	<b>749.090</b>	<b>59,7</b>	<b>567.095</b>	<b>30,6</b>	<b>828.787</b>	<b>33,3</b>	<b>1.277.371</b>	<b>39,7</b>
Empregados	195.407	26,1	259.433	45,7	301.727	36,4	175.334	13,7
Conta própria	252.347	33,7	146.596	25,9	312.438	37,7	405.134	31,7
Parceiros	169.374	22,6	-	0,0	-	0,0	-	0,0
Empregadores	7.816	1,0	22.057	3,9	30.939	3,7	29.087	2,3
Não remunerados	124.146	16,6	139.009	24,5	183.683	22,2	371.881	29,1
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total da Atividade Não Agrícola</b>	<b>506.350</b>	<b>40,3</b>	<b>1.284.152</b>	<b>69,4</b>	<b>1.657.957</b>	<b>66,7</b>	<b>1.937.157</b>	<b>60,3</b>
Empregados	313.447	61,9	874.339	68,1	1.022.821	61,7	1.026.368	53,0
Conta própria	174.517	34,5	367.054	28,6	527.914	31,8	531.133	27,4
Empregadores	3.486	0,7	14.567	1,1	45.363	2,7	58.397	3,0
Não remunerados	14.875	2,9	28.192	2,2	61.859	3,7	108.959	5,6
Sem declaração	25	0,0	-	-	-	-	212.300	11,0

Fontes: IBGE (CENSO 1970) e LIMA (2002).

Observa-se que de 1970 até 1990 houve um crescimento do trabalho assalariado no campo, que passou, em termos absolutos, de 195.407, em 1970, para 301.727 pessoas em 1990, entretanto, em 1999, houve um imensa redução, passando a comportar apenas 175.334 pessoas. Enquanto isso foi enorme o crescimento do trabalho não remunerado, principalmente de 1990 para 1999, tendo em vista que passou-se de 183.683 pessoas para 371.881, e dos trabalhadores denominados como de “conta própria” que primeiramente haviam passado de 252.347 pessoas, em 1970, para 146.596 pessoas, em 1981, mais aumentaram, em 1999, para 405.134 pessoas. Tanto o crescimento do trabalho não remunerado, como dos trabalhadores por conta própria indica a elevação da agricultura familiar e, também, no caso Nordeste, o crescimento da agricultura de subsistência. Tais pessoas, contudo, também necessitam de renda monetária para sobreviver, nesse caso, em interessante estudo apresentado no Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento realizado em Fortaleza, em 2001, SILVA (2001) expôs dados do estudo denominado: Projeto Rurbano, que está sendo desenvolvido pela Universidade de Campinas em conjunto com mais 16 instituições, no qual ficou constatado que, principalmente no Nordeste, a pequena produção agrícola é sustentada pelas aposentadorias rurais e pelo trabalho doméstico da mulher (filhas dos agricultores que



emigram para a cidade grande com intuito de empregar-se em residências familiares e que enviam parte de seus salários para suas famílias do interior).

Sobre as atividades não agrícolas, verifica-se o grande crescimento, em termos absolutos, da quantidade de empregados a qual mais que triplicou de 1970 para 1999 (passando de 313.447 pessoas para 1.026.368), salientando-se que a maior evolução ocorreu de 1970 para 1981 quando houve um crescimento de 178,94%, o qual foi muito inferior nos períodos de 1981 para 1990 e de 1990 e 1999, os quais foram de 16,98% e 0,35%, respectivamente. Tais dados mostram que os incentivos para atração de novas empresas para o Estado tão intensamente divulgados pelos governos do ciclo da “Geração Cambeba” não provocaram elevação substancial do emprego no Estado, tendo, nesse caso, as administrações do ciclo dos “coronéis” obtido melhor performance.

Assim, em resumo, temos: o PIB estadual cresceu nos dois ciclos, entretanto a taxa de crescimento obtida durante o “ciclo dos coronéis” foi muito superior a conseguida nos períodos do ciclo da “Geração Cambeba”. Em ambos os ciclos houve diminuição da representatividade da participação do setor primário e crescimento do setor terciário, sendo que esse quadro foi mais acentuado nos “governos de mudanças”. Em termos “per capita” a preços constantes evidencia-se, também, um elevação superior durante os governos dos “coronéis”. Embora em ambos os ciclos tenha ocorrido crescimento econômico, verificou-se que essa elevação não foi perfeitamente distribuída pela população do estado, mas sim que existe uma elevada concentração de renda, pois a maioria dos cearenses (mais de 90%) percebe salários de, no máximo, três mínimos. O êxodo rural e o crescimento exarcebado das zonas urbanas por conta disso, parece que vêm perdendo fôlego todavia ainda existe, isso reflete a inexistência, nos governos de mudanças, de políticas voltadas para “segurar o homem no campo”. Além disso, os incentivos dos governos de mudanças para atração de investimentos para o estado, muito focados nos grandes projetos, não conseguiram provocar elevação substancial do emprego, tendo esse crescido muito mais nas épocas dos governos do “ciclo dos coronéis”. Assim sendo, como o crescimento não se reverteu em melhores salários e empregos, a situação da população em geral piorou durante os “governos de mudança” nesses dois prismas, sendo ainda mais grave a situação no campo, onde houve um queda fenomenal do emprego assalariado e um crescimento da agricultura familiar e de subsistência, financiada, em grande parte, pelas rendas provenientes das aposentadorias rurais e do trabalho feminino.

### 3.3. Dados da educação no Ceará

Na tabela 11 abaixo encontra-se explicitado, desde 1970, os estudantes, de 5 anos ou mais, segundo o grau que freqüentam. Pelos números da tabela 11 abaixo vislumbram-se dois momentos de grande evolução: o primeiro, de 1970 para 1981, quando as matrículas de 1º grau cresceram 57,4% e as de 2º grau, 176%; e o segundo, de 1990 para 1999, onde as matrículas de 1º grau cresceram 46,6%, e as de 2º grau, 178,7%. Fato semelhante ocorreu no ensino de nível superior. Já o período de 1981 a 1990 demonstrou-se como praticamente estável, vale ressaltar que trata-se de uma fase que comporta tanto períodos de governo dos “coronéis” como da era de “mudanças”.

**TABELA 11**  
**ESTUDANTES DE 5 ANOS OU MAIS, SEGUNDO O GRAU QUE FREQUENTAM:**  
**1970 / 1981 / 1990 / 1999**

GRAU E SÉRIE QUE FREQUENTAM	1970		1981		1990		1999	
	Total	%	Total	Cresc.	Total	Cresc.	Total	Cresc.
Pré-Escolar	-	-	92.815	-	377.837	307,1	272.394	(27,9)
1º Grau	659.299	93,0	1.037.636	57,4	1.160.208	11,8	1.701.308	46,6
Sem Declar. de série	-	-	3.090	-	1.113	(64,0)	-	-
2º Grau	34.982	4,9	96.552	176,0	100.413	4,0	279.889	178,7
SUPERIOR	14.806	2,1	34.139	130,6	35.624	4,3	84.588	137,4
Sem Declaração	66	0,0	551	734,8	213	(61,3)	-	-
<b>Total</b>	<b>709.153</b>	<b>100,0</b>	<b>1.261.693</b>	<b>77,9</b>	<b>1.674.295</b>	<b>32,7</b>	<b>2.338.179</b>	<b>39,7</b>

Fontes: IBGE (CENSO DE 1970) e LIMA (2002)

Com base nos números acima, bem como levando-se em consideração que foi observado no capítulo 2 que em ambos os ciclos os gastos com educação demonstraram-se consideráveis (sempre superiores as 10% do total de gastos públicos) pode-se inferir que houve realmente preocupação em elevar o nível educacional da população tanto em um ciclo como no outro. Mais recentemente, no ciclo da “geração Cambeba”, metas como as de universalizar o ensino fundamental (1ª a 8ª séries do 1º grau), erradicar o analfabetismo e alfabetizar todas as crianças e adolescentes da faixa etária entre 7 e 17 anos, são louváveis e fundamentais para o desenvolvimento do Estado. Vale destacar, também, a criação dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT's) pelos governos do ciclo da “Geração Cambeba”, os quais possibilitaram a capacitação de muitos trabalhadores em várias áreas de atuação. Também não se pode deixar de citar os programas de incentivo a qualificação dos professores



e de ampliação do sistema de “tele-ensino” que vem sendo empreendidos pelos governos da “Geração Cambeba”, os quais propiciaram a melhorias na qualidade de ensino do Estado.

Na Tabela 12 abaixo apresentam-se os dados sobre a quantidade de anos de estudo das pessoas com 10 anos, ou mais, no Estado do Ceará.

**TABELA 12**  
**PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS, SEGUNDO OS ANOS DE ESTUDO:**  
**1981 / 1990 / 1999.**

ANOS DE ESTUDO	1981		1990		1999	
	Total	%	Total	%	Total	%
Sem instrução ou menos de 1 ano	579.974	28,1	790.660	27,3	685.782	18,2
1 ano	194.427	9,4	189.033	6,5	170.117	4,5
2 anos	209.655	10,2	245.211	8,5	261.564	6,9
3 anos	203.301	9,9	257.681	8,9	345.404	9,2
4 anos	232.185	11,3	328.816	11,3	408.906	10,8
5 anos	159.578	7,7	250.389	8,6	366.884	9,7
6 anos	62.648	3,0	106.576	3,7	206.864	5,5
7 anos	65.123	3,2	103.846	3,6	197.821	5,2
8 anos	98.867	4,8	161.530	5,6	272.996	7,2
9 a 11 anos	183.188	8,9	352.748	12,2	642.382	17,0
12 anos ou mais	65.098	3,2	110.553	3,8	185.808	4,9
Anos de estudo não Determinados	5.611	0,3	640	0,0	24.412	0,6
Sem declaração	888	0,0		-		-
<b>Total</b>	<b>2.060.543</b>	<b>100,0</b>	<b>2.897.683</b>	<b>100,0</b>	<b>3.768.940</b>	<b>100,0</b>

Fonte: LIMA (2002)

Os dados acima mostram que, embora o analfabetismo tenha se reduzido bastante, o percentual de pessoas sem instrução ou com menos de 1 anos no Estado ainda é muito elevado, pois em 1981 era de 28,1% do total, passou para 27,3% em 1990, e, caiu para 18,2% em 1999. A redução significativa de 1990 para 1999 foi obtida por conta do lançamento pelo Estado do “Projeto Educar” que visa alfabetizar adultos nos moldes do antigo “Projeto Mobral” existente na época dos governos coronelistas e decorreu de percepção pelas administrações cambebistas de que esse público não estava sendo atendido pelos outros programas de ensino da rede Estadual.

Observa-se, ainda, que a quantidade de pessoas com mais de 4 anos de estudo vem crescendo substancialmente pois passou de 873.186 pessoas, em 1981, para 2.306.073 pessoas, em 1999.

Desta feita, no que concerne a educação verifica-se que ambos os ciclos demonstraram preocupações em melhorar o nível de ensino do povo cearense, tendo apresentado performances semelhantes, visto que em ambos os ciclos houve elevação substancial dos alunos matriculados e da quantidade de pessoas com mais de 01 ano de estudo.

### 3.4. Saúde e saneamento no Ceará

No quadro abaixo visualizam-se os índices de mortalidade infantil do Estado do Ceará, de 1980 até 1999, por mil nascidos vivos.

**TABELA 13**  
**MORTALIDADE INFANTIL**  
**(Por mil nascidos vivos)**

ANO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL
1980 (1)	137,00	124,50	87,90
1986 (2)	88,40	84,90	57,80
1987 (2)	82,80	79,90	54,80
1988 (2)	77,50	75,40	52,00
1989 (3)	73,57	77,82	52,02
1990 (3)	69,93	74,30	49,40
1991 (3)	66,79	71,15	46,99
1992 (3)	64,14	68,37	44,79
1993 (3)	61,91	65,92	42,80
1994 (3)	60,06	63,80	41,01
1995 (3)	58,54	61,96	39,40
1996 (3)	57,28	60,39	37,97
1997 (3)	56,26	59,05	36,70
1998 (3)	55,43	57,91	36,10
1999 (3)	52,40	53,00	34,60

Fontes:

- . (1) ESTADO DO CEARÁ - PLANO DE MUDANÇAS (p. 68)
- . (2) LIMA (2002)
- . (3) DATASUS e IBGE/PNDA 1999

A redução acentuada da taxa de mortalidade infantil do Estado, como pode ser acima vislumbrado, já vinha ocorrendo desde a época dos governos dos “coronéis”, entretanto ela se intensificou nos governos da “Geração Cambeba” em grande parte por conta do programa de “agentes de saúde”. Pois com atitudes simples do tipo: ensinar como preparar o soro caseiro, orientar sobre a importância da pesagem e medição das crianças nos primeiros meses de vida, informar sobre os períodos de vacinação infantil, etc, esse programa tem obtido resultados fabulosos. Observe-se que a taxa do Ceará (52,4 óbitos por mil nascidos)



ainda encontra-se muito distante da brasileira (34,6 óbitos por mil nascidos), entretanto já é inferior a Nordestina (53,0 óbitos por mil nascidos).

Também houve melhora significativa na esperança de vida ao nascer, como pode ser visto na tabela 14 abaixo, entretanto, saliente-se que, nesse caso, a melhora mais significativa aconteceu durante o ciclo dos “coronéis”, visto que de 43,14 anos, em 1970, passou-se para 59,45 anos, em 1980. Frise-se que, nesse caso também, o indicador cearense é melhor do que o da região Nordeste.

**TABELA 14**  
**ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER**

ANO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL
1970	43,14	44,38	52,67
1980	59,45	57,67	61,76
1991	63,39	62,71	66,13
1995	64,78	64,10	67,28
1996	65,14	64,46	67,58
1999	66,10	65,80	68,40

Fonte: PNUD/IPEA/FJP/IBGE - Desenvolvimento Humano no Brasil, 1970-1996  
LIMA (2002)

Todavia a situação da saúde pública não é tão boa quanto aparenta, conforme bem expressa MOTA (2002, p.22):

“... as mudanças na estrutura populacional e padrão de morbimortalidade, embora signifiquem melhora de alguns indicadores de saúde, proporcionam o surgimento de outros problemas. Crescem os problemas como a violência, doenças e agravos à saúde de origem ambiental e ocupacional. O aumento na expectativa de vida ao nascer implica o envelhecimento da população e não temos uma política de atenção ao idoso. (...) As doenças infecciosas e parasitárias ainda ocupam o sexto lugar com causa de mortalidade e os óbitos. Já as doenças que tem como causa os sinais e sintomas mal definidos ocupam o segundo lugar em ordem de frequência, o que aponta para o sistema de saúde ineficiente. O aparecimento de velhas doenças, como dengue e cólera, preocupa pelo simples fato de que o conhecimento técnico e científico está dado para seu controle (...) Persiste ainda uma crise generalizada do sistema de saúde que se expressa numa demanda crescente e insatisfeita. (...)”

A visão crítica de uma profissional que vive o problema da saúde, torna-se importante para melhor se compreender a real situação da saúde pública estadual e perceber-se que existe um certo contraste entre o que é divulgado pela propaganda institucional e a realidade. Além disso, há de ser destacado, durante o ciclo da “geração Cambeba” não foi construído nenhum novo hospital, muito embora a população do estado tenha crescido substancialmente. Diariamente são veiculadas notícias, tanto em jornais como por intermédio da televisão, sobre o não atendimento, nos hospitais públicos, de doentes em estado grave por conta da falta de profissionais (médicos e enfermeiros) ou leitos nesses hospitais. Além disso são relatadas, costumeiramente, notícias sobre o mal-atendimento proporcionado pela saúde pública nos ambulatórios e emergências, também por conta da pequena quantidade de profissionais de saúde contratados para o atendimento de uma população, que como foi explicitado, cresceu exponencialmente. Não é de se admirar, portanto, o grande crescimento dos planos de saúde no Estado. BRUNO, FARIAS & BEZERRA (2002, pp.146-147) bem apontam, com dados, o que a prática já evidenciava:

“O Estado, nos últimos 10 anos, reduziu em 15% o número de leitos para atendimento a pacientes do SUS, mediante descredenciamento ou fechamento de hospitais. Dados da Secretaria de Saúde (SESA) mostram que dos 18.121 leitos existentes em 1994 sobraram 17.112 em 1998 (...) Nas UTI – Unidades de Tratamento Intensivo -, o caso é ainda mais grave (...) O ideal, segundo os critérios do Ministério da Saúde, é que houvesse em Fortaleza, 8.360 leitos, sendo 836 de UTI, e 11.512 leitos para a Região Metropolitana, com 1.151 de UTI. Ocorre porém que, na prática, Fortaleza só possui 158 leitos de UTI em hospitais privados e 168 em hospitais públicos, pouco mais de um terço do necessário. E o que é pior, exceto a capital, **não existem leitos de UTI na RMF.** (...) Na saúde, persiste a desnutrição infantil e materna, a incidência e prevalência de doenças imunopreveníveis – como a tuberculose, a hanseníase – e outras decorrentes das condições ainda desfavoráveis do saneamento básico – como a diarreia infecciosa, a esquistossomose, a verminose e a febre tifóide –, além das decorrentes das condições ambientais como a dengue, as hepatites vitais. Isso tudo está ligado às condições sócio-econômicas das famílias. (...) Não é à toa que os números da dengue chocam. No levantamento da SESA divulgado em dezembro de 2001 foram confirmados só naquele ano, 28.072 registros da doença, com quase 50 mil notificações. Em 1999 foram 16.289 casos e, em 2000, 13.645. (...) Há que se fazer uma relação com os casos de cólera contabilizados em 1993 e 1994, quando o Ceará apresentou os maiores números do país, respectivamente com 22.738 casos – 187 óbitos – e 19.997 – 159 óbitos. Mas não é só a dengue que ameaça (...) em 2000 foram notificados, no Ceará, 2.463 casos de hepatite viral, 1.016 de leishmaniose, 745 de esquistossomose, 457 de rubéola, 145 de meningite meningocócica ...”



Abaixo, nas tabelas 15 e 16, são apresentados dados, desde 1986, a respeito do percentual de casas com instalações sanitárias e com água da rede geral.

**TABELA 15**  
**PERCENTUAL DE CASAS COM INSTALAÇÕES**  
**SANITÁRIAS**  
**(Esgoto e/ou Fossas Sépticas)**

ANO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL
1986	47,9	54,8	82,8
1988	59,1	62,3	85,6
1989	58,0	63,0	85,6
1991	62,6	66,4	87,1
1993	64,8	69,4	88,6
1994	66,0	71,3	89,6
1996	67,8	71,7	89,9
1997	70,5	74,0	90,9
1998	72,4	75,0	91,5
2000	75,4	76,4	91,7

Fonte: LIMA (2002)

**TABELA 16**  
**PERCENTUAL DE CASAS COM ÁGUA, DA**  
**REDE GERAL, COM CANALIZAÇÃO**  
**INTERNA**

ANO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL
1987	26,0	36,2	62,0
1988	26,8	37,9	64,0
1989	27,6	39,8	35,4
1990	30,9	40,7	66,4
1991	36,5	42,7	64,9
1992	40,5	47,4	68,3
1993	46,2	48,2	69,5
1994	43,7	51,1	71,2
1995	48,2	56,2	74,1
1996	48,7	54,7	73,7
1997	53,3	57,9	75,1
1998	54,0	58,6	76,1
1999	54,4	55,5	72,9

Fonte: LIMA (2002)

De acordo com o acima exposto, pode-se inferir que houve melhorias substanciais tanto em saneamento como em relação à quantidade de residência que contam com o serviço de água encanada. Em termos de saneamento, verifica-se que de 47,9% do total de casas em

1987, houve um acréscimo para 75,4% em 2000. Em Fortaleza não se pode deixar de mencionar o “Projeto Sanear” que trouxe a comodidade da rede de esgotos públicos para uma boa parcela dos bairros da capital. Também deve ser explicitada a maior proximidade dos percentuais obtidos pelo estado do Ceará em 2000 com os apresentados pela região Nordeste (cuja diferença encontra-se em apenas 1%) e pelo Brasil. Essa melhora também é verificada nos percentuais de casa com água da rede geral, entretanto, pondere-se, um percentual de 54,4% de residências significa que quase a metade dos cearenses ainda não são possuidores desse benefício.

### 3.5. A definição do índice de desenvolvimento humano (IDH).

O IDH é um índice usado pela Organização das Nações Unidas (ONU) a partir de 1990 para comparar os níveis de desenvolvimento existentes em cada país do mundo.

Segundo o “Relatório de Desenvolvimento Humano” (2000, p. 269), o IDH é calculado da seguinte forma:

“O IDH baseia-se em três indicadores: longevidade, medida de esperança de vida à nascença; nível educacional, medido por uma combinação da alfabetização adulta (ponderação de dois terços) com a taxa de escolaridade combinada do primário, secundário e superior (ponderação de um terço); e nível de vida, medido pelo PIB real per capita (dólares PPC). (...) Para a construção do índice, foram estabelecidos valores mínimos e máximos fixos para cada um dos indicadores seguintes:

- Esperança de vida à nascença: 25 anos e 85 anos.
- Alfabetização adulta (15 anos e mais): 0% e 100%.
- Taxa de escolaridade bruta combinada: 0% e 100%.
- PIB real per capita (dólares PPC): 100 e 40.000 dólares (PPC).

Para qualquer componente do IDH, podem ser calculados índices individuais de acordo com a fórmula geral:

$$\text{Índice} = \frac{(\text{Valor atual}) - (\text{Valor mínimo})}{(\text{Valor máximo}) - (\text{Valor mínimo})}$$

(...) A construção do índice de rendimento é um pouco mais complexa. O rendimento entra no IDH como um substituto para todas as dimensões do desenvolvimento humano não refletidas numa vida longa e saudável e no conhecimento – em poucas palavras, é um substituto para um nível de vida digno. A abordagem fundamental no tratamento do rendimento foi guiada pelo fato de que a realização de um nível aceitável de desenvolvimento humano não requer rendimento ilimitado. Para refletir este fato, o rendimento é descontado do cálculo do IDH de acordo com a fórmula seguinte:

$$W(y) = \frac{\log y - \log y_{\min}}{\log y_{\max} - \log y_{\min}}$$

(...) O IDH é uma média simples do índice de esperança de vida, do índice do nível de educação e do índice do PIB ajustado per capita (dólar PPC).”



O IDH varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 melhor a situação do país, estado ou região, e quanto mais próximo de 0, pior o desenvolvimento humano do país ou região para o qual esse índice corresponde.

### 3.6. Evidências do IDH no Brasil, Nordeste e Ceará

Na Tabela 17 abaixo são apresentados os valores do IDH obtidos entre 1970 e 1996 pelo Ceará, Nordeste (e seus os estados que o compõem) e, também, pelo Brasil.

**TABELA 17**  
**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)**

Região/Estado	1970	1980	1991	1995	1996
<b>Brasil</b>	<b>0,494</b>	<b>0,734</b>	<b>0,787</b>	<b>0,814</b>	<b>0,830</b>
<b>Nordeste</b>	<b>0,299</b>	<b>0,483</b>	<b>0,557</b>	<b>0,596</b>	<b>0,608</b>
Maranhão	0,292	0,408	0,489	0,546	0,547
Piauí	0,288	0,416	0,494	0,529	0,534
<b>Ceará</b>	<b>0,275</b>	<b>0,477</b>	<b>0,537</b>	<b>0,576</b>	<b>0,590</b>
Rio Grande do Norte	0,266	0,501	0,620	0,666	0,668
Paraíba	0,259	0,442	0,504	0,548	0,557
Pernambuco	0,315	0,521	0,590	0,602	0,614
Alagoas	0,263	0,499	0,506	0,538	0,538
Sergipe	0,320	0,493	0,655	0,748	0,731
Bahia	0,338	0,533	0,593	0,632	0,655

Fonte: PNUD / IPEA / FJP / IBGE - Desenvolvimento Humano no Brasil

Como visto o IDH reflete, em parte, os outros indicadores estudados no presente capítulo, pois é formado pela ponderação entre índices de saúde, educação e renda. Entretanto, embora trate-se de um índice que tenta capturar as condições de desenvolvimento da localidade ou região a qual está se referindo, percebe-se a falta, na sua confecção, de indicadores relativos à distribuição de renda, visto que, a desigual distribuição averiguada no Ceará durante o período analisado não transparece quando se verificam os números do IDH estadual. Mesmo assim, o estudo do comportamento do IDH revela as seguintes características interessantes:

- a) foi durante a década de 70 (governos militares) que os IDHs do Brasil, da região Nordeste e estados que compõem a dita região, apresentaram evoluções mais significativas. No caso do Brasil o IDH passou de 0,494 para 0,734, uma elevação de 48,58%. No Nordeste o crescimento no mesmo período foi de 61,54%, sendo que os estados que apresentaram os maiores níveis de crescimento foram: Alagoas (89,73%), Rio Grande do Norte (88,35%) e Ceará (73,45%). Na década de 80 os índices continuaram crescendo, todavia em patamares bem inferiores ao da década anterior, pois o IDH do Brasil cresceu 7,22% e o do Nordeste evoluiu 15,32%. Os números da

década de 90 mostram que a evolução desta década poderá ser superior a de 80, mas muito dificilmente chegará aos níveis da década de 70, visto que a evolução dos IDHs de 1996 em relação a 1991 no Brasil e no Nordeste foram 5,46% e 9,16%, respectivamente. Todavia tal tendência só poderá ser confirmada após a apresentação dos indicadores do ano de 2000, que até a confecção desse trabalho não tinham sido divulgados;

- b) de acordo com a classificação adotada pela ONU o desenvolvimento humano brasileiro passou de baixo em 1970 (menos de 0,500) para médio em 1980 e 1991 (entre 0,500 a 0,799) a elevado em 1995 e 1996 (superior a 0,800). No caso do Nordeste temos: baixo em 1970 e 1980; e, médio em 1991, 1995 e 1996. O comportamento dos indicadores dos estados nordestinos, em termos da classificação adotada pela ONU, segue, em grande parte, o desempenho da região, com exceção, em 1980, dos índices da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, os quais já chegavam ao patamar de desenvolvimento humano médio;
- c) especificamente em relação ao comportamento do IDH do Estado do Ceará nota-se, também, o grande crescimento ocorrido na década de 70 (saliente-se que nesse período o crescimento do indicador cearense foi um dos destaques na região, visto que cresceu 73,45%), a redução da evolução na década de 80 (cresceu apenas 12,58%) e a tendência de crescimento superior à década de 80 e inferior à década de 70 na década de 90, pois entre 1991-1996 o IDH cearense evoluiu 9,87%. Em termos da classificação adotada pela ONU, o comportamento foi semelhante ao da região, quer dizer, índices de desenvolvimento humano baixos nos anos de 1970 e 1980 e médios em 1991, 1995 e 1996;
- d) cabe também destacar que o IDH do Ceará obteve o 6º lugar em relação ao dos demais estados da região nos anos de 1970 e 1980, e o 5º lugar nos anos de 1991, 1992 e 1996, entretanto percebe-se que essa melhor classificação decorreu muito mais do baixo nível de crescimento obtido pelos indicadores do Estado de Alagoas do que a uma expressiva melhora dos indicadores cearenses (diferentemente do período de 1970-1980, quando o IDH de Alagoas obteve um dos maiores crescimentos da região, no período seguinte 1980-1991 esse estado obteve um crescimento de seu indicador de apenas 1,40%, taxa muito inferior a média da região 16,41%, enquanto o Ceará conseguiu um crescimento mais próximo da média - 12,58%. No período seguinte, embora o crescimento dos indicadores de Alagoas tenham sido melhores - 6,32% - ainda se comportaram inferiores à média regional de 8,95%, enquanto o Ceará conseguiu ultrapassá-la um pouco - 9,87%).



Por fim, muito embora apenas a partir de 1991 o IDH cearense tenha superado o índice limítrofe para que o desenvolvimento humano do estado fosse considerado médio, deve-se ponderar que tal suplantação só foi alcançada por conta do fenomenal crescimento do índice em 1980 (como já dito antes, crescimento de 73,45% em relação a 1970), pois as elevações obtidas nos períodos posteriores não chegaram a representar nem a metade do crescimento obtido em referido período. Assim sendo, em termos de desenvolvimento humano, a análise das performances dos indicadores cearenses permite inferir que os melhorias implementadas durante os períodos de dominação coronelista apresentaram resultados mais significativos que as realizadas pelos governos da “Geração Cambéba”.

## CONCLUSÃO

As análises das formas de dominação política e de consolidação no poder demonstraram que ambos os ciclos estudados, "coronéis" e "Geração Cambéba", apresentaram características oligárquicas e provinham da mesma classe social: a elite burguesa estadual. Todavia cada grupo utilizou-se de mecanismos distintos para ascender e permanecer no poder estadual.

No primeiro caso, o processo de ascensão como grupo hegemônico estadual decorreu da demonstração ao governo central anti-democrático (militares) da adequabilidade das lideranças locais em representá-lo, por conta que os principais líderes estaduais da época eram ex-militares e identificavam-se com o processo de modernização conservadora de ótica desenvolvimentista que estava sendo posto em prática pelos governos do regime militar. Além disso houve a percepção das dificuldades de implantação de um governo estadual desvinculado das lideranças tradicionais. Desta forma foi gestado um acordo entre as lideranças locais e o representante do regime (política dos "coronéis") acertando a união na cúpula e a divisão nas bases como estratégia para manutenção do poder político local, face a impossibilidade de articulação de outras lideranças. Nesse ciclo oligárquico o patrimonialismo e política tradicional de base familiar foram as ferramentas de dominação estadual amplamente utilizadas.

No segundo caso, com o fim dos governos militares no Brasil e estabelecimento da democracia ampla a nível nacional, um novo grupo da elite burguesa local, agora mais próximo ao setor industrial, percebeu o vento de mudanças existente no país e demonstrou-se contrário ao estilo de dominação política oligárquica tradicional até então vigente no Estado do Ceará. Apresentando uma retórica moralizante e com promessas de melhoria das condições de vida para toda a população, esse grupo conseguiu chegar ao poder político do Estado. Após a conquista eleitoral e face a manutenção do regime democrático, o novo grupo no poder idealizou um bem elaborada gama de estratégias para manutenção da dominação. Desta forma implementou reformas administrativas que minaram as práticas patrimonialistas (demissão de vários funcionários públicos que haviam sido contratados irregularmente e/ou que não trabalhavam, efetivação em cargos de confiança de técnicos e empresários e não de políticos), diminuindo as influências dos políticos tradicionais e, ao mesmo tempo, conseguindo desarticular o crescimento das forças corporativas da tecnoburocracia estadual. Além disso, com a criação de nova e estratégica "Secretaria de Governo" e realização de grandes obras em municípios chave, conseguiu cooptar prefeitos de vários municípios interioranos. Por fim, o



apoio e incentivo à concorrência para cargos públicos de empresários, executivos e profissionais de formação universitária e a implementação de uma ampla campanha midiática exaltadora das mudanças administrativas realizadas propiciaram o fortalecimento da base aliada e permitiram a consolidação da nova força hegemônica. Estabeleceu-se, então, uma nova oligarquia liderada pelos antigos membros do CIC, a qual, desde então, vem pondo em prática, de forma impositiva e autoritária, seu projeto de desenvolvimento estadual de ótica liberal por conta da ênfase em políticas fomentadoras do crescimento econômico em detrimento das de caráter social.

As evidências advindas das análises dos planos de governo demonstraram a preocupação de ambos os ciclos políticos sob foco em implementar um projeto desenvolvimentista por meio da industrialização no Estado, sendo que os governos dos “coronéis” programaram maiores investimentos para a agropecuária, enquanto que os governos da “Geração Cambeba” focaram mais o setor industrial. Os dois grupos previam para o Estado elevados gastos em direção à criação das condições de infra-estrutura para que o desenvolvimento sócio-econômico pudesse acontecer. Entretanto, a análise das execuções orçamentárias do período entre 1971 e 1998 exibiu que em ambos os ciclos houve certa instabilidade nas aplicações em infra-estrutura, além disso os recursos carregados para aplicações diretas nas funções “indústria, comércio e serviços” e “agricultura, abastecimento e org. agrária” mostraram-se bem menos representativos do que se poderia esperar com base nas propostas apresentadas nos planos de governo. Na verdade os números das aplicações orçamentárias permitiram observar que, embora o ciclo da "Geração Cambeba" tenha conseguido efetivar alterações que melhor equilibraram as finanças públicas do Estado, houve uma certa similaridade entre os dois ciclos na forma de aplicação dos recursos, pois diferentemente das previsões contidas em seus planos, os vetores que carregaram maiores recursos foram o social e o administração pública, sendo que, em ambos os casos, se destacaram os gastos com as funções “educação e cultura” e “administração superior e planejamento global”.

As verificações dos indicadores sócio-econômicos obtidos pelo Estado do Ceará nos períodos estudados revelaram: a) em ambos os ciclos houve crescimento econômico fortemente influenciado pelo setor de serviços, sendo que as taxas mais significativas foram vislumbradas durante os períodos de dominação coronelista, todavia ficou evidente que esse crescimento sempre foi concentrador de renda e assim não se reverteu para a melhora das condições de vida da maioria da população do Estado; b) também em ambos os ciclos houve melhorias no nível de educação pois em ambos os casos houve elevação no número de alunos

matriculados e crescimento da quantidade de pessoas com mais anos de estudo; c) em relação à saúde as melhoras dos indicadores de mortalidade infantil e de esperança de vida também ocorreram em ambos os ciclos, todavia os governos do ciclo da “Geração Cambeba” demonstraram maior preocupação na criação de uma melhor infra-estrutura de saneamento básico em detrimento do setor hospitalar que ficou relegado a segundo plano ou a iniciativas da atendimento hospitalar privada; d) as observações dos IDH’s obtidos evidenciaram que ambos os ciclos propiciaram melhorias nas condições de desenvolvimento humano do Estado, entretanto, sob essa ótica, os programas realizados durante o ciclo coronelista impuseram uma alavancagem muito maior no indicador do que a conseguida durante o interstício de dominação cambebista.

Desta forma, ao final, percebe-se que as mudanças implementadas com a ascensão do novo grupo hegemônico foram muito menos representativas do que divulgado pela propaganda oficial pois: i) em termos políticos apenas houve uma troca de uma oligarquia por outra, sendo ambas de origem burguesa e comprometidas com o mesmo processo de desenvolvimento baseado no crescimento industrial; ii) embora tenha ocorrido um melhor controle dos recursos públicos a partir do ciclo da “Geração Cambeba” com diminuição das práticas patrimonialistas, as aplicações orçamentárias demonstraram-se bastante similares em termos das funções para as quais foram empregados os maiores recursos; iii) os indicadores sócio-econômicos apresentaram melhorias em ambos os ciclos, sendo que, em muitos casos, as taxas obtidas durante o ciclo coronelista foram superiores às do ciclo cambebista. Além disso, tendo em vista a perpetuação da concentração de renda, a não elevação do nível de emprego em consonância com o crescimento populacional e a piora nos indicadores médico-hospitalares, podemos afirmar que muitas das melhorias implementadas não beneficiaram grandes contingentes da população cearense e que por isso o nível de bem-estar social ainda se encontra muito distante do prometido durante as campanhas políticas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Macedo de Paiva (org) et al. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ALMEIDA, Manoel Bosco de; SILVA, Almir Bittencourt da. Ceará: crescimento econômico, ajuste fiscal e investimentos (1985-1997). IN AMARAL FILHO, Jair do (org.) et al. **Federalismo fiscal e transformações recentes no Ceará**. Fortaleza: INESP, 2000.
- ARAÚJO, Tânia Barcelar de. A “questão regional” e a “questão nordestina”. IN TAVARES, M. Conceição (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- \_\_\_\_\_. A promoção do desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste: da visão do GTDN aos desafios do presente. **Revista econômica do Nordeste**, v. 28, n. 4, p.451-468, out/dez, 1997.
- BARRETO, Flávio A., JORGE NETO, P. & TEBALDI, E., Desigualdade de renda e crescimento econômico no Nordeste brasileiro, **Revista Econômica do Nordeste**, V. 32, n. especial, pp. 842-859, Nov. 2001.
- BONFIM, Washington Luís de Sousa. Ajuste fiscal e reforma: nasce um novo modelo de gestão no Ceará? O caso da SEFAZ 1987-1997. IN AMARAL FILHO, Jair do (org.) et al. **Federalismo fiscal e transformações recentes no Ceará**. Fortaleza: INESP, 2000.
- BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico – Ceará – 1970**. Rio de Janeiro, 1970.
- \_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil – 1996**. Brasília, PNUD, 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. **Execução orçamentária dos estados e municípios das capitais 1981-1990**. Brasília, 1992.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. **Execução orçamentária dos estados e municípios da capitais 1985-1994**. Brasília, 1995.
- BRUNO, Artur José Vieira; FARIAS, José Airton de; BEZERRA, Demétrio de Andrade. **Os pecados capitais do Cambeba**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2002.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. IN PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria (orgs.) et al. **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará.. **Plano de governo do estado do Ceará – PLAGEC 1971-1974**. Fortaleza, 1971.

\_\_\_\_\_. **I Plano quinquenal de desenvolvimento do estado do Ceará – PLANDECE 1975-1979**. Fortaleza, 1975.

\_\_\_\_\_. **II Plano de metas governamentais – II PLAMEG 1979-1983**. Fortaleza, 1979.

\_\_\_\_\_. **Plano estadual de desenvolvimento – PLANED 1983-1987**. Fortaleza, 1983.

\_\_\_\_\_. **Plano de mudanças - 1987-1991**. Fortaleza, 1987.

\_\_\_\_\_. **Plano Ceará melhor – 1992-1995**. Fortaleza, 1992.

\_\_\_\_\_. **Plano de desenvolvimento sustentável – 1995-1998**. Fortaleza, 1995.

CEARÁ. Secretaria da Fazenda. **Balanço Geral do Estado 1971**. Fortaleza, 1971.

\_\_\_\_\_. **Balanço Geral do Estado 1972**. Fortaleza, 1972.

\_\_\_\_\_. **Balanço Geral do Estado 1973**. Fortaleza, 1973.

\_\_\_\_\_. **Balanço Geral do Estado 1974**. Fortaleza, 1974.

\_\_\_\_\_. **Balanço Geral do Estado 1975**. Fortaleza, 1975.

\_\_\_\_\_. **Balanço Geral do Estado 1976**. Fortaleza, 1976.

\_\_\_\_\_. **Balanço Geral do Estado 1977**. Fortaleza, 1977.

\_\_\_\_\_. **Balanço Geral do Estado 1978**. Fortaleza, 1978.

\_\_\_\_\_. **Balanço Geral do Estado 1979**. Fortaleza, 1979.



\_\_\_\_\_. **Balço Geral do Estado 1980**. Fortaleza, 1980.

\_\_\_\_\_. **Balço Geral do Estado 1995**. Fortaleza, 1995.

\_\_\_\_\_. **Balço Geral do Estado 1996**. Fortaleza, 1996.

\_\_\_\_\_. **Balço Geral do Estado 1997**. Fortaleza, 1997.

\_\_\_\_\_. **Balço Geral do Estado 1998**. Fortaleza, 1998.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará: dos índios à geração Cambeba**. Fortaleza: Tropical, 1997.

FERREIRA, Marlio Davi Alves. **O plano real e a análise das finanças públicas do Ceará na década de 90**. 2002. 71p Monografia (Bacharelado em Economia). Faculdade de Economia, Administração, Atuaria e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 1984.

GONDIM, Linda M. P. Os “governos de mudanças” (1987-1994). IN SOUSA, Simone (org) et al. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

LEMENHE, Maria Auxiliador. **Família, tradição e poder: o(caso) dos coronéis**. São Paulo: Annablume, 1995.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. ENTREVISTA. IN GUIMARÃES, Erick. **Ciclo de poder continuará, diz socióloga**. Jornal “O Povo”, Fortaleza, 19 de Março, 2002. Caderno de Política, p. 21.

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Marco Conceitual**. Fortaleza, 1999. Mimeografado.

LIMA, Edilmar Carvalho de. **Desenvolvimento econômico no Ceará sob a égide do “governo de mudanças”**. 2002. 111p Monografia (Bacharelado em Economia). Faculdade de Economia, Administração, Atuaria e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará.

MOTA, Maria Vaudelice. Aspectos do setor de saúde na era Tasso. **Jornal “O Povo”**. Fortaleza, 27 mar. 2002. Caderno de Política, p. 22.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório de desenvolvimento humano, 2000**. Disponível em: < <http://www.undp.or> >.

PARENTE, Francisco Josênio. O Ceará dos “coronéis” (1945-1986). IN SOUSA, Simone (org) et al. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

PESSOA, Maria Naiula Monteiro. **Análise e previsão das receitas e despesas do governo do Estado do Ceará sob influência da seca e nível de atividade econômica**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 1992.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1994.

SILVA, José Graziano da. Painel: políticas públicas e desenvolvimento rural e urbano. IN FÓRUM BANCO DO NORDESTE DE DESENVOLVIMENTO, 20 de julho, 2001, Fortaleza. **Anais do Fórum Banco do Nordeste de desenvolvimento: 1995-2001**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001, CD-ROM.

TABOSA, Francisco José Silva. **Políticas macroeconômicas: um estudo comparativo do governo Figueiredo (1980-1984) e plano real (1994-1990)**. 2002. 64p Monografia (Bacharelado em Economia). Faculdade de Economia, Administração, Atuaria e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ. **Eleições no Ceará**. Disponível em: <<http://www.tre-ce.gov.br>>.

VALSANO, Ricardo. O estado brasileiro para além de 2000. IN AMARAL FILHO, Jair do (org.) et al. **Federalismo fiscal e transformações recentes no Ceará**. Fortaleza: INESP, 2000.

VASCONCELOS, José Romeu de. Ceará e Pernambuco: economia, finanças públicas e investimentos nos anos de 1985-1996. IN AMARAL FILHO, Jair do (org.) et al. **Federalismo fiscal e transformações recentes no Ceará**. Fortaleza: INESP, 2000.



## **ANEXOS**

**ANEXO A:**  
**Planos de governo do Estado do Ceará de 1971 a 1998 –  
objetivos e metas**



PLANOS DE GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ – OBJETIVOS GERAIS

Gov. César Cals 1971-1974	Gov. Adauto Bezerra 1975-1978	Gov. Virgílio Távora 1979-1982	Gov. Gonzaga Mota 1983-1986	Gov. Tasso Jereissati 1987-1991	Gov. Ciro Gomes 1991-1994	Gov. Tasso Jereissati 1995-1998
<p>“Plano de Governo do Estado do Ceará-PLAGEC (1971-1974)”:</p> <p><b>Objetivos gerais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- aumentar a renda per capita estadual, vinculada a uma maior disponibilidade de bens e serviços;</li> <li>- criar novas oportunidades de emprego; e,</li> <li>- fomentar o desenvolvimento harmônico das diversas regiões, levando em conta as características e potencialidades de cada uma.</li> </ul> <p><b>Estratégias:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- elevar a produtividade agrícola;</li> <li>- alocar recursos substanciais no setor Educação, principalmente nos níveis primário e secundário;</li> </ul>	<p>“I – Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Estado do Ceará – I PLANDECE (1975-1979)”:</p> <p><b>Grandes objetivos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Integração da economia cearense às economias regional e nacional;</li> <li>- Aceleração do crescimento da renda interna, de modo a diminuir as disparidades entre o Ceará e o resto do País, com as seguintes previsões: <ul style="list-style-type: none"> <li>. renda estadual – crescimento a taxa de 10% a.a.;</li> <li>. taxa por setor: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Agricultura.: 6 a 7% a.a.;</li> <li>- Indústria: 13 a 15% a.a.;</li> <li>- Serviços: 10 a 11% a.a..</li> </ul> </li> </ul> </li> <li>- Intensificação do processo de integração social, com vistas a garantir uma crescente melhoria da</li> </ul>	<p>“II Plano de Metas Governamentais – II PLAMEG (1979-83)” :</p> <p><b>Objetivos básicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- redução das disparidades intra-estaduais;</li> <li>- criação de pré-condições à autoprogramação humana, através da expansão do mercado de trabalho;</li> <li>- elevação dos níveis de renda da população estadual, em particular dos segmentos demográficos menos favorecidos.</li> </ul> <p><b>Políticas operacionais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- favorecer a expansão e modernização do setor primário, através da intervenção do sistema agrário e ampliação da fronteira agrícola;</li> <li>- intensificar o processo de industrialização, especialmente através de indústrias de alto poder germi-</li> </ul>	<p>“Plano Estadual de Desenvolvimento – PLANED (1983-87)” :</p> <p><b>Objetivos gerais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- crescimento econômico, com as ações de curto prazo compatíveis com uma trajetória auto-sustentada de médio e longo prazo;</li> <li>- distribuição justa dos frutos do trabalho, com a criação de empregos produtivos e redução dos níveis de pobreza absoluta</li> </ul> <p><b>Objetivos específicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- combate aos sinais típicos de pobreza absoluta: desemprego, analfabetismo, doença, ignorância sobre o meio cultural, fome e subabitação;</li> <li>- adaptação da agropecuária às condições do solo e do clima, aumentando sua resistência às secas;</li> </ul>	<p>“Plano de Mudanças (1987-1991)”:</p> <p><b>Objetivos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- acelerar a taxa de crescimento econômico, buscando atingir melhor distribuição de renda, favorecendo as camadas mais necessitadas e as áreas menos desenvolvidas;</li> <li>- assegurar a criação de empregos produtivos de acordo com uma política de investimento que contemple a melhoria da produtividade da economia de modo geral;</li> <li>- melhorar as condições de saúde e educação da população, com prioridade para o segmento em estado de pobreza absoluta.</li> </ul> <p><b>Prioridades:</b></p> <p>a) No setor primário - reforma agrária abrangente, contemplando</p>	<p>“Plano Ceará Melhor (1992-1995)”:</p> <p><b>Diretrizes:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- contribuir para o crescimento econômico o mais equilibrado possível do ponto de vista da distribuição pessoal e espacial de renda;</li> <li>- ensejar a modernização e a competitividade das atividades econômicas estaduais, sem prejudicar o meio ambiente;</li> <li>- apoiar o desenvolvimento da cidadania.</li> </ul> <p><b>Quanto a primeira diretriz tem-se como objetivos gerais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- revolucionar os setores da educação e saúde;</li> <li>- interiorizar o desenvolvimento, por meio do planejamento regional, fortalecendo a economia com a integra-</li> </ul>	<p>“Plano de Desenvolvimento Sustentável (1995-1998)”:</p> <p><b>Objetivo Síntese</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tornar o Ceará um Estado desenvolvido no prazo de uma geração, de forma consistente com a melhora a curto prazo na qualidade de vida de todos os cearenses;</li> </ul> <p><b>Objetivos Gerais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Proteção ao meio ambiente;</li> <li>- Reordenamento do espaço (interiorização do desenvolvimento);</li> <li>- Capacitação da população;</li> <li>- Crescimento da economia, Geração de empregos e redução de desigualdades. Com as seguintes previsões: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <b>Crescimento do PIB:</b> de 5 a 7% a.a.;</li> <li>. <b>renda per capita:</b></li> </ul> </li> </ul>



Continuação dos Planos de Governo do Estado do Ceará – Objetivos Gerais

<ul style="list-style-type: none"> <li>- dar prioridade aos investimentos em obras de saneamento;</li> <li>- proceder a uma política de incentivo e promoção de exportação;</li> <li>- estimular atividades de mão-de-obra intensiva, com turismo e artesanato;</li> <li>- dinamizar o processo de industrialização do Estado;</li> <li>- reformular sua estrutura administrativa e política de pessoal, visando a uma execução eficaz do presente plano e a melhoria e ampliação de seus serviços; e,</li> <li>- promover a dinamização dos órgãos fazendários, aumentando a disponibilidade de recurso e, ao mesmo tempo, mediante apresentação de projetos, pleitear recursos adicionais do Governo Federal e organismos internacionais.</li> </ul>	<p>qualidade de vida dos cearenses;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Interiorização das atividades econômicas do Estado, com vistas à redução dos desequilíbrios intra-estaduais;</li> </ul> <p><b>Estratégia Global:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- modernização da agropecuária e aceleração do seu crescimento;</li> <li>- reorganização e consolidação do desenvolvimento industrial;</li> <li>- aproveitamento de novas oportunidades agrícolas e agroindustriais, e dinamização do turismo e das exportações.</li> <li>- Intensificação dos investimentos em infraestrutura social notadamente em educação, saúde e saneamento básico;</li> <li>- Ampliação e melhoria da infraestrutura física, especialmente com relação a trans-</li> </ul>	<p>nativo e consolidado o parque implantado;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- intensificar a pesquisas e a exploração dos recursos minerais;</li> <li>- diversificar a estrutura econômica do Estado, dando ênfase às atividades voltadas para a exportação, o turismo e o artesanato;</li> <li>- assegurar a implementação de programas de infraestrutura;</li> <li>- promover e apoiar programas de bem-estar social, especialmente o do menor abandonado;</li> <li>- capacitar os recursos humanos disponíveis, requeridos pela expansão econômica;</li> <li>- adequar mais eficientemente os centros urbanos às atividades humanas, perseguindo a redução do desequilíbrio intra-estadual;</li> <li>- garantir pleno apoio às atividades gerado-</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- continuidade dos programas de desenvolvimento industrial e de mineração;</li> <li>- promoção do setor terciário e do artesanato, com destaque para o turismo e ampliação do comércio interno, interestadual e exterior;</li> <li>- interiorização do desenvolvimento e integração entre as diversas regiões do estado;</li> <li>- fortalecimento da infraestrutura econômica e social;</li> <li>- integração entre os setores primário, secundário, terciário e os serviços de natureza social;</li> </ul> <p><b>Estratégias gerais:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Planejamento comunitário e participativo;</li> <li>2) Critério social na avaliação dos investimentos e incentivos públicos;</li> <li>3) Eficiência adminis-</li> </ol>	<p>articuladamente a transformação democrática da estrutura fundiária, a assistência técnica creditícia, além de outras formas de ação do poder público, de modo a provocar uma verdadeira revolução social e econômica no campo;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-implantação de vasto programa de irrigação permitirá a modernização da agricultura;</li> <li>-apoio à atividade pesqueira artesanal, marítima e continental.</li> </ul> <p>b) No setor secundário</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-desenvolvimento do potencial produtivo, dentro de uma perspectiva de promover a integração de um pólo industrial mais pesado, com a implantação de grandes complexos industriais, como a Refinaria de Petróleo, a Usina Siderúrgica, o Complexo de Itaitia de Beneficiamento de Urânio e Produção de Fertilizantes Fosfatados e a Zona de Processamento de Exportação;</li> <li>-apoio à micro e</li> </ul>	<p>ção intra e inter-setorial;</p>	<p>ficar entre US\$ 1.630 e US\$ 1.760;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <b>Empregos:</b> geração de 459,9 mil postos de trabalho;</li> <li>. <b>Interiorização:</b> cerca de 80% dos empregos gerados no interior;</li> <li>. <b>Nº de pessoas com renda inferior a ½ salário mínimo:</b> reduzido de 28% da população ocupada para 16%.</li> <li>- Desenvolvimento da cultura, ciência e tecnologia e inovação;</li> <li>- Melhoria da gestão pública.</li> </ul>
--	--	---	--	---	------------------------------------	---



Continuação dos Planos de Governo do Estado do Ceará – Objetivos Gerais

	<p>porte;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estimulo às atividades altamente absorvedoras de mão-de-obra, tanto a nível do setor industrial – intensificação da pequena e média empresa – como através da reorganização da atividade artesanal e de outros serviços básicos;</li> <li>- Melhoria dos instrumentos da ação governamental, através da modernização e reorganização administrativa com ênfase especial ao aperfeiçoamento dos procedimentos de administração financeira, em todos os seus aspectos;</li> </ul>	<p>ras de emprego.</p>	<p>trativa na execução dos projetos (treinamento, estímulo à produtividade e ingresso por concurso público);</p> <p>4) Integração regional por meio da cooperação com governo federal;</p> <p>5) Aperfeiçoamento da administração financeira (austeridade à despesa e eficácia à receita);</p> <p>6) Instrumentos de planejamento flexíveis (evitando-se metas rígidas a longo prazo).</p>	<p>pequena empresa;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- incentivo à instalação de agroindústrias;</li> <li>- estímulo à mineração em pequena escala com o intuito de melhorar a renda das famílias rurais;</li> <li>- promoção do turismo com ênfase na interiorização;</li> <li>- promoção do artesanato.</li> </ul> <p>c) Na infra-estrutura</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- articulação entre o desenho no espaço geográfico das estradas vicinais, a teia das linhas condutoras de energia rural e a cadeia de telecomunicações no campo;</li> <li>- otimização do aproveitamento das reservas hídricas, assegurando o abastecimento humano e animal e permitindo a viabilidade e estabilidade das atividades econômicas.</li> </ul> <p>d) Na melhoria das condições de vida</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- ação direta e segura na oferta de serviços es-</li> </ul>		
--	--	------------------------	--	---	--	--

Continuação dos Planos de Governo do Estado do Ceará – Objetivos Gerais

				<p>senciais;</p> <p>e) Na saúde - articulado com a União e os Municípios implementará suas ações de saúde, priorizando a ampliação do atendimento aos setores de baixa renda;</p> <p>f) Na educação e Cultura - universalização do acesso à escola;</p> <p>- implantação de uma nova escola que coloque os conhecimentos da técnica a serviço do povo.</p> <p>g) Na habitação e saneamento - incentivo de técnicas de construção apropriadas ao meio, com utilização de materiais existentes na própria ambiência;</p> <p>- despertar o interesse por iniciativas comunitárias;</p> <p>- construir aterros sanitários metropolitanos, aumentar a capacidade instalada do sistema de água e esgoto;</p>		
--	--	--	--	--	--	--

100



Continuação dos Planos de Governo do Estado do Ceará – Objetivos Gerais

				<p>-Preservar e conservar o meio ambiente.</p> <p>h) No desenvolvimento regional</p> <p>-cada uma das vinte regiões administrativas do Estado, contará com um programa de ação do Governo, procurando identificar e viabilizar as suas potencialidades e vocações.</p>		
--	--	--	--	--	--	--

PLANOS DE GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ – 1971 A 1998 – METAS PARA OS SETORES ECONÔMICOS

Gov. César Cals 1971-1974	Gov. Adauto Bezerra 1975-1979	Gov. Virgílio Távora 1979-1983	Gov. Gonzaga Mota 1983-1987	Gov. Tasso Jereissati 1987-1991	Gov. Ciro Gomes 1991-1994	Gov. Tasso Jereissati 1995-1998
<p><b>SETORES ECONÔMICOS</b></p> <p><b>Metas:</b></p> <p><b>i) Agropecuária</b></p> <p>Não foram estabelecidas metas quantificáveis, mas apenas identificados os “pontos fundamentais” que precisariam ser atacados pelos programas, quais sejam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- comercialização;</li> <li>- extensão rural;</li> <li>- pesquisa e experimentação;</li> <li>- planificação agrícola;</li> <li>- abastecimento de insumos e materiais;</li> <li>- mecanização agrícola;</li> <li>- fomento à produção agropecuária;</li> <li>- produção e redistribuição de sementes e mudas;</li> <li>- treinamento e capacitação profissional;</li> <li>- municipalização da agricultura;</li> <li>- cooperativismo rural;</li> <li>- crédito rural;</li> <li>- irrigação;</li> <li>- eletrificação rural.</li> </ul>	<p><b>SETORES ECONÔMICOS</b></p> <p><b>Metas:</b></p> <p><b>i) Agropecuária</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- distribuir 1.000 t anuais de sementes de algodão arbóreo e 1.500 t de sementes de algodão herbáceo, com a instalação de 5 mil hectares de algodão arbóreo e 2 mil hectares de algodão herbáceo;</li> <li>- programa de fomento para aquisição de 700 mil novos ovinos e/ou caprinos;</li> <li>- cana-de-açúcar: aumentar de 4.500 para 7.500 hectares de área cultivada;</li> <li>- mamona: aumentar a produção de 24 mil t anuais para 35 mil t anuais;</li> <li>- amendoim: expandir a produção de 5,7 mil t anuais para 16 mil t anuais;</li> </ul>	<p><b>SETORES ECONÔMICOS</b></p> <p><b>Metas:</b></p> <p><b>i) Agropecuária</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- atender com assistência técnica 119.700 agropecuaristas e pescadores;</li> <li>- atender com financiamento 89.000 agropecuaristas e pescadores;</li> <li>- redistribuir terras para 5.600 famílias.</li> </ul> <p><b>ii) Indústria</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- implantar um sistema que centralize, planeje e coordene a execução da política industrial do estado;</li> <li>- consolidar o Distrito Industrial de Fortaleza, através de obras de infraestrutura;</li> <li>- implantar distritos industriais em Sobral, Iguatu e Cariri;</li> </ul>	<p><b>SETORES ECONÔMICOS</b></p> <p><b>Objetivos específicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Adaptação da agropecuária às condições do solo e do clima, aumentando sua resistência às secas;</li> <li>- Continuidade dos programas de desenvolvimento industrial e mineração;</li> <li>- Promoção do setor terciário e do artesanato, com destaque para o turismo e ampliação do comércio interno, interestadual e exterior;</li> <li>- Interiorização do desenvolvimento e integração entre as diversas regiões do Estado;</li> <li>- Integração entre os setores primário, secundário, terciário e os serviços de natureza social.</li> </ul>	<p><b>SETORES ECONÔMICOS</b></p> <p><b>Metas estratégicas:</b></p> <p><b>i) Agropecuária</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assentar 50.000 famílias;</li> <li>- Redistribuir 1.500.000 ha;</li> <li>- Expandir a área irrigada de 25 mil ha para 145 mil;</li> <li>- Produção e comercialização de sementes fiscalizadas: passar de 2.000 t para 9.800 t;</li> <li>- produção e distribuição de 40.000.000 de alevinos selecionados;</li> <li>- produção de grãos: passar de 544 mil toneladas para 1.100 mil toneladas.</li> </ul> <p><b>ii) Indústria</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- aumentar a oferta de laminados planos de</li> </ul>	<p><b>SETORES ECONÔMICOS</b></p> <p><b>Não foram apresentadas metas quantificadoras, mas apenas as seguintes diretrizes:</b></p> <p><b>i) Agropecuária</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- modernização como requisito fundamental para o desenvolvimento rural;</li> <li>- apoio à reforma agrária;</li> <li>- prioridade a exploração pontual, voltada para a produção de alimentos básicos e desenvolvimento da pecuária de grande e pequeno portes;</li> <li>- apoiar médios e grandes projetos de irrigação, voltados para produção de frutas tropicais direcionadas para agro-indústria;</li> <li>- desencadeamento de ações voltadas para a recuperação das</li> </ul>	<p><b>SETORES ECONÔMICOS</b></p> <p><b>i) Agropecuária</b></p> <p>Estratégia: busca do desenvolvimento da economia e do ataque à pobreza rural.</p> <p>Objetivo referencial: aumento acentuado nos índices de produtividade e a queda nas flutuações anuais de produção.</p> <p><b>ii) Indústria</b></p> <p>A linha de atuação governamental no tocante ao setor secundário direciona-se no sentido de reverter o quadro de extrema pobreza existente no estado.</p> <p><b>iii) Serviço</b></p> <p>Implementação de programas para dinamização do setor comércio, promoção das exportações, promoção do setor de serviços e sua interiorização, capacitação empresarial e</p>



Continuação dos Planos de Governo do Estado do Ceará – Metas para os Setores Econômicos.

<p><b>ii) Indústria</b></p> <p>A atuação do governo será concentrada, fundamentalmente, no estímulo à iniciativa privada.</p> <p>Efetivará estudos e projetos de modo a diversificar o parque industrial, identificando e divulgando as oportunidades.</p> <p>Deverá ser desenvolvido amplo programa de financiamento pelo BANDECE.</p> <p><b>iii) Serviços</b></p> <p>Turismo – criação de uma companhia de turismo que assegure a promoção e a divulgação das atividades turísticas do Ceará.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- sorgo: ampliar a área plantada em 24 mil hectares;</li> <li>- fruticultura: racionalizar a produção de caju, implantar 400 ha de abacate, 1.000 de citrus, 400 de manga, 600 de graviola, 600 de goiaba e 5.000 de banana;</li> <li>- apoiar a reforma agrária, a irrigação, o fortalecimento do cooperativismo;</li> <li>- intensificar a extensão rural.</li> </ul> <p><b>ii) Indústria</b></p> <p>Conforme o II PND estão previstos elevados investimentos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- incentivar a efetivação do complexo têxtil previsto para o estado com capacidade de 400 mil fusos, através da instalação de 20 unidades de 20 mil fusos;</li> <li>- promover a elevação da capacidade instalada da indústria de confecções de 750 mil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- redefinir e implementar a política de incentivos fiscais e financeiros do Estado;</li> <li>- estabelecer incentivos de funcionamento às empresas industriais instaladas, segundo critérios de prioridade, em função das peculiaridades de cada gênero industrial;</li> <li>- ampliar e diversificar o parque têxtil;</li> <li>- propiciar condições para o desenvolvimento da indústria de vestuário;</li> <li>- dar condições de desenvolvimento do parque coureiro-calçadista;</li> <li>- apoiar o desenvolvimento do parque agroindustrial;</li> <li>- implantar um pólo metal-mecânico;</li> <li>- incentivar a implantação de indústrias de montagem de produtos eletro-eletrônicos;</li> </ul>		<p>40 mil t para 250 mil t;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- aumentar de 300 mil para 900 mil o nº de fusos instalados no parque têxtil;</li> <li>- ampliar a produção anual de calçados em 33%;</li> <li>- iniciar a exploração de granito bruto (900.000 t/ano);</li> <li>- organizar a produção artesanal em associações.</li> </ul> <p><b>iii) Serviços</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- aumentar o fluxo turístico anual de 53.500 para 65.000 turistas;</li> </ul>	<p>culturas do algodão, caju e mandioca</p> <p><b>ii) Indústria</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- consolidação dos complexos industriais voltados para o desenvolvimento de atividades do ramo tradicional, tais como: têxtil, confecções, couro e calçados;</li> <li>- implantação e/ou fortalecimento de pólos industriais;</li> <li>- apoio à micro e pequena empresa;</li> <li>- modernização do parque industrial e formação de mão-de-obra especializada;</li> <li>- implantação de infra-estrutura de apoio;</li> <li>- diversificação/verticalização/dinamização do parque industrial;</li> </ul> <p><b>iii) Serviço</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- promover as poten-</li> </ul>	<p>desenvolvimento do turismo.</p>
---	---	---	--	--	--	------------------------------------

Continuação dos Planos de Governo do Estado do Ceará – Metas para os Setores Econômicos.

	<p>peças/ano para 2.250 mil;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- expandir as aplicações do BANDECE;</li> <li>- criação de 3 novos distritos industriais;</li> <li>- incentivar a criação da União Cearense de Micro-Empresários;</li> <li>- aumentar e diversificar a pauta de exportações do Estado.</li> </ul> <p>iii) <b>Serviços</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- promover o turismo;</li> </ul>	<p>iii) <b>Serviços</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- incentivar o turismo para o estado;</li> <li>- melhorar o desempenho do sistema de intermediação financeira.</li> </ul>			<p>cialidades turísticas do estado, atraindo investimentos para implantação de infraestrutura turística;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- envolver a população local, o turista;</li> <li>- promover a implantação de uma infraestrutura turística que contemple uma grande diversidade de equipamentos de hospedagem, alimentação e animação;</li> <li>- garantir a ocupação turística do litoral</li> </ul>	
--	---	--	--	--	---	--



PLANOS DE GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ – 1971 A 1998 – METAS DA EDUCAÇÃO

Gov. César Cals 1971-1974	Gov. Adauto Bezerra 1975-1978	Gov. Virgílio Távora 1979-1982	Gov. Gonzaga Mota 1983-1986	Gov. Tasso Jereissati 1987-1991	Gov. Ciro Gomes 1991-1994	Gov. Tasso Jereissati 1995-1998
<b>EDUCAÇÃO</b>  <b>Metas (*):</b>	<b>EDUCAÇÃO</b>  <b>Metas (*):</b>	<b>EDUCAÇÃO</b>  <b>Metas (*):</b>	<b>EDUCAÇÃO</b>  <b>Objetivo específico(1):</b>	<b>EDUCAÇÃO:</b>  <b>Metas estratégicas:</b>	<b>EDUCAÇÃO:</b>  <b>Não foram apresentadas metas quantitativas, mas apenas as seguintes diretrizes:</b>	<b>EDUCAÇÃO</b>  <b>Metas:</b>
<p>a) Pré-Primário: construir mais 200 salas de aula na zona urbana;</p> <p>b) Primário: construir mais 6.417 salas de aula;</p> <p>c) Primário: intuito de atender a demanda total de 1.060.476 matrículas;</p> <p>d) Ensino Médio: construir mais 900 salas de aula.</p> <p>e) Ensino Médio: intuito de atender a acréscimo de 137.382 alunos;</p>	<p>a) Reduzir a 10%, até 1978, o índice de analfabetismo no estado na faixa etária dos 15 aos 35 anos;</p> <p>b) Promover o atendimento de 90% da população na faixa de 7 a 14 anos;</p> <p>c) Construir 71 unidades escolares de ensino de primeiro grau;</p> <p>d) Construir, equipar e mobiliar 4 centros interescolares de ensino de segundo grau;</p> <p>e) Construir, equipar e mobiliar 6 colégios polivalentes;</p> <p>f) Expandir a matrícula do supletivo 1º grau com atendimento de, no mínimo, 13.375 alunos;</p>	<p>a) orientar e controlar o processo de alfabetização em 80% das escolas estaduais da zona urbana;</p> <p>b) atender a 20.000 pré-escolares em programas não-formais de educação;</p> <p>c) estender a oferta de 1º grau em 70% dos municípios do estado;</p> <p>d) estender a oferta de 2º grau em 30% dos municípios do estado;</p> <p>e) adquirir e instalar 38 bibliotecas;</p> <p>f) Construção de 60 escolas de 1º grau na zona urbana e 282 na zona rural;</p> <p>g) Construção de 282 escolas</p>	<p>- cumprir o preceito constitucional de assegurar escola para toda criança na faixa de 7 a 14 anos;</p>	<p>a) Reduzir o déficit de escolarização do 1º grau, com a expansão da matrícula (de 399.247 alunos para 686.437);</p> <p>b) Implantar classe de alfabetização na rede estadual para alunos de cinco anos (de 55.896 alunos para 176.896);</p> <p>c) Erradicar, progressivamente, o analfabetismo da população com 15 anos ou mais (passar de um percentual de 48,1% para 34,2%);</p>	<p>1) Reconstruir e ampliar as oportunidades educacionais da escola pública;</p> <p>2) Crescer com qualidade;</p> <p>3) Dotar as escolas de autonomia com respeito às atividades de rotina, controle, acompanhamento e gerência dos recursos financeiros;</p> <p>4) Implementar política permanente de dignificação do professor (capacitação, concurso, recuperação salarial, etc);</p> <p>5) Ênfase na alfabetização e nas séries iniciais do ensino fundamental;</p> <p>6) Implementar</p>	<p>- transferência gradativa para os municípios do ensino infantil (jardim e alfabetização) e do ensino fundamental da 1ª a 4ª série;</p> <p>- O estado ficando responsável, prioritariamente pelo ensino de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e pelo ensino médio;</p> <p>- Universalizar o ensino fundamental;</p> <p>- Erradicar o analfabetismo;</p> <p>- Alfabetizar todas as crianças e adolescentes na faixa dos 7 aos 17 anos.</p>

Continuação dos planos de governo estaduais – Metas da Educação.

					articulação entre os órgão estaduais e municipais para evitar a duplicação de esforços.	
--	--	--	--	--	---	--

(\*) incluímos apenas as metas referentes a construção de novas salas de aula, expansão de matrículas e que continham previsões de melhoria de indicadores.

(1) Segundo as estratégias do governo o planejamento deveria ser flexível, por isso não foram apresentadas metas, mas apenas objetivos específicos.

2017



PLANOS DE GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ – 1971 A 1998 – METAS PARA A SAÚDE

Gov. César Cals 1971-1974	Gov. Adauto Bezerra 1975-1978	Gov. Virgílio Távora 1979-1982	Gov. Gonzaga Mota 1983-1986	Gov. Tasso Jereissati 1987-1991	Gov. Ciro Gomes 1991-1994	Gov. Tasso Jereissati 1995-1998
<b>SAÚDE:</b>	<b>SAÚDE:</b>	<b>SAÚDE:</b>	<b>SAÚDE:</b>	<b>SAÚDE:</b>	<b>SAÚDE:</b>	<b>SAÚDE:</b>
<b>Metas (*):</b>	<b>Metas (*):</b>	<b>Metas (*):</b>	<b>Objetivo específico (1):</b>	<b>Prioridade:</b>	Não foram apresentadas metas quantificadas, mas apenas as seguintes <b>Diretrizes (*):</b>	Não foram apresentadas metas quantificadas mas apenas informado as melhorias conseguidas, principalmente com a adoção do programa de agentes de saúde. Sendo em seguida informado que o governo adotaria um programa de governo voltado para o pleno direito à saúde, seguindo os princípios norteadores da equidade, descentralização, inter-setorialidade, participação social, valorização e motivação dos profissionais de saúde, para, com isso, alcançar melhorias nos seguintes indicadores prioritários:
<p>a) Assistência médico-sanitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- adequação de 61 unidades sanitárias;</li> <li>- ampliação de 11 unidades sanitárias;</li> <li>- construção de 50 unidades sanitárias.</li> </ul> <p>b) Assistência hospitalar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- construção de 5.400 leitos;</li> </ul> <p>c) Atingir a taxa de 0,5 médicos por 1000 habitantes, com a formação e incentivo à interiorização de 1.263 profissionais;</p> <p>d) Atingir a taxa de 1 dentista para 5.000 habitantes com a formação de 425 profissionais;</p> <p>e) Formação de 1.477 enfermeiros.</p>	<p>a) Assistência médico-sanitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- construir, recuperar e ampliar 117 unidades sanitárias;</li> </ul> <p>b) Assistência hospitalar – incrementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- o número de altas de 1,1 por 100 habitantes para 2,4;</li> <li>- o nível de utilização de leitos de 44% para 80%;</li> <li>- o nº de leitos hospitalares em 190 (elevação de 17%);</li> <li>- o nº de leitos hospitalares em convênios com entidades privadas em 500;</li> <li>- nº de consultas médicas de 460 mil/ano para 545 mil/ano;</li> <li>- visitação domiciliar 3.600 h/anos;</li> </ul>	<p>a) reduzir a morbidade das por motivo de doença, conforme abaixo (coeficientes por 100 mil habitantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- febre tifóide: de 8 para 5;</li> <li>- hepatite: de 50 para 30;</li> <li>- enterites infecciosas: de 80 para 50;</li> <li>- coqueluche: de 90 para 50;</li> <li>- difteria: de 2 para 1;</li> <li>- poliomielite: de 0,5 para 0,3;</li> <li>- sarampo: de 10 para 6;</li> <li>- tétano: de 2 para 1;</li> <li>- meningite meningocócica: de 1,5 para 0,8;</li> <li>- hanseníase: de 60</li> </ul>	<p>- Os serviços de saúde serão adaptados ao seu caráter preventivo e de massa, desenvolvendo ações básicas em perfeita consonância com os programas federais e com os órgãos internacionais competentes;</p>	<p>- Ampliação do atendimento aos setores de baixa renda, gestantes, nutrízes e crianças, de forma interiorizada;</p> <p><b>Metas estratégicas:</b></p> <p>a) Reduzir a mortalidade infantil: passar de 126 óbitos por mil nascidos para 76 óbitos por mil nascidos;</p> <p>b) Reduzir a mortalidade materna: passar de 100 óbitos por cem mil habitantes para 50 óbitos por cem mil habitantes;</p> <p>c) Realizar cobertura vacinal homogênea da população infantil (imunizar mais de 80% da população infantil com as vacinas: BCG, Asbin, Tríplice e Anti-sarampo);</p>	<p>- acesso universal e igualitário a todos os níveis do sistema de saúde no estado;</p> <p>- assistência integral à população, compreendendo ações de promoção, proteção e recuperação da saúde;</p> <p>- descentralização político administrativa, com ênfase na transferência gradual de serviços de abrangência local para os municípios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- redução da mortalidade infantil;</li> <li>- redução da mortalidade materna;</li> <li>- redução da morbimortalidade por doenças de veiculação hídrica;</li> <li>- controle de epidemias;</li> </ul>

Continuação dos Planos de Governo do Estado do Ceará – Metas para Saúde.

	<p>- instalar 140 mini-postos de saúde;</p> <p>c) reduzir as taxa de mortalidade por sarampo, coqueluche e tétano a 1,0, 0,1 e 0,5 por 100 mil habitantes;</p> <p>d) reduzir em 50 a 60% a mortalidade por tuberculose;</p> <p>e) vacinar contra difteria, coqueluche, tétano, poliomielite, varíola e sarampo 80% dos menores de 5 anos, nas zonas urbanas do estado;</p> <p>f) vacinar contra tuberculose 80% da população na faixa de 0 a 14 anos;</p>	<p>para 30;</p> <p>- tuberculose: de 700 para 400;</p> <p>b) reduzir a mortalidade infantil: passar de 130 óbitos por 1.000 para 100;</p> <p>c) reduzir a mortalidade materna de 10 para 7 em cada 1.000;</p> <p>d) vacinar e revacinar os grupos etários suscetíveis, com ênfase para os menores de 1 ano, assegurando cobertura populacional de 80%.</p>				<p>- redução de anos potencialmente perdidos de vida devido a mortes por causas externas (acidentes e outras violências).</p>
--	---	--	--	--	--	---

(\*) As consideradas mais importantes.

(1) Segundo as estratégias de governo o planejamento deveria ser flexível, por isso não foram apresentadas metas, mas apenas objetivos específicos.



**PLANOS DE GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ – 1971 A 1998 – METAS PARA JUSTIÇA E SEGURANÇA**

<b>Gov. César Cals 1971-1974</b>	<b>Gov. Adauto Bezerra 1975-1978</b>	<b>Gov. Virgílio Távora 1979-1982</b>	<b>Gov. Gonzaga Mota 1983-1986</b>	<b>Gov. Tasso Jereissati 1987-1991</b>	<b>Gov. Ciro Gomes 1991-1994</b>	<b>Gov. Tasso Jereissati 1995-1998</b>
<p><b>JUSTIÇA E SEGURANÇA:</b></p> <p><b>Metas (*):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- construção de 8 foruns nos municípios pólos da região e reforma do fórum de Fortaleza;</li> <li>- para a população carcerária: construção de mais 100 celas;</li> <li>- construção de 33 delegacias e adequação de 30 já existentes;</li> <li>- aquisição de 90 viaturas policiais novas;</li> <li>-</li> </ul>	<p><b>JUSTIÇA E SEGURANÇA:</b></p> <p><b>Metas (*):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- construção de 15 prédios destinados a foruns de 3ª entrância;</li> <li>- construção de 13 delegacias regionais no interior;</li> <li>- construção e aparelhamento de 3 estabelecimentos prisionais, sendo: um instituto-presídio na capital com capacidade para 300 presos e dois institutos agrícolas no interior com capacidade para 200 presos cada;</li> <li>- construção de 20 cadeias e reforma de outras 20.</li> </ul>	<p><b>JUSTIÇA E SEGURANÇA:</b></p> <p><b>Metas (*):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- construir 12 cadeias e recuperar as que estiverem necessitando;</li> <li>- construir 3 estabelecimentos penais agrícolas;</li> <li>- adquirir viaturas para o corpo de bombeiros;</li> <li>- construir 7 postos rodoviários;</li> <li>- criar e instalar duas regiões policiais previstas no Plano de Interiorização da Polícia Civil</li> </ul>	<p><b>JUSTIÇA E SEGURANÇA:</b></p> <p><b>Objetivo específico(1):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Os serviços de justiça, principalmente os referentes a processos de pequenas causas, deverão ser agilizados e desburocratizados;</li> <li>- Fortalecimento do serviço de segurança público, principalmente quanto às atividades de prevenção e orientação geral.</li> </ul>	<p><b>JUSTIÇA E SEGURANÇA:</b></p> <p><b>Metas (*):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- ampliar a capacidade carcerária de 850 celas para 1.855;</li> <li>- ampliar o atendimento jurídico, civil e criminal passando de 34 para 92 comarcas;</li> <li>- reduzir o nº de ocorrências no trânsito de 7.966 para 7.169..</li> </ul>	<p><b>JUSTIÇA E SEGURANÇA:</b></p> <p><b>Não foram apresentadas metas quantificadoras, mas apenas as seguintes diretrizes:</b></p> <p><b>Diretrizes:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- redução da criminalidade em níveis toleráveis;</li> <li>- implementação da política preventiva de segurança pública;</li> <li>- recuperação e/ou construção de presídios, penitenciárias agrícolas, prisões albergues, delegacias, cadeias públicas e fóruns</li> <li>- redução dos acidentes de trânsito;</li> </ul>	<p><b>JUSTIÇA E SEGURANÇA:</b></p> <p><b>Não foram apresentadas metas quantificadoras, mas apenas as seguintes diretrizes:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- garantir o exercício dos direitos individuais e o bem estar coletivo, através da qualificação máxima dos serviços prestados pelas instituições e do metuculoso equacionamento de uma efetiva parceria entre a comunidade e o Estado;</li> <li>- reorganização abrangente da segurança pública, de modo que alcance desde a prevenção do ato criminoso até a ressocialização do delinqüente.</li> </ul>

(\*) As principais metas;

(1) Segundo as estratégias de governo o planejamento deveria ser flexível, por isso não foram apresentadas metas, mas apenas objetivos específicos.



**PLANOS DE GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ – 1971 A 1998 – METAS PARA HABITAÇÃO E SANEAMENTO**

<b>Gov. César Cals 1971-1974</b>	<b>Gov. Adauto Bezerra 1975-1978</b>	<b>Gov. Virgílio Távora 1979-1982</b>	<b>Gov. Gonzaga Mota 1983-1986</b>	<b>Gov. Tasso Jereissati 1987-1991</b>	<b>Gov. Ciro Gomes 1991-1994</b>	<b>Gov. Tasso Jereissati 1995-1998</b>
<b>HABITAÇÃO E SANEAMENTO:</b>	<b>HABITAÇÃO E SANEAMENTO:</b>	<b>HABITAÇÃO E SANEAMENTO</b>	<b>HABITAÇÃO E SANEAMENTO:</b>	<b>HABITAÇÃO E SANEAMENTO:</b>	<b>HABITAÇÃO E SANEAMENTO:</b>	<b>HABITAÇÃO E SANEAMENTO</b>
<b>Metas:</b>	<b>Metas:</b>	<b>Metas:</b>	<b>Objetivo específico:</b>	<b>Metas estratégicas:</b>	<b>Metas estratégicas:</b>	<b>Linhas de ação:</b>
Para habitação:	Para habitação:	Para habitação:	- Os programas de habitação serão intensificados, principalmente com vistas à aquisição de moradia pelas classes de renda zero a três salários, em primeira prioridade, e três a cinco salários mínimos em seguida;	Para habitação:	Não constaram informações sobre esses itens no plano Ceará melhor	a) Atendimento à família com renda inferior a 3 salários (segmento I):
a) Construção direta de 18.000 residências na Capital;	a) Implantar programas de lotes urbanizados para atendimento da população na faixa de renda abaixo de um salário mínimo: 8.000 lotes em Fortaleza;	a) construir 16.500 habitações populares;		a) Construir e melhorar 85.000 unidades habitacionais;		- Mutirão habitacional: construção de conjuntos habitacionais dotados de infra-estrutura para atender a 40.000 famílias;
b) Financiamento de terreno e material para construção de 10.000 casas;	b) Conceder financiamento de melhoria de habitações e construção de moradias a proprietários de terrenos;	b) financiar 16.300 lotes urbanizados;		b) Urbanização de favelas: 100.000 famílias;		- Urbanização de favelas: transformação das favelas em bairros mediante regularização fundiária, redefinição do padrão urbanístico, implantação de infra-estrutura para beneficiar a 40.000 famílias.
c) Financiamento de material para construção de outras 10.000 casas;	c) Projeto confiança: construção de 2.844 habitações populares, 638 lotes urbanizados e 80 comerciais.	c) possibilitar ampliações e melhorias em 10.000 casas		Para saneamento:		
d) Financiamento de equipamentos sanitários para 10.000 residências.	Para saneamento:	Para saneamento:		a) Ampliar de 53% para 90% a quantidade de residências atendidas pela rede de abastecimento d'água na zona urbana;		b) Atendimento a famílias com renda entre três e dez salários mínimos (Segmento II):
Para saneamento:	a) beneficiar, com água potável, todos os municípios do interior, através da ampliação ou	a) atender com água potável 80% da população urbana;		b) Ampliar de 12,4% para 50% a quantidade de residências atendidas pela rede de esgotos sanitários nas cidades de grande porte.		- Financiamento a pessoas físicas para aquisição de moradia
a) término da primeira etapa do novo sistema de abastecimento d'água com o objetivo de atingir 650.000 casas;		b) atender com sistema de esgotos sanitários as sedes dos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza e dos municípios com mais de 35.000 habitantes;				
b) implantação de parte do novo sistema de esgotos com o		c) dotar os distritos industriais do estado de adequados sistemas de abastecimentos de água e esgoto.				



Continuação dos Planos de Gorno do Estado do Ceará – Metas de Habitação e Saneamento.

<p>objetivo de atingir 270.000 casas.</p>	<p>moria dos 90 smas existentes                      implantação de 50ovos;                      b) aliar a rede coleti de esgoto stário da capital pando de 72 km p. 276 km;                      c) ilantar o irceptor oceânic                      d) cstruir 4 aterros stários;                      e) ear a frota de vulos coletores d lixo para 71 uades;.</p>					<p>ou melhorias. Beneficiar a 15.000 famílias;                      - Financiamento para conjuntos habitacionais. Beneficiamento de 10.000 famílias.</p> <p>Para saneamento:</p> <p>- atender a população das sedes dos 184 municípios em nível de 90% com água encanada;</p> <p>- atender com esgotamento sanitário 50% das casas de municípios com população superior a 50 mil habitantes;</p> <p>- várias metas em Fortaleza, orçadas em US\$ 265 milhões.</p>
---	---	--	--	--	--	---

27/11/2003

PLANOS DE GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ – 1971 A 1998 – METAS PARA INFRA-ESTRUTURA

Gov. César Cals 1971-1974	Gov. Adauto Bezerra 1975-1978	Gov. Virgílio Távora 1979-1982	Gov. Gonzaga Mota 1983-1986	Gov. Tasso Jereissati 1987-1991	Gov. Ciro Gomes 1991-1994	Gov. Tasso Jereissati 1995-1998
<b>INFRA-ESTRUTURA</b>	<b>INFRA-ESTRUTURA</b>	<b>INFRA-ESTRUTURA</b>	<b>INFRA-ESTRUTURA</b>	<b>INFRA-ESTRUTURA</b>	<b>INFRA-ESTRUTURA</b>	<b>INFRA-ESTRUTURA</b>
<b>Metas (*):</b>	<b>Metas (*):</b>	<b>Metas (*):</b>	<b>Objetivo específico(1):</b>	<b>Metas (*):</b>	<b>Metas (*):</b>	<b>Metas (*):</b>
<p>a) Transportes</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- implantação e/ou pavimentação de trechos das rodovias CE-55, CE-71, CE-2 e CE-96;</li> <li>- construção de ferrovia no trecho Crateús-Piquet Carneiro;</li> <li>- construção de um pier para petroleiros no porto do Mucuripe e dragagem do porto de Camocim;</li> <li>- construção de um aeroporto em Sobral;</li> </ul> <p>b) Energia</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- expansão do sistema estadual com construção de cerca de 280 km.</li> </ul> <p>c) Comunicações</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- várias instalações de terminais, telefones públicos e outros.</li> </ul>	<p>a) Transportes</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- implantação de 552 km de rodovias;</li> <li>- pavimentação de 317 km de rodovias;</li> <li>- restaurar 324 km de rodovias estaduais.</li> </ul> <p>b) Energia</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- eletrificar 100 aglomerados populacionais;</li> <li>- construir 5.500 km de linhas de distribuição rural;</li> <li>- absorção média anual de 30.000 novos consumidores;</li> <li>- financiamento de 40 mil instalações elétricas domiciliares;</li> </ul> <p>c) Comunicações</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- elevar de 39.174 para 88.000 a quantidade de terminais telefônicos</li> </ul>	<p>a) Transportes</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- implantação e recuperação de 3.807 km de estradas e rodovias;</li> </ul> <p>b) Energia</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- absorção média de 40.000 novos consumidores;</li> <li>- suprir com energia elétrica 2.500 propriedades rurais por ano;</li> </ul> <p>c) Comunicações</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- expandir com novos 17.000 terminais telefônicos o interior do estado;</li> <li>- expandir a rede telefônica em Fortaleza com mais 49.000 terminais;</li> </ul>	<p>a) Transportes</p> <p>Analisa que a situação do estado já está bem desenvolvida e que, como o programa de rodovias transversais já está inserido como prioridade do governo federal, a ação direta do Governo Estadual se concentrará na disseminação de estradas vicinais e na manutenção das rodovias estaduais já existentes.</p> <p>b) Energia e Comunicações</p> <p>Para promover a eliminação de pontos de estrangulamento das atividades sócio econômicas e o interiorização do desenvolvimento prevê forte ênfase na eletrificação rural e na melhoria da infraestrutura de comunicação.</p>	<p>a) Transportes</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- recuperação de 5.849 km da malha viária;</li> <li>- implantação de 684 km de rodovias inter-regionais</li> <li>- implantação do METROFOR permitindo</li> </ul> <p>b) Energia</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- ampliar o uso do gás natural de 130.000 m<sup>3</sup>/dia para 300.000 m<sup>3</sup>/dia;</li> <li>- Incrementar o fornecimento de energia elétrica para população de baixa renda, beneficiando 80.000 famílias;</li> <li>- Energizar 1.055 propriedades rurais com fontes alternativas;</li> <li>- Elevar em 295% a eletrificação de</li> </ul>	<p><b>Não foram apresentadas metas quantificadoras, mas apenas as seguintes diretrizes:</b></p> <p>a) Transportes</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- promover a consolidação do sistema de rodovias federais, dando prioridade à implantação das transversais;</li> <li>- consolidar o sistema rodoviário estadual, através da construção, restauração e conservação sistemática da malha rodoviária;</li> <li>- racionalizar o setor de transporte de cargas;</li> <li>- fortalecer o sistema viário local, através da implantação de estradas vicinais;</li> <li>- promover o melhoramento do serviço ferroviário urbano de passageiros através da implantação do METROFOR;</li> </ul>	<p>a) Transportes</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- conservação de 19.260 km de rodovias;</li> <li>- restauração de 3.006 km de rodovias;</li> <li>- construção de 1.026 km de rodovias;</li> <li>- construção de 14 terminais rodoviários de passageiros interior do estado;</li> <li>- construção de nova área terminal do Aeroporto Pinto Martins;</li> <li>- ampliar o Porto do Mucuripe por uma extensão de 230 m, aumentando de 10 para 14 m de calado sua bacia de evolução;</li> <li>- construção do complexo industrial-portuário do Pecém;</li> </ul>



Continuação dos Planos de Governo do Estado do Ceará – Metas para Infra-Estrutura.

	cos;			<p>propriedades rurais (passar de 2.442 para 7.200 propriedades atendidas);</p> <p>e) Comunicações</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Instalar 110.500 terminais telefônicos;</li> <li>- Ampliar de 105 para 120 o número de estações retransmissoras de televisão;</li> <li>- Aumentar o nº de canais de retransmissão de 2 para 3.</li> </ul> <p>d) Recursos hídricos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliar em 17% a disponibilidade de água para consumo;</li> <li>- Elevar em 300% a utilização de água para irrigação;</li> <li>- Ampliar a capacidade de armazenamento de água em 54%.</li> </ul>	<p>b) Energia</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estruturação do conselho Estadual de Energia;</li> <li>- Implementar programa de eletrificação urbana para a população de baixa renda;</li> <li>- Implementar programa de eletrificação rural, compatível e integrado com o programa de irrigação;</li> </ul> <p>c) Comunicações</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- ampliar a cobertura de TV, atendendo às localidades que ainda não captam sinal ou captam precariamente;</li> <li>- aumentar a capacidade de repetição e retransmissão de televisão;</li> <li>- implantar o sistema de telefonia móvel celular;</li> <li>- ampliar o atendimento pelo sistema de telefonia aos municípios, distritos e povoados mais populosos.</li> </ul>	<p>b) Energia</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- recuperação e aumento de capacidade do setor elétrico;</li> <li>- disseminação de energias renováveis;</li> <li>- desenvolvimento do uso de energias alternativas;</li> <li>- reforma e/ou construção de redes de distribuição rural.</li> </ul> <p>c) Comunicações</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- interiorização da telefonia com atendimento de 100% das vilas, redes de distritos e outros povoados.</li> </ul>
--	------	--	--	--	--	---

(\*) As consideradas mais importantes;

(1) Segundo as estratégias de governo o planejamento deveria ser flexível, por isso não foram apresentadas metas, mas apenas objetivos específicos.

**ANEXO B:**  
**Execução orçamentária do Estado do Ceará de 1971 a 1998**



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ - 1971 A 1974

Código / Especificado	Moeda Corrente da Época							
	1971	%	1972	%	1973	%	1974	%
<b>I - RECEITAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS</b>								
1. Receitas correntes	214.078.028,70	63,75	264.026.322,08	67,79	362.772.042,57	72,51	494.795.562,37	72,53
2. Receitas tributárias	151.316.592,07	45,06	206.355.866,85	52,99	293.567.254,70	58,68	390.086.849,02	57,18
3. Transferências correntes	29.136.564,69	8,68	48.483.914,40	12,45	53.933.877,61	10,78	77.840.710,46	11,41
4. Participação na receita da União	19.622.726,26	5,84	31.475.211,20	8,08	37.792.090,70	7,55	55.078.759,49	8,07
5. Cota-parte do fundo de participação	19.622.726,26	5,84	31.475.211,20	8,08	37.792.090,70	7,55	55.078.759,49	8,07
6. Receitas de Capital	121.732.242,98	36,25	125.429.053,58	32,21	137.514.798,98	27,49	187.408.647,82	27,47
7. Operações de crédito	22.714.205,76	6,76	-	-	-	-	-	-
8. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	335.810.271,68	100,00	389.455.375,66	100,00	500.286.841,55	100,00	682.204.110,19	100,00
<b>II - DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA</b>								
1. Despesas correntes	177.189.473,14	67,27	247.800.789,90	61,23	333.609.615,44	66,67	442.421.655,91	66,88
2. Despesas de custeio	112.528.873,89	42,72	156.865.763,99	38,76	222.404.177,60	44,45	299.240.008,58	45,24
3. Pessoal	100.761.927,35	38,26	134.341.956,76	33,20	194.489.633,91	38,87	256.419.719,29	38,76
4. Transferências correntes	64.660.599,25	24,55	90.932.025,91	22,47	111.205.437,84	22,22	143.181.647,33	21,65
5. Transferências intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Transferências intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-	-
7. Encargos da Dívida Interna	3.999.882,74	1,52	4.084.360,71	1,01	3.473.527,42	0,69	9.337.617,77	1,41
8. Encargos da Dívida Externa	99.629,94	0,04	3.109.372,39	0,77	2.874.500,36	0,57	-	-
9. Despesas de capital	86.196.493,30	32,73	156.875.397,81	38,77	166.780.434,48	33,33	219.077.975,68	33,12
10. Investimentos	12.646.862,84	4,80	19.767.190,03	4,88	16.861.990,14	3,37	23.813.878,20	3,60
11. Transferências de capital	73.546.630,46	27,92	136.989.407,78	33,85	149.648.444,34	29,91	193.784.097,48	29,29
12. Transferências intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-	-
13. Transferências intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-	-
14. Amortização da Dívida Interna	1.863.684,34	0,71	1.164.341,25	0,29	2.402.245,50	0,48	5.447.067,58	0,82
15. Amortização da Dívida Externa	-	-	4.312.589,53	1,07	4.257.285,42	0,85	-	-
16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	263.384.966,44	100,00	404.676.187,71	100,00	500.390.049,92	100,00	661.499.631,59	100,00
SUPERÁVIT ou DÉFICIT	72.425.305,24		(15.220.812,05)		(103.203,37)		20.704.478,60	3,13
<b>III - DESPESAS POR FUNÇÃO</b>								
Legislativo	6.777.001,28	2,57	8.035.935,20	1,99	5.788.965,92	1,16	16.032.741,10	2,42
Judiciário	10.864.867,98	4,13	15.719.375,97	3,88	10.356.899,29	2,07	13.634.563,54	2,06
Administração Superior e Planejamento Global	118.910.124,44	45,15	205.437.133,59	50,77	188.909.335,85	37,75	246.692.099,36	37,29
Agricultura, abastecimento e organização agrária	5.543.563,68	2,10	6.164.247,09	1,52	7.690.903,70	1,54	10.512.871,83	1,59
Defesa Nacional e Segurança Pública	25.405.334,31	9,65	37.412.129,11	9,24	49.665.041,75	9,93	86.514.052,66	13,08
Educação e Cultura	37.393.084,58	14,20	56.254.348,27	13,90	89.822.921,79	17,95	107.437.208,35	16,24
Viação, Transporte e Comunicação	2.426.855,87	0,92	-	-	54.717.184,72	10,93	60.426.767,41	9,13
Energia e Recursos Minerais	-	-	30.000,00	0,01	-	-	-	-
Indústria, Comércio e Serviços	372.000,81	0,14	1.444.620,84	0,36	1.601.145,54	0,32	2.364.040,96	0,36
Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-
Saúde e saneamento	6.890.104,24	2,62	13.947.836,97	3,45	11.073.895,51	2,21	18.400.283,02	2,78
Trabalho, assistência e previdência	48.902.029,25	18,53	60.230.560,67	14,88	80.763.752,87	16,14	99.485.003,36	15,04
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>263.384.966,44</b>	<b>100,00</b>	<b>404.676.187,71</b>	<b>100,00</b>	<b>500.390.049,94</b>	<b>100,00</b>	<b>661.499.631,59</b>	<b>100,00</b>

Obs.: Valores a preços correntes na moeda corrente da época.

Fontes:

Estado do Ceará/Secretaria da Fazenda/Inspeção Estadual de Finanças - Balanço Geral 1971

Estado do Ceará/Secretaria da Fazenda/Inspeção Estadual de Finanças - Balanço Geral 1972

Estado do Ceará/Secretaria da Fazenda/Inspeção Estadual de Finanças - Balanço Geral 1973

Estado do Ceará/Secretaria da Fazenda/Inspeção Estadual de Finanças - Balanço Geal 1974

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ - 1975 A 1978

Código / Especificado	Moeda Corrente da Época							
	1975	%	1976	%	1977	%	1978	%
<b>I - RECEITAS POR CATEGORIAS ECONOMICAS</b>								
1. Receitas correntes	608.007.592,77	72,83	1.005.112.313,26	61,76	1.615.547.315,88	67,72	2.632.616.901,99	66,33
2. Receitas tributárias	471.396.304,14	56,47	732.637.918,45	46,86	1.180.886.487,52	49,50	1.630.667.986,72	46,13
3. Transferências correntes	104.301.618,95	12,49	139.765.180,75	11,66	350.999.537,09	15,09	690.979.646,35	17,41
4. Participação na receita da União	69.550.487,95	8,33	116.148.261,77	7,14	305.559.291,00	12,81	568.143.779,34	14,82
5. Cota-parte do fundo de participação	69.550.487,95	8,33	116.148.261,77	7,14	209.542.177,03	8,78	403.574.705,27	10,17
6. Receitas de Capital	226.800.862,24	27,17	622.311.359,68	38,24	769.929.897,25	32,28	1.336.021.844,60	33,67
7. Operações de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
8. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	834.808.475,01	100,00	1.627.423.702,94	100,00	2.385.477.213,13	100,00	3.968.637.846,59	100,00
<b>II - DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA</b>								
1. Despesas correntes	612.503.706,46	67,35	1.044.771.897,68	63,90	1.363.239.847,38	63,71	2.538.689.424,97	60,97
2. Despesas de custeio	380.642.947,84	42,17	599.860.335,09	36,69	889.272.540,31	41,56	1.644.356.624,43	39,49
3. Pessoal	334.786.056,40	37,09	517.263.205,86	31,64	800.064.006,22	37,39	1.353.613.018,14	32,51
4. Transferências correntes	231.860.758,62	25,59	444.911.562,59	27,21	473.967.307,07	22,15	894.332.600,54	21,48
5. Transferências intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Transferências intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-	-
7. Encargos da Dívida Interna	11.976.809,38	1,33	7.435.942,48	0,45	5.175.938,85	0,24	51.000.000,00	1,22
8. Encargos da Dívida Externa	-	-	13.411.661,67	0,82	7.602.899,39	0,36	3.418.984,50	0,08
9. Despesas de capital	290.172.181,85	32,15	590.239.690,58	36,10	776.446.756,43	36,29	1.625.417.026,83	39,03
10. Investimentos	27.622.216,86	3,06	43.370.366,39	2,65	165.566.737,24	7,74	320.707.608,04	7,70
11. Transferências de capital	262.549.964,67	29,09	510.858.203,19	31,24	491.922.230,16	22,99	914.304.060,82	21,96
12. Transferências intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-	-
13. Transferências intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-	-
14. Amortização da Dívida Interna	14.005.623,12	1,55	6.440.109,64	0,39	10.377.193,73	0,48	49.353.682,30	1,19
15. Amortização da Dívida Externa	-	-	10.635.231,02	0,65	6.757.114,15	0,41	14.701.627,63	0,35
16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	902.676.888,01	100,00	1.635.011.469,26	100,00	2.139.686.603,81	100,00	4.164.106.451,80	100,00
<b>SUPERÁVIT ou DÉFICIT</b>	<b>(67.867.413,00)</b>		<b>(7.587.785,32)</b>		<b>245.790.609,32</b>		<b>(195.668.605,21)</b>	
<b>III - DESPESAS POR FUNÇÃO</b>								
Legislativa	19.989.795,39	2,21	35.914.746,78	2,20	54.962.527,88	2,57	113.608.319,82	2,73
Judiciária	20.994.996,75	2,33	47.368.261,70	2,90	89.850.754,51	4,20	153.563.718,53	3,69
Administração superior e planejamento global	449.965.319,45	49,85	944.165.499,08	57,75	354.990.741,13	16,59	1.002.451.563,30	24,07
Agricultura, abastecimento e organização agrária	10.553.065,19	1,17	14.704.410,39	0,90	103.629.481,78	4,84	157.704.913,40	3,79
Defesa nacional e segurança pública	88.907.735,60	9,85	128.560.932,83	7,86	196.769.892,06	9,29	293.747.132,10	7,05
Desenvolvimento regional	-	-	-	-	4.840.500,00	0,23	-	-
Educação e cultura	152.640.475,94	16,91	220.095.356,94	13,46	392.801.965,45	18,36	693.999.340,09	16,67
Transporte	-	-	-	-	426.867.750,00	20,04	661.176.974,40	16,36
Energia e recursos minerais	483.753,70	0,05	704.578,21	0,04	4.589.587,23	0,21	12.019.239,67	0,29
Habituação e urbanismo	-	-	-	-	35.851.047,62	1,68	93.157.658,00	2,24
Indústria, Comércio e Serviços	2.278.120,00	0,25	3.461.118,29	0,21	14.230.518,29	0,67	62.188.666,17	1,97
Justiça	12.155.035,71	1,35	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	20.930.088,76	2,32	40.022.586,11	2,45	196.095.701,87	9,16	459.104.141,00	11,03
Trabalho, Assistência e Previdência	123.777.499,62	13,71	199.993.968,93	12,23	260.206.135,97	12,16	421.364.365,12	10,12
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>902.676.888,01</b>	<b>100,00</b>	<b>1.635.011.469,26</b>	<b>100,00</b>	<b>2.139.686.603,81</b>	<b>100,00</b>	<b>4.164.106.451,80</b>	<b>100,00</b>

Obs.: Valores a preços correntes na moeda corrente da época.

Fontes:

Estado do Ceará/Secretaria da Fazenda/Inspecoria Estadual de Finanças - Balanço Geral 1975

Estado do Ceará/Secretaria da Fazenda/Inspecoria Estadual de Finanças - Balanço Geral 1976

Estado do Ceará/Secretaria da Fazenda/Inspecoria Estadual de Finanças - Balanço Geral 1977

Estado do Ceará/Secretaria da Fazenda/Inspecoria Estadual de Finanças - Balanço Geral 1978



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ - 1979 A 1982

Código / Especificado	Moeda Corrente da Época				Cr\$ Mil			
	1979	%	1980	%	1981	%	1982	%
<b>I - RECEITAS POR CATEGORIAS ECONOMICAS</b>								
1. Receitas correntes	4.723.602.397,23	69,95	10.813.661.419,33	56,07	60.370.298,00	66,70	75.434.427,00	81,84
2. Receitas tributárias	3.674.873.006,47	54,42	6.179.071.304,86	42,41	41.791.079,00	46,17	46.257.883,00	50,18
3. Transferências correntes	904.187.736,96	13,39	2.125.720.009,35	11,02	15.065.507,00	16,65	26.195.172,00	28,42
4. Participação na receita da União	764.764.548,96	11,62	2.125.720.009,35	11,02	14.604.041,00	16,14	22.776.575,00	24,71
5. Cota-parte do fundo de participação	544.944.375,97	8,07	1.332.451.730,62	6,91	12.276.448,00	13,56	19.359.858,00	21,00
6. Receitas de Capital	2.029.652.459,53	30,05	8.472.576.594,83	43,93	30.140.319,00	33,30	16.740.966,00	18,16
7. Operações de crédito	-	-	5.234.125.597,50	27,14	17.900.764,00	19,78	14.494.739,00	15,73
8. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.753.254.856,76	100,00	19.286.238.014,16	100,00	90.510.617,00	100,00	92.175.393,00	100,00
<b>II - DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA</b>								
1. Despesas correntes	5.150.273.334,16	69,05	12.084.184.875,58	66,23	69.633.248,00	75,38	89.846.615,00	86,08
2. Despesas de custeio	2.825.780.328,90	37,89	6.167.841.255,99	33,81	34.382.921,00	37,22	39.731.434,00	38,06
3. Pessoal	2.604.965.611,05	34,93	5.618.398.392,95	30,79	30.507.410,00	33,03	35.727.786,00	34,23
4. Transferências correntes	2.324.513.005,26	31,17	5.916.345.619,59	32,43	35.250.327,00	38,16	50.115.181,00	48,01
5. Transferências intragovernamentais	-	-	1.683.911.404,19	9,23	10.488.569,00	11,36	18.630.986,00	17,85
6. Transferências intergovernamentais	-	-	1.620.875.455,00	8,88	6.401.087,00	9,10	9.257.599,00	8,87
7. Encargos da Dívida Interna	153.531.255,78	2,06	363.423.866,64	1,99	1.547.115,00	1,67	5.220.586,00	5,00
8. Encargos da Dívida Externa	9.257.585,78	0,12	478.849.851,18	2,62	6.246.468,00	6,76	7.037.409,00	6,74
9. Despesas de capital	2.308.387.225,57	30,95	6.160.663.601,45	33,77	22.736.952,00	24,62	14.532.018,00	13,92
10. Investimentos	383.373.487,02	5,14	922.113.956,62	5,05	2.941.318,00	3,18	1.965.835,00	1,88
11. Transferências de capital	1.615.275.655,01	21,86	3.836.655.233,36	21,03	13.187.403,00	14,26	10.251.999,00	9,82
12. Transferências intragovernamentais	-	-	3.126.105.373,22	17,13	10.768.407,00	11,66	7.468.456,00	7,16
13. Transferências intergovernamentais	-	-	321.949.822,98	1,76	1.151.182,00	1,25	1.246.466,00	1,19
14. Amortização da Dívida Interna	112.000.000,00	1,50	349.229.297,14	1,91	1.049.383,00	1,14	1.495.236,00	1,43
15. Amortização da Dívida Externa	20.000.000,00	0,27	20.563.000,00	0,11	157.550,00	0,17	23.663,00	0,02
16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	7.458.660.559,73	100,00	18.244.848.477,03	100,00	92.370.200,00	100,00	104.378.633,00	100,00
SUPERÁVIT ou DÉFICIT	(705.405.703,97)		1.041.389.537,13		(4.859.583,00)		(12.203.240,00)	
<b>III - DESPESAS POR FUNÇÃO</b>								
Legislativa	244.873.041,82	3,28	441.354.504,87	2,42	2.149.484,00	2,32	2.452.408,00	2,35
Judiciária	288.218.999,78	3,86	609.208.114,70	3,34	2.794.577,00	3,03	3.625.955,00	3,67
Administração superior e planejamento global	1.386.099.011,71	18,72	4.842.472.618,23	26,54	24.981.557,00	27,05	27.118.040,00	26,98
Agricultura, abastecimento e organização agrária	277.975.123,99	3,73	693.685.695,60	3,80	3.156.402,00	3,42	3.567.203,00	3,23
Defesa nacional e segurança pública	505.613.266,35	6,78	1.187.294.490,44	6,51	6.796.490,00	7,36	7.099.370,00	6,80
Desenvolvimento regional	697.604.000,00	9,35	1.608.359.000,00	8,82	8.399.081,00	9,09	9.257.599,00	8,87
Educação e cultura	1.407.083.887,30	18,87	3.327.118.027,91	18,24	17.329.044,00	18,75	21.264.641,00	20,37
Transporte e comunicação	942.671.742,93	12,64	1.750.651.907,15	9,60	8.000.439,00	8,66	7.217.540,00	6,91
Energia e recursos minerais	20.085.414,74	0,27	175.327.460,89	0,96	1.581.725,00	1,71	424.895,00	0,41
Habituação e urbanismo	241.309.888,00	3,24	205.296.725,49	1,13	866.509,00	0,94	1.006.882,00	0,96
Indústria, Comércio e Serviços	140.931.987,60	1,89	326.504.407,22	1,79	2.099.745,00	2,27	3.328.834,00	3,19
Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	531.462.296,79	7,13	1.286.473.649,37	7,05	5.024.987,00	5,44	6.316.488,00	6,05
Trabalho, Assistência e Previdência	764.714.898,72	10,25	1.791.099.875,16	9,82	9.203.160,00	9,96	11.698.829,00	11,21
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>7.458.660.559,73</b>	<b>100,00</b>	<b>18.244.848.477,03</b>	<b>100,00</b>	<b>92.370.200,00</b>	<b>100,00</b>	<b>104.378.633,00</b>	<b>100,00</b>

Obs.: Valores a preços correntes na moeda corrente da época

Fontes:

Estado do Ceará/Secretaria da Fazenda/Inspeção Estadual de Finanças - Balanço Geral 1979

Estado do Ceará/Secretaria da Fazenda/Inspeção Estadual de Finanças - Balanço Geral 1980

Obs.: Valores a preços de dezembro de 1990

Fonte:

Governo do Brasil/Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento/Secretaria do Tesouro Nacional/Departamento do Tesouro Nacional - Execução Orçamentária dos Estados e Municípios das Capitais - 1981/1990

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ - 1983 A 1986

Código / Especificado	Cr\$ Mil							
	1983	%	1984	%	1985	%	1986	%
<b>I - RECEITAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS</b>								
1. Receitas correntes	68.239.263	98,10	70.171.676	92,90	90.586.898	91,60	119.982.369	95,38
2. Receitas tributárias	40.822.557	58,68	43.945.011	58,16	50.579.440	51,14	67.336.670	53,53
3. Transferências correntes	25.059.102	36,89	23.652.433	31,31	36.655.445	37,06	48.128.425	38,26
4. Participação na receita da União	23.390.393	33,62	23.558.085	31,19	36.655.445	37,06	48.128.425	38,26
5. Cota-parte do fundo de participação	18.392.760	26,44	19.599.819	25,95	31.903.409	31,65	41.496.061	32,99
6. Receitas de Capital	1.324.533	1,90	5.360.887	7,10	8.310.499	8,40	5.815.160	4,62
7. Operações de crédito	685.841	0,99	4.940.564	6,54	7.960.025	8,05	5.371.456	4,27
<b>8. RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>69.563.796</b>	<b>100,00</b>	<b>75.532.563</b>	<b>100,00</b>	<b>98.897.397</b>	<b>100,00</b>	<b>125.797.529</b>	<b>100,00</b>
<b>II - DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA</b>								
1. Despesas correntes	84.161.601	95,65	67.864.350	90,59	107.746.761	87,70	133.639.285	77,45
2. Despesas de custeio	38.094.591	43,29	30.697.742	40,98	49.523.948	40,31	62.867.793	36,44
3. Pessoal	34.937.405	39,71	27.249.024	36,37	44.964.680	36,60	57.174.265	33,14
4. Transferências correntes	46.067.010	52,35	37.166.608	49,61	58.222.813	47,39	70.771.493	41,02
5. Transferências intragovernamentais	14.831.780	16,96	16.204.289	21,63	20.918.406	17,03	24.404.816	14,14
6. Transferências intergovernamentais	8.491.787	9,65	9.160.063	12,23	10.491.477	8,54	14.484.641	8,39
7. Encargos da Dívida Interna	2.815.700	3,20	4.336.880	5,79	14.950.486	12,17	18.120.857	10,50
8. Encargos da Dívida Externa	11.089.005	12,60	373.426	0,50	716.487	0,58	274.225	0,16
9. Despesas de capital	3.830.059	4,35	7.053.266	9,41	15.110.575	12,30	38.907.710	22,55
10. Investimentos	1.056.271	1,20	1.447.574	1,93	2.335.332	1,90	2.787.956	1,62
11. Transferências de capital	2.148.412	2,44	4.846.112	6,47	11.435.688	9,31	29.630.169	17,17
12. Transferências intragovernamentais	1.707.556	1,94	3.656.916	4,88	9.673.093	7,87	24.869.432	14,41
13. Transferências intergovernamentais	88.772	0,10	193.943	0,26	847.970	0,69	100.604	0,06
14. Amortização da Dívida Interna	336.602	0,38	993.553	1,33	827.678	0,67	4.625.359	2,68
15. Amortização da Dívida Externa	12.715	0,01	-	-	8.256	0,01	28.572	0,02
<b>16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>87.991.660</b>	<b>100,00</b>	<b>74.917.616</b>	<b>100,00</b>	<b>122.857.336</b>	<b>100,00</b>	<b>172.546.995</b>	<b>100,00</b>
<b>SUPERÁVIT ou DÉFICIT</b>	<b>(18.427.864)</b>		<b>614.947</b>		<b>(23.959.939)</b>		<b>(46.749.468)</b>	
<b>III - DESPESAS POR FUNÇÃO</b>								
Legislativa	2.092.123	2,38	1.993.661	2,66	2.917.834	2,37	3.569.033	2,07
Judiciária	3.603.088	4,09	2.920.510	3,90	4.432.044	3,61	4.017.902	2,33
Administração superior e planejamento global	23.990.915	27,26	15.999.588	21,36	32.836.437	26,73	47.614.346	27,60
Agricultura, abastecimento e organização agrária	2.016.489	2,29	1.870.028	2,50	2.605.383	2,12	2.747.555	1,59
Comunicações	178.457	0,20	151.870	0,20	177.760	0,14	163.474	0,09
Defesa Nacional e Segurança Pública	5.041.351	5,64	4.714.193	6,29	7.418.518	6,04	9.644.562	5,59
Desenvolvimento Regional	8.506.352	9,67	9.261.155	12,36	11.033.535	8,98	14.484.441	8,39
Educação e Cultura	20.642.291	23,46	17.304.779	23,10	27.348.248	22,26	35.536.256	20,60
Energia e Recursos Minerais	173.395	0,20	175.229	0,23	417.734	0,34	389.668	0,22
Habituação e urbanismo	749.047	0,85	900.087	1,20	966.748	0,79	1.219.454	0,71
Indústria, Comércio e Serviços	2.050.903	2,33	3.678.351	4,91	4.013.021	3,27	3.949.109	2,29
Saúde e Saneamento	5.322.809	6,05	4.375.764	5,84	5.583.860	4,54	7.400.262	4,29
Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-
Assistência e Previdência	9.931.364	11,29	8.542.417	11,40	13.383.699	10,89	15.974.920	9,26
Transporte	2.893.078	3,29	3.029.979	4,04	9.722.516	7,91	25.845.013	14,98
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>87.991.662</b>	<b>100,00</b>	<b>74.917.611</b>	<b>100,00</b>	<b>122.857.337</b>	<b>100</b>	<b>172.546.995</b>	<b>100</b>

Obs.: Valores a preços de dezembro de 1990

Fonte:

Governo do Brasil/Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento/Secretaria do Tesouro Nacional/Departamento do Tesouro Nacional-Execução Orçamentária dos Estados e Municípios das Capitais - 1981/1990



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ - 1987 A 1990

Código / Especificado	Mli							
	1987	%	1988	%	1989	%	1990	%
<b>I - RECEITAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS</b>								
1. Receitas correntes	18.245.709	76,41	194.267.952	81,44	2.505.625	88,07	89.212.131	90,58
2. Receitas tributárias	9.740.708	40,79	66.895.318	28,05	1.210.819	42,56	42.973.838	43,63
3. Transferências correntes	6.604.050	27,68	46.643.700	19,55	841.878	29,59	34.917.302	35,45
4. Participação na receita da União	6.587.629	27,59	45.594.750	19,12	636.754	24,49	30.517.966	30,99
5. Cota-parte do fundo de participação	5.375.439	22,51	39.416.221	16,52	648.834	22,81	28.277.281	28,71
6. Receitas de Capital	5.631.719	23,59	44.258.763	18,56	339.474	11,93	9.278.830	9,42
7. Operações de crédito	5.486.482	22,98	43.504.126	18,24	332.385	11,68	9.169.246	9,31
8. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	23.877.428	100,00	238.526.715	100,00	2.845.099	100,00	88.490.961	100,00
<b>II - DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA</b>								
1. Despesas correntes	33.061.597	84,45	146.400.509	64,55	2.266.508	71,05	66.563.140	70,72
2. Despesas de custeio	9.227.753	23,57	67.158.490	29,61	1.098.136	34,11	30.499.185	32,40
3. Pessoal	8.438.925	21,56	56.091.999	24,73	834.278	26,15	23.828.383	25,32
4. Transferências correntes	23.833.843	60,86	79.242.018	34,94	1.178.321	36,94	36.063.954	38,32
5. Transferências intragovernamentais	7.096.411	18,13	37.550.653	16,56	467.533	14,66	11.605.930	12,33
6. Transferências intergovernamentais	2.130.758	5,44	13.826.000	6,10	301.051	9,44	11.031.350	11,72
7. Encargos da Dívida Interna	12.546.688	32,05	3.097.566	1,37	41.853	1,31	5.308.800	5,64
8. Encargos da Dívida Externa	25.405	0,06	8.354.221	3,68	120.234	3,77	6.311	0,01
9. Despesas de capital	6.085.602	15,55	80.400.503	35,45	923.566	28,95	27.560.390	29,28
10. Investimentos	666.463	1,70	12.743.107	5,62	181.292	5,68	10.545.990	11,20
11. Transferências de capital	5.239.767	13,38	35.025.940	15,44	735.800	23,07	16.824.677	17,88
12. Transferências intragovernamentais	193.277	0,49	10.854.098	4,79	238.098	7,46	7.998.516	8,50
13. Transferências intergovernamentais	2.748	0,01	50.851	0,02	4.671	0,15	100.146	0,11
14. Amortização da Dívida Interna	5.041.271	12,88	6.773.289	2,99	185.550	5,82	8.709.167	9,25
15. Amortização da Dívida Externa	2.470	0,01	17.347.700	7,65	307.477	9,64	16.846	0,02
16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	39.147.199	100,00	226.801.012	100,00	3.190.074	100,00	94.123.530	100,00
SUPERÁVIT ou DÉFICIT	(15.269.771)		11.725.703		(344.975)		4.367.431	
<b>III - DESPESAS POR FUNÇÃO</b>								
Legislativa	547.705	1,40	4.630.718	2,04	77.147	2,42	3.166.952	3,36
Judiciária	612.803	1,57	5.422.380	2,39	91.025	2,85	2.838.831	3,02
Administração superior e planejamento global	20.010.121	51,12	91.850.913	40,50	938.258	29,41	24.064.029	25,57
Agricultura, abastecimento e organização agrária	551.390	1,41	8.596.456	3,79	125.900	3,95	3.286.323	3,49
Comunicações	26.170	0,07	234.766	0,10	3.448	0,11	93.953	0,10
Defesa Nacional e Segurança Pública	1.398.492	3,57	12.519.272	5,52	145.458	4,56	4.370.523	4,64
Desenvolvimento Regional	2.130.407	5,44	13.831.666	6,10	305.879	9,59	11.131.496	11,83
Educação e Cultura	5.995.712	15,32	32.630.043	14,39	471.975	14,80	12.727.373	13,52
Energia e Recursos Minerais	82.438	0,21	2.265.613	1,00	9.060	0,28	1.120.477	1,19
Habituação e urbanismo	151.252	0,39	1.047.479	0,46	83.605	2,62	1.204.698	1,28
Indústria, Comércio e Serviços	372.819	0,95	3.725.818	1,64	99.409	3,12	2.741.193	2,91
Saúde e Saneamento	1.114.533	2,85	17.396.032	7,67	394.116	12,04	10.121.077	10,75
Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-
Assistência e Previdência	2.397.079	6,12	18.927.983	8,35	312.842	9,81	11.246.338	11,95
Transporte	3.756.272	9,60	13.721.844	6,05	141.947	4,45	6.010.260	6,39
Total da despesa	39.147.193	100,00	226.801.003	100,00	3.190.069	100,00	94.123.523	100,00

Obs.: Valores a preços correntes na moeda corrente da época

Fonte:

Governo do Brasil/Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional/Departamento do Tesouro Nacional  
Execução Orçamentária dos Estados e Municípios das Capitais - 1985/1999

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ - 1991 A 1994

Código / Especificado	Mili							
	1991	%	1992	%	1993	%	1994	%
<b>I - RECEITAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS</b>								
1. Receitas correntes	441.065.554,00	94,33	4.436.266.990,00	94,74	108.244.402,00	87,52	956.263,00	92,43
2. Receitas tributárias	214.372.455,00	45,85	2.162.313.327,00	46,18	45.628.770,00	36,89	517.921,00	50,06
3. Transferências correntes	153.054.980,00	32,73	1.565.071.716,00	33,42	38.335.287,00	30,99	312.031,00	30,16
4. Participação na receita da União	136.682.644,00	29,23	1.445.763.118,00	30,87	35.315.241,00	28,55	312.031,00	30,16
5. Cota-parte do fundo de participação	123.436.159,00	26,40	1.348.799.048,00	28,76	32.952.041,00	26,64	274.892,00	26,57
6. Receitas de Capital	26.501.481,00	5,67	246.547.768,00	5,26	15.438.772,00	12,48	78.349,00	7,57
7. Operações de crédito	25.848.187,00	5,53	205.661.772,00	4,39	5.217.234,00	4,22	56.973,00	5,51
<b>8. RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>467.567.035,00</b>	<b>100,00</b>	<b>4.682.814.758,00</b>	<b>100,00</b>	<b>123.683.174,00</b>	<b>100,00</b>	<b>1.034.612,00</b>	<b>100,00</b>
<b>II - DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA</b>								
1. Despesas correntes	306.616.033,00	70,56	3.300.199.678,00	70,95	85.432.835,00	70,35	751.998,00	74,23
2. Despesas de custeio	139.813.954,00	32,17	1.569.509.648,00	33,74	44.127.900,00	36,34	350.786,00	34,63
3. Pessoal	108.904.800,00	25,06	1.193.850.719,00	25,66	29.327.581,00	24,15	273.823,00	27,03
4. Transferências correntes	166.802.078,00	38,38	1.730.690.030,00	37,21	41.304.935,00	34,01	401.121,00	39,60
5. Transferências intragovernamentais	44.088.942,00	10,15	489.339.213,00	10,52	12.717.534,00	10,47	134.840,00	13,31
6. Transferências intergovernamentais	57.143.369,00	13,15	550.104.050,00	11,83	12.259.204,00	10,10	132.957,00	13,12
7. Encargos da Dívida Interna	24.867.599,00	5,72	259.696.893,00	5,58	6.697.568,00	5,52	45.981,00	4,54
8. Encargos da Dívida Externa	1.206.773,00	0,28	25.567.532,00	0,55	676.692,00	0,56	5.196,00	0,51
9. Despesas de capital	127.937.941,00	29,44	1.351.510.083,00	29,05	36.004.804,00	29,65	261.015,00	25,77
10. Investimentos	64.305.751,00	14,80	528.969.281,00	11,37	17.839.390,00	14,69	95.759,00	9,45
11. Transferências de capital	60.478.680,00	13,92	763.414.823,00	16,41	16.003.636,00	13,18	162.437,00	16,04
12. Transferências intragovernamentais	54.917.588,00	12,64	664.631.546,00	14,29	14.037.525,00	11,56	119.812,00	11,83
13. Transferências intergovernamentais	-	-	-	-	170.181,00	0,14	350,00	0,03
14. Amortização da Dívida Interna	5.561.091,00	1,28	98.783.277,00	2,12	1.795.929,00	1,48	42.274,00	4,17
15. Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>434.553.974,00</b>	<b>100,00</b>	<b>4.651.709.761,00</b>	<b>100,00</b>	<b>121.437.639,00</b>	<b>100,00</b>	<b>1.013.013,00</b>	<b>100,00</b>
<b>SUPERÁVIT ou DÉFICIT</b>	<b>33.013.061,00</b>		<b>31.104.997,00</b>		<b>2.245.535,00</b>		<b>21.599,00</b>	
<b>III - DESPESAS POR FUNÇÃO</b>								
Legislativa	13.361.514,00	3,07	125.921.622,00	2,71	2.545.705,00	2,10	22.251,00	2,20
Judiciária	13.994.120,00	3,22	142.717.821,00	3,07	3.430.440,00	2,82	40.317,00	3,98
Administração superior e planejamento global	76.075.416,00	17,51	843.296.295,00	18,13	24.766.651,00	20,39	214.600,00	21,18
Agricultura, abastecimento e organização agrária	13.508.856,00	3,11	144.075.059,00	3,10	3.617.949,00	2,98	31.747,00	3,13
Comunicações	279.167,00	0,06	640.303,00	0,01	27.883,00	0,02	254,00	0,03
Defesa Nacional e Segurança Pública	18.779.683,00	4,32	202.814.362,00	4,36	4.541.148,00	3,74	45.037,00	4,45
Desenvolvimento Regional	57.539.237,00	13,24	555.090.693,00	11,93	12.382.963,00	10,20	133.365,00	13,17
Educação e Cultura	62.107.285,00	14,29	598.648.064,00	12,87	17.988.703,00	14,81	160.863,00	15,88
Energia e Recursos Minerais	15.541.824,00	3,58	215.296.102,00	4,63	2.589.175,00	2,13	20.104,00	1,98
Habituação e urbanismo	14.255.947,00	3,28	179.663.753,00	3,86	1.506.528,00	1,24	21.014,00	2,07
Indústria, Comércio e Serviços	19.732.173,00	4,54	164.314.703,00	3,53	5.404.652,00	4,45	53.962,00	5,33
Saúde e Saneamento	49.385.904,00	11,36	614.518.401,00	13,21	16.635.014,00	13,70	92.633,00	9,14
Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-
Assistência e Previdência	52.869.038,00	12,17	641.985.741,00	13,80	20.595.616,00	16,96	126.938,00	12,53
Transporte	27.123.803,00	6,24	222.726.837,00	4,79	5.405.205,00	4,45	49.923,00	4,93
<b>Total da despesa</b>	<b>434.553.967,00</b>	<b>100,00</b>	<b>4.651.709.756,00</b>	<b>100,00</b>	<b>121.437.632,00</b>	<b>100,00</b>	<b>1.013.008,00</b>	<b>100,00</b>

Obs.: Valores a preços correntes na moeda corrente da época.

Fonte:

Governo do Brasil/Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional/Departamento do Tesouro Nacional  
Execução Orçamentária dos Estados e Municípios das Capitais - 1985/1999



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ - 1995 A 1998

Código / Especificado	1995	%	1996	%	1997	%	1998	%	Em R\$
<b>I - RECEITAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS</b>									
1. Receitas correntes	1.744.882.015,79	91,71	2.180.447.543,18	94,26	2.203.188.132,69	83,02	2.634.731.217,60	62,69	
2. Receitas tributárias	985.457.801,85	51,80	1.226.916.589,09	53,04	1.302.602.106,47	49,08	1.414.015.013,67	33,64	
3. Transferências correntes	658.784.602,84	34,63	799.444.847,01	34,56	843.790.612,64	31,80	1.003.999.375,02	23,89	
4. Participação na receita da União	638.241.994,17	33,55	728.994.254,62	31,51	-	-	940.346.635,11	22,37	
5. Cota-parte do fundo de participação	566.569.877,16	29,78	640.950.044,72	27,71	-	-	801.215.297,78	19,06	
6. Receitas de Capital	157.703.128,05	8,29	132.836.105,23	5,74	450.656.003,28	16,98	1.568.207.918,66	37,31	
7. Operações de crédito	108.941.305,43	5,73	110.701.236,81	4,79	260.126.618,35	9,80	287.882.600,01	6,85	
<b>8. RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.902.585.143,84</b>	<b>100,00</b>	<b>2.313.283.648,41</b>	<b>100,00</b>	<b>2.653.844.135,97</b>	<b>100,00</b>	<b>4.202.939.136,26</b>	<b>100,00</b>	
<b>II - DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA</b>									
1. Despesas correntes	1.547.478.134,08	79,14	1.973.846.867,92	83,35	2.060.003.797,08	75,24	2.375.336.804,52	68,81	
2. Despesas de custeio	730.061.625,85	37,34	1.010.401.225,28	42,67	1.049.211.408,03	38,32	1.013.816.611,13	29,37	
3. Pessoal	609.145.784,03	31,15	700.714.970,98	29,59	751.459.107,00	27,45	724.140.246,73	20,98	
4. Transferências correntes	817.416.508,23	41,80	963.445.642,64	40,68	1.010.792.389,05	36,92	1.361.520.193,39	39,44	
5. Transferências Intragovernamentais	263.178.493,76	13,46	318.798.614,17	13,46	321.441.642,14	11,74	580.279.728,92	16,81	
6. Transferências intergovernamentais	268.473.792,71	13,73	320.327.649,70	13,53	348.004.611,63	12,71	377.699.416,37	10,94	
7. Encargos da Dívida Interna	80.067.880,70	4,09	91.150.316,53	3,85	100.192.003,96	3,66	116.858.996,06	3,39	
8. Encargos da Dívida Externa	14.943.899,02	0,76	15.812.134,00	0,67	17.832.538,99	0,65	24.958.856,89	0,72	
9. Despesas de capital	407.863.333,06	20,86	394.373.414,51	16,65	677.803.367,11	24,76	1.076.794.851,63	31,19	
10. Investimentos	182.047.061,34	9,31	117.957.528,86	4,98	204.112.542,89	7,46	523.901.915,69	15,18	
11. Transferências de capital	23.921.369,99	1,22	275.868.469,68	11,65	468.815.575,25	17,12	550.707.907,85	15,95	
12. Transferências Intragovernamentais	127.986.243,42	6,55	170.574.448,64	7,20	253.500.306,15	9,26	428.466.798,56	12,41	
13. Transferências intergovernamentais	-	-	2.465.432,71	0,10	122.529,00	0,00	164.105,66	0,00	
14. Amortização da Dívida Interna	42.934.774,79	2,20	99.127.462,92	4,19	208.428.069,65	7,81	114.726.589,69	3,32	
15. Amortização da Dívida Externa	53.000.351,78	2,71	3.701.125,41	0,16	6.764.670,45	0,25	7.350.413,94	0,21	
<b>16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.955.341.467,14</b>	<b>100,00</b>	<b>2.368.220.282,43</b>	<b>100,00</b>	<b>2.737.907.164,19</b>	<b>100,00</b>	<b>3.452.131.656,15</b>	<b>100,00</b>	
<b>SUPERÁVIT ou DÉFICIT</b>	<b>(52.756.323,30)</b>		<b>(54.936.634,02)</b>		<b>(84.063.028,22)</b>		<b>750.807.480,11</b>		
<b>III - DESPESAS POR FUNÇÃO</b>									
Legislativa	46.896.940,27	2,40	7.676.287,19	0,32	30.975.065,62	1,13	37.818.259,00	1,10	
Judiciária	106.487.109,83	5,45	1.532.399,25	0,06	98.974.112,11	3,61	122.952.766,51	3,56	
Administração superior e planejamento global	437.680.549,48	22,38	1.490.436.961,91	62,93	1.016.628.458,56	37,13	995.039.374,33	28,82	
Agricultura, abastecimento e organização agrária	47.708.939,52	2,44	2.916.788,04	0,12	53.899.769,93	1,97	92.306.805,86	2,67	
Comunicações	285.071,65	0,01	157.485,83	0,01	4.735.062,51	0,17	3.836.088,98	0,11	
Defesa Nacional e Segurança Pública	98.083.454,79	5,02	3.043.390,91	0,13	144.948.556,72	5,29	175.129.531,65	5,07	
Desenvolvimento Regional	263.269.851,77	13,46	445.198,85	0,02	2.465.528,33	0,09	714.183,87	0,02	
Educação e Cultura	342.067.033,57	17,49	292.588.655,22	12,35	439.980.521,82	16,07	597.194.293,81	17,30	
Energia e Recursos Minerais	24.074.965,58	1,23	25.801.199,63	1,09	54.452.164,84	1,99	127.739.216,82	3,70	
Habitação e urbanismo	18.705.352,77	0,96	17.037.356,96	0,72	28.894.865,12	1,06	56.310.700,32	1,63	
Indústria, Comércio e Serviços	74.631.800,98	3,82	113.316.485,56	4,78	160.004.574,07	5,84	202.427.731,52	5,86	
Saúde e Saneamento	184.258.524,85	9,42	98.789.194,61	4,17	213.059.460,01	7,78	215.450.614,51	6,24	
Trabalho	13.055.330,88	0,67	-	-	32.489.370,68	1,19	33.751.567,52	0,98	
Assistência e Previdência	240.941.109,76	12,32	260.201.219,58	10,99	299.977.561,19	10,96	504.530.137,68	14,62	
Transporte	57.195.431,44	2,93	54.277.658,89	2,29	156.422.092,68	5,71	286.930.383,77	8,31	
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>1.955.341.467,14</b>	<b>100,00</b>	<b>2.368.220.282,43</b>	<b>100,00</b>	<b>2.737.907.164,19</b>	<b>100,00</b>	<b>3.452.131.656,15</b>	<b>100,00</b>	

Fontes:

Estado do Ceará/Secretaria da Fazenda/Inspeção Estadual de Finanças - Balanço Geral 1995  
 Estado do Ceará/Secretaria da Fazenda/Inspeção Estadual de Finanças - Balanço Geral 1996  
 Estado do Ceará/Secretaria da Fazenda/Inspeção Estadual de Finanças - Balanço Geral 1997  
 Estado do Ceará/Secretaria da Fazenda/Inspeção Estadual de Finanças - Balanço Geral 1998

2111